

Universidade Federal De Minas Gerais  
Escola de Arquitetura  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Lucas Yuri Alves Zanatta

# **A formação para o planejamento urbano no Brasil na década de 1970**

Belo Horizonte  
2024

Lucas Yuri Alves Zanatta

# **A formação para o planejamento urbano no Brasil na década de 1970**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (NPGAU), como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço

Orientador: Elisângela de Almeida Chiquito

Belo Horizonte  
2024

### FICHA CATALOGRÁFICA

Z27f

Zanatta, Lucas Yuri Alves.

A formação para o planejamento urbano no Brasil na década de 1970 [recurso eletrônico] / Lucas Yuri Alves Zanatta. - 2024.

1 recurso eletrônico (134 f. : il.), pdf.

Orientadora: Elisângela de Almeida Chiquito.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Planejamento urbano - Teses. 2. Ensino - Teses. 3. Formação profissional - Brasil - Teses. I. Chiquito, Elisângela de Almeida. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 720.7



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

*A formação para o Planejamento Urbano no Brasil na década de 1970*

**LUCAS YURI ALVES ZANATTA**

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 11 de dezembro de 2024, pela Comissão constituída pelos membros:

Documento assinado digitalmente  
 **ELISANGELA DE ALMEIDA CHIQUITO**  
Data: 13/12/2024 11:13:25-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Elisângela de Almeida Chiquito  
Orientadora - EA-UFMG

Documento assinado digitalmente  
 **ROBERTO LUIS DE MELO MONTE MOR**  
Data: 13/12/2024 18:41:01-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mor  
FACE-UFMG

Documento assinado digitalmente  
 **GERALDO MAGELA COSTA**  
Data: 13/12/2024 14:24:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Geraldo Magela Costa  
IGC-UFMG

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2024.

## Agradecimentos

Agradeço sinceramente às pessoas que contribuíram para a realização desta dissertação.

À minha mãe, meu avô e demais familiares pelo apoio e compreensão ao longo dessa trajetória.

À minha orientadora, Elisângela, pela atenção e paciência durante a elaboração deste trabalho.

Aos professores Geraldo e Roberto pelas contribuições e leitura atenta da versão final.

Aos professores Roberto, Thiago, Rodrigo, Rita, Junia, Leta e Laís pela generosidade e o acolhimento que sempre me ofertaram.

À professora Ana Castro pela participação e ricas contribuições no exame de qualificação.

Aos técnicos e funcionários da Escola de Arquitetura, entre muitos, a equipe da Biblioteca e a secretária do programa, Maria Paula.

Aos colegas do curso de mestrado e a todos os professores do programa.

Aos colegas de pesquisa do Cosmopolis, do Trama e do GEHL pela companhia, pelas provocações e pelos debates.

À Clarice, Verônica, Cintya, Nathália, Miguel, Laura, Clarissa e Lara pela amizade, pela companhia, risadas e momentos felizes que amenizaram o caminho até aqui.

Agradeço em especial ao Gabriel, amigo quase irmão há tanto tempo. É raro poder encontrar uma parceria dessa — como diz aquela música, quem tem um tem tudo.

À Fernanda pelo carinho e a chance de encontrar paz em meio às turbulências do dia a dia, obrigado por tanto.

Ao Tunico e Bisteca, companheirinhos fieis.

## Resumo

A pesquisa apresenta uma investigação sobre a formação de planejadores urbanos no Brasil na década de 1970. Partindo dos processos de formação do urbanismo e do planejamento urbano brasileiros, encontra-se na atuação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau) um momento importante de institucionalização dessas atividades profissionais com a implantação de um sistema nacional de planejamento. No entanto, diante disso, um dos problemas que se impôs foi a falta de profissionais planejadores, o que leva o órgão a promover atividades de capacitação e treinamento, atuando no campo da formação de planejadores urbanos a partir da prática profissional. Como exemplo do quanto a demanda por recursos humanos para o planejamento mobilizou agentes e instituições no campo do planejamento urbano à época, é apresentada uma análise dos debates realizados no “Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local”, de 1973, promovido e organizado pelo Serfhau em parceria com a Coordenação de Programas de Pós-graduação em Engenharia (Coppe) sob auspícios da Organização dos Estados Americanos (OEA). Com isso, buscamos apresentar o contexto em que se dão os processos de reconfiguração da formação para o planejamento urbano na década de 1970, que passa a se processar de maneira mais estruturada dentro do quadro organizativo das universidades brasileiras, a partir do ensino e da pesquisa, com a criação dos primeiros programas de pós-graduação nessa área.

**palavras-chave:** urbanismo; planejamento urbano; ensino; formação profissional; Brasil

## **Abstract**

This research presents an investigation into the training of urban planners in Brazil in the 1970s. Based on the processes of urban planning and urban development in Brazil, the Federal Housing and Urban Planning Service (Serfhou) was an important moment in the process of institutionalization of these professional activities with the implementation of a national planning system. However, one of the problems that arose was the lack of professional planners, which led the agency to promote training and development activities, working in the field of urban planners training based on professional practice. As an example of how much the demand for human resources for planning mobilized agents and institutions in the field of urban planning at the time, an analysis of the debates held at the “Seminar on teaching in the field of urban and local development” in 1973, promoted and organized by Serfhou in partnership with the Coordination of Graduate Programs in Engineering (Coppe) under the auspices of the Organization of American States (OAS), is presented. With this, we seek to present the context in which the processes of reconfiguration of training for urban planning took place in the 1970s, which began to take place in a more structured manner within the organizational framework of Brazilian universities, based on teaching and research, with the creation of postgraduate programs in this area.

**keywords:** urbanism; urban planning; teaching; professional training; Brazil

## Lista de figuras

Figura 1 — Cursos, congressos e seminários realizados pelo Serfhau entre 1967 e 1970.....	48
Figura 2 — Municípios-Escola de 1969 à 1973.....	49
Figura 3 — Capa da publicação do Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local no Brasil.....	59
Figura 4 — Desenho de organização institucional projetado para o Programa de capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento urbano e local.....	64
Figura 5 — Levantamento dos programas de treinamento para o desenvolvimento urbano e local existentes conforme área de planejamento.....	69
Figura 6 — Notícia sobre a participação de Teodoro Lamounier no Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local.....	81
Figura 7 — Esquema gráfico do modelo de curso proposto por Miguel Pereira.....	86

## Lista de siglas

ABM – Associação Brasileira de Municípios

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

BNH – Banco Nacional de Habitação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior

CIDUL – Centro de Informação para o Desenvolvimento Urbano e Local

CEMUAM – Curso Especial de Metodologia do Urbanismo e Administração Municipal

CEPEU – Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos

CEPUR – Centro de Estudos de Planejamento Urbano e Regional

CNPU – Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana

CNDU – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano

CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

COPPE – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia

CRAM – Centro Regional de Administração Municipal

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

DASP – Departamento de Administração do Serviço Público

ELSP – Escola Livre de Sociologia e Política

ENANPUR – Encontro Nacional da ANPUR

ENSUR – Escola Nacional de Serviços Urbanos

FAUUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

FCP – Fundação da Casa Popular

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIPLAN – Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado

FJP – Fundação João Pinheiro

FNA – Faculdade Nacional de Arquitetura

CDU – Centro de Desenvolvimento Urbano

MINTER – Ministério do Interior

MEC – Ministério da Educação

OEA – Organização dos Estados Americanos

PAC – Programa de Ação Concentrada

PIAPUR – Programa Interamericano de Planeamiento Urbano Regional

PNDU – Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PROPUR – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

PUR – Planejamento Urbano e Regional

PUL – Curso de mestrado em Planejamento Urbano e Local

SAGMACS – Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais

SENAM – Serviço Nacional dos Municípios

SEPLAN/PR – Secretaria de Planejamento da Presidência da República

SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SHCU – Seminário de História da Cidade e do Urbanismo

SNPDLI – Sistema Nacional de Planejamento do Desenvolvimento Local Integrado

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDESUL – Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNB – Universidade Nacional do Brasil

UnB – Universidade de Brasília

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

USP – Universidade de São Paulo

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>12</b>
<b>1. Formação institucional do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil.....</b>	<b>26</b>
1.1 Notas sobre a institucionalização do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil.....	29
1.2 Um órgão federal de habitação e urbanismo: criação, reestruturações e frentes de trabalho....	37
1.3 A necessidade de formar planejadores: convênios, cursos e seminários.....	46
<b>2. O Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local (1973).....</b>	<b>55</b>
2.1 Apresentação: antecedentes, objetivos e organização.....	56
2.2 Debates e comunicações.....	58
2.2.1 Programas de treinamento em atividade.....	60
A experiência do Serfhou no campo do treinamento.....	60
Experiências de capacitação em nível regional e em municipal.....	66
Relatórios da atividade dos cursos de planejamento urbano em âmbito universitário.....	73
2.2.2 Programas em fase de implementação.....	80
2.2.3 Sobre a necessidade de um Sistema Nacional de Treinamento para o Planejamento do Desenvolvimento Urbano e Local.....	87
2.3 Encaminhamentos e indicações do evento.....	94
<b>3. Reconfiguração institucional do ensino de Planejamento Urbano no Brasil.....</b>	<b>96</b>
3.1 Caminhos convergentes: momentos da trajetória do ensino de urbanismo no Brasil.....	98
3.2 Os primeiros cursos de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional no Brasil.....	106
3.3 Uma associação nacional de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional no Brasil.	112
<b>4. Formação de planejadores urbanos entre teoria e prática: considerações finais.....</b>	<b>117</b>
<b>Referências.....</b>	<b>119</b>
<b>ANEXO I – Organização e programação.....</b>	<b>130</b>
<b>ANEXO II – Lista de participantes.....</b>	<b>132</b>

## Introdução

Recentemente, o campo dos estudos urbanos no Brasil assistiu a diversas mobilizações em ocasião da efeméride dos 50 anos desde a fundação dos primeiros programas de pós-graduação na área de Planejamento Urbano e Regional<sup>1</sup>. Temos hoje no Brasil 42 programas de pós-graduação nessa área de concentração, conforme a identificação da CAPES<sup>2</sup>. Grande parte desses programas estão vinculados à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) que, por sua vez, em 2023 celebrou 40 anos de sua fundação. Em parte, algumas das falas situadas nesse contexto celebratório aproveitaram a situação para fazer um balanço crítico do quadro em que se encontra a pesquisa urbana no país, tecendo comentários sobre problemas e dificuldades compartilhadas hoje. Outras contribuições, por sua vez, prestaram-se a retomar os momentos constitutivos desse campo, lembrando de forma compartilhada os processos, tensões e questões que marcaram a década de 1970, tomada como ponto de partida dos eventos celebrados e como momento em que a pesquisa urbana brasileira passou a contar com novas formas institucionais no quadro organizativo das universidades federais, sobretudo<sup>3</sup>.

Esses eventos nos convidam a olhar para a história da pesquisa urbana brasileira — ou, pelo menos, olhar para este período de meio século que separa (ou conecta) o hoje da década de 1970 —, destacando o acúmulo de pesquisas em nível de pós-graduação e de profissionais com esse grau de qualificação formados nesses novos espaços no sistema de ensino superior. No entanto, o tom celebratório do momento contrasta com certa sensação de luto, pois neste período também acumulamos ausências de pessoas que foram fundamentais para a constituição desse campo: Ana Clara Torres Ribeiro (–2011); Jorge Wilhelm (–2014); Rodrigo Simões (–2016); Paul Singer (–2018); Francisco de Oliveira (–2019); Lúcio Kowarick (–2020); Wilson Cano (–2020); Flávio Villaça (–2021); Lícia do Prado Valladares (–2021) — são alguns dos exemplos possíveis se retomarmos retrospectivamente os últimos anos.

---

<sup>1</sup> Em confirmação, tivemos em 2022 a mesa redonda “50 anos de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional no Brasil” abrindo a XIX edição do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR).

<sup>2</sup> A CAPES identifica o Planejamento Urbano e Regional (PUR) como subárea das Ciências Sociais Aplicadas.

<sup>3</sup> Os primeiros programas de pós-graduação na área de Planejamento Urbano e Regional no Brasil foram criados em universidades públicas nos primeiros anos dessa década.

Pessoalmente, o primeiro contato que tive com muitos desses nomes se deu, infelizmente, por meio das notícias de seus obituários. As referências a eles eram raras durante as disciplinas do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, quando não completamente ausentes<sup>4</sup>. Acredito que essa não seja uma característica específica da minha formação ou da instituição em que me formei, mas é, em algum nível, uma ausência compartilhada no campo dos estudos urbanos no Brasil, pelo menos entre graduandos e pesquisadores em fase inicial de formação, como é meu caso. Parece haver uma distância da produção teórica nacional nesse campo ou um certo adiamento de sua efetiva apropriação e incorporação nas ementas dos cursos, ao passo que referências às produções intelectuais “anglo-francófonas” sobre o urbano, urbanismo e planejamento urbano são abundantes e hegemônicas — basta observar a recorrência e certa familiaridade com que circulam os nomes de Jane Jacobs e Henri Lefebvre, por exemplo.

Aqui não pretendemos afirmar a posição de certo ufanismo nacionalista, sugerindo destituir o cânone do campo dos estudos urbanos por não ser composto de produções nacionais, mas chamar atenção para a desproporção com que se produzem e circulam as ideias no campo intelectual, reconhecendo que “o conhecimento está submetido a uma hierarquia que designa o pioneirismo e a autoridade do pensamento aos autores europeus, que devem sempre ser referenciados” (Mignolo, 2002, apud Lobato, 2021, p.112). Deseja-se também pontuar (mesmo que de maneira tímida, reconheço) a necessidade de uma certa “desobediência epistêmica”, como sugere Mignolo (2008), para pensarmos outras e *novas geografias da teoria* (Roy, 2009) e a partir delas.

Assim, trata-se de demonstrar um alinhamento aos movimentos nesse sentido que estamos assistindo recente e atualmente no campo dos estudos urbanos em nível global<sup>5</sup>, mas também localmente — como exemplo disso, podemos citar a disciplina intitulada “Colonialidade do Pensamento Urbano” (2023), fruto de uma cooperação interinstitucional envolvendo nove

---

<sup>4</sup> Para ser justo, alguns desses pesquisadores eram trazidos nas discussões que pude acompanhar em alguns grupos de pesquisa, grupos de leitura, vez ou outra, em seminários, congressos e simpósios, no entanto, chama a atenção essa ausência no decorrer do curso regular.

<sup>5</sup> Ver Roy (2009), mas também Chakrabarti (2023) ou ainda Fix e Arantes (2021).

programas de pós-graduação de diferentes universidades<sup>6</sup> com o intuito de promover uma avaliação crítica das concepções hegemônicas sobre o urbano, ou, ainda, o tema do próximo Encontro Nacional da ANPUR (ENANPUR), “Ideias, políticas e práticas em territorialidades do Sul Global”<sup>7</sup>, evento que será realizado em maio de 2025.

O conhecimento tardio de uma série de pesquisadores brasileiros com merecido destaque no campo dos estudos urbanos e a indicação de um acúmulo significativo de pelo menos 50 anos de pesquisa urbana nos programas de pós-graduação em planejamento urbano e regional motivaram os passos iniciais desta pesquisa. O percurso proposto inicialmente sugeria a realização de um exercício de levantamento sistemático. Imaginava ser possível, dentro desse recorte temporal de 50 anos desde a fundação do primeiro programa brasileiro de pós-graduação em Planejamento Urbano, mapear a produção desse campo de estudos urbanos no Brasil visando identificar os momentos decisivos de sua formação e os principais debates que constituíram esse corpo de pesquisas ao longo do tempo.

Porém, ao longo do processo de pesquisa a dificuldade em seguir essa proposta se mostrou evidente por pelo menos dois fatores cruciais: primeiramente, uma dificuldade de ordem teórico-epistemológica se apresentou ao tentar delimitar o que seria de fato isso que chamamos de “campo dos estudos urbanos”, uma vez que a natureza inter, multi e/ou transdisciplinar<sup>8</sup> desses estudos faz com que o universo dessas pesquisas extrapole em muito os cursos de urbanismo ou mesmo os cursos de pós-graduação da área de PUR (Planejamento Urbano e Regional), tornando difícil a operação de um juízo categórico sobre o que compõe ou não legitimamente esse conjunto de pesquisas sobre o urbano; depois, o evidente contraste entre o grandessíssimo volume de objetos de interesse para tal levantamento — os cursos de graduação, especialização e programas de pós-graduação que foram fundados nesse período, os muitos eventos acadêmicos promovidos, as diversas publicações: livros, teses e artigos em anais de

---

<sup>6</sup> Desenvolvida entre agosto e dezembro de 2023, a disciplina é resultado da cooperação interinstitucional entre os programas: IPPUR/UFRJ, PPCS/UFRRJ, PPE/UFF, PPGAU/UFF, PPPGP/UTFPR, FAU/USP, FAU/UFBA, PPU/UFPR e o PROPUR/UFRGS. Informações disponíveis em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/colonialidade-do-saber-urbano-disciplina-reune-nove-programas-de-pos-graduacao-de-universidades-brasileiras/>

<sup>7</sup> A chamada para este evento está disponível em: <https://xxienanpur.anpur.org.br/>

<sup>8</sup> Sobre esse ponto, ver Lacerda (2013).

eventos e as revistas científicas dedicadas aos temas urbanos — e o curtíssimo tempo disponível para realização da pesquisa de mestrado impôs-se como um obstáculo pragmático.

Diante disso, é preciso apontar que o reconhecimento da inviabilidade da realização dessa pesquisa ampla inicialmente sugerida não implica na diminuição da importância que esta parecia poder oferecer. Mais do que sanar uma curiosidade provocadora ou uma inquietação individual, tal pesquisa insinuava ser um exercício investigativo interessante pelo seu caráter essencialmente reflexivo — uma vez que uma investigação sobre a formação do campo dos estudos urbanos no Brasil encontra, como comunidade de diálogo e de interesse mais imediato, os próprios participantes do campo em questão —, e formativo — visto que a exposição panorâmica das informações coletadas por esse levantamento pretendido se configuraria como um momento de apresentação inicial, abrindo caminho para uma apropriação mais efetiva desse *corpus* teórico de pesquisas que só muito dificilmente é incorporado na formação básica de urbanistas e planejadores urbanos ainda hoje.

Portanto, estava armado um problema inicial: se não se tem dúvida das contribuições importantes que um amplo mapeamento histórico do desenvolvimento do campo dos estudos urbanos no Brasil poderia oferecer, sendo um levantamento que virtualmente reuniria e apresentaria elementos para conhecermos e nos apropriarmos melhor da história da pesquisa urbana brasileira — ao mesmo tempo, dada a enormidade da tarefa, dos assuntos e das entradas possíveis (sem excluir dessa conta os efeitos de possível imperícia do pesquisador), a ciência das limitações se impõe e indica que essa vontade de pesquisa exigiria tempo e recursos mais amplos.

É preciso, então, reconhecer o caráter processual que tal mapeamento necessariamente precisa assumir e que ele exige, para sua feitura, o trabalho conjunto de muitas mãos — de fato, só poderia ser fruto de pesquisas em rede. Felizmente, podemos contar com uma série de pesquisas voltadas para a história do urbanismo no Brasil que dialogam, direta ou indiretamente, com os interesses expostos. Assim, antes que esses reconhecimentos iniciais indicassem a necessidade de abandonar por completo esse projeto, apontaram, na verdade, para o reconhecimento positivo de que esse vasto trabalho já foi iniciado e caberia, portanto, tentar

dialogar com as pesquisas e com a rede de pesquisadores que vêm se dedicando a isso a fim de construir uma pequena contribuição para compor essa série de estudos.

A construção do campo intelectual a que me refiro, aquele que trabalha a história do urbanismo no Brasil, é um processo em curso pelo menos desde a década de 1980, como indicam Fernandes e Gomes (2004). Nesse momento, os autores identificam mais nitidamente uma vertente de pesquisas urbanas atentas às discussões próprias da história e da historiografia e se dedicam a um primeiro balanço dessas produções. Ao analisar os estudos sobre história do urbanismo, os autores apontaram estar claramente diante da constituição de um novo campo temático de pesquisa cujos objetos de estudo privilegiados seriam, entre outros:

Processos da constituição da disciplina e seus campos de influência, circulação das ideias, planos e projetos elaborados para as cidades brasileiras, seus principais protagonistas e as contradições entre as cidades idealizadas por arquitetos, urbanistas e planejadores e a cidade real (Fernandes e Gomes, 2004, p. 24)

Se, naquele momento, parecia certa a prosperidade da história do urbanismo enquanto frente de investigação em estado nascente, hoje, duas décadas depois desse balanço, podemos constatar a vitalidade desse “campo enorme e complexo em já longo processo de mapeamento pelas equipes de *Urbanismo no Brasil e Cronologia do Pensamento Urbanístico*”, como apontou Bresciani (2021, p. 80). Ainda que apresentem abordagens distintas, tais equipes aproximam-se fundamentalmente quanto aos propósitos e objetivos enunciados para seus trabalhos:

A pesquisa [*Cronologia do Pensamento Urbanístico*] é centrada na *historiografia do pensamento urbanístico* com foco na circulação de ideias, e tem por objetivo principal *subsidiar uma história intelectual do urbanismo*, de modo a trazer novas perspectivas de análise e novos recortes no *movimento de revisão historiográfica em torno desse campo disciplinar*. Sua ambição mais relevante não é desenvolver simplesmente uma linha do tempo propriamente dita, mas, graças também à linha do tempo, chamar a atenção para a circulação sistêmica e, muitas vezes, sincrônica ou anacrônica, de dados entre determinados círculos urbanísticos, formando vastas redes de intercâmbio (e também de disputa ou conflito) intelectual, acadêmico, científico e artístico que atuam de maneira complexa.<sup>9</sup>

O que é bastante consonante com as posições que encontramos enunciadas em:

---

<sup>9</sup> Texto de apresentação disponível na página do grupo de pesquisa ([cronologiadourbanismo.ufba.br/pesquisa.php](http://cronologiadourbanismo.ufba.br/pesquisa.php)), grifos meus.

A rede de pesquisa [*Urbanismo no Brasil*] tem por objetivo a *reflexão crítica sobre a formação do urbanismo no Brasil como campo de conhecimento e de prática profissional* [...] vem realizando um extenso e sistemático trabalho de levantamento, análise, problematização e interpretação dos documentos de urbanismo de um conjunto representativo de cidades brasileiras. A adoção de metodologias comuns de levantamento e de sistematização do material pesquisado permite avançar na reflexão teórica e metodológica, contribuindo para *o conhecimento da história do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil*.<sup>10</sup>

Fica evidente nessas breves apresentações que, para além da temática comum, ambas as equipes compartilham o carácter reflexivo que promovem em suas pesquisas e que, nos dois casos, compartilham ainda a maneira de definir o objeto de interesse identificado: um *campo* — “de conhecimento”, “de prática profissional”, “disciplinar” —, mas, sobretudo, um campo intelectual. Sobre esse ponto, acredito que caberia fazer um breve excursus.

—

A fim de oferecer um contorno um pouco mais preciso ao que é entendido por “campo intelectual”, encontramos na obra do sociólogo Pierre Bourdieu elaborações teóricas importantes para esse propósito no modo como ele apresenta essa noção de *campo*. No artigo intitulado *Campo intelectual e projeto criador* (Bourdieu, 1968), o autor elabora uma investigação sociológica da criação intelectual e, para tanto, lança mão de uma analogia conceitual entre os campos de força, tal como estudados na Física, e os campos sociais. Bourdieu trata o campo intelectual como “um sistema regido por leis próprias” (op. cit, p.106), a partir do que identifica um certo grau de autonomização no que diz respeito às dinâmicas sociais que se processam entre os agentes ali implicados, criadores ou intelectuais, a princípio.

O campo figuraria, assim, na condição de microcosmo, um universo intermediário (Bourdieu, 2004, pp. 20-21). Os atributos que podem ser relacionados a um agente em campo espelham a posição que esse agente ocupa na estrutura do campo, o que, por sua vez, não pode ser compreendido sem decifrar o papel de “instâncias específicas de consagração social” (Bourdieu, 1968, p. 106), no caso, consagração intelectual ou científica. Como aponta o autor, todo campo social seria um campo de lutas para conservar ou transformar o próprio campo (Bourdieu, 2004, p. 23), assim, agentes e instituições estariam investidos nessas disputas internas

---

<sup>10</sup> Texto de apresentação disponível na página do grupo de pesquisa (urbanismobr.com.br), grifos meus.

ao campo pela distribuição e apropriação de capitais sociais específicos — “cada campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capital” (Bourdieu, 2004, p. 26) —; para o campo científico, aqueles que têm melhores posições institucionais e disposições políticas, se apropriam de maior fração do capital em disputa. Por essas vantagens relativas no jogo social que ali se processa:

Os pesquisadores ou as pesquisas dominantes definem o que é, num dado momento do tempo, o conjunto de objetos importantes, isto é, o conjunto das questões que importam para os pesquisadores, sobre as quais vão concentrar os esforços de pesquisa (Bourdieu, 2004, p. 25)

Em seminário posteriormente transcrito e publicado com o título *Usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico* (2004), ao analisar o capital específico em disputa nesse campo, o capital científico, propõe que este seria um compósito no qual estariam amalgamadas duas formas de capital: uma política e outra propriamente científica. A primeira deriva diretamente das posições institucionais que os agentes ocupam, seus cargos e títulos, enquanto a segunda condiz de forma mais direta com a produção científica dos agentes, suas pesquisas e publicações. Diante dessas formas, Bourdieu sugere a existência de estratégias diversas que os agentes adotariam em busca da consagração, um exemplo dessas dinâmicas seria o caso de um agente recém-chegado ao campo, um(a) jovem pesquisador(a), que contaria apenas com capital científico *stricto sensu*, em contraste com um(a) pesquisador(a) que já teria seu lugar estabelecido e reconhecido pelos pares dessa “sociedade de admiração mútua” (Bourdieu, 1968, p. 122), ou seja, este último, além de capital científico, pode também contar com capital institucional (político). Disso, é de se supor que um agente consagrado deseje conservar sua posição institucional enquanto novatos podem querer adotar estratégias menos conservadoras. No livro *Homo academicus* (2013), Bourdieu realizou, ainda de modo mais detido, uma análise do campo científico tomando como caso para este estudo a academia francesa.

Para os fins desta investigação, nosso interesse é esclarecer o que a noção de *campo* significa no contexto de produção intelectual e no âmbito acadêmico de produção de pesquisas científicas. É preciso notar que as partes que compõem esse sistema esboçado por Bourdieu — agentes em suas posições específicas, instituições e seus dispositivos de consagração social, o

capital específico em disputa no campo e a forma com que ele está distribuído a cada momento —, são elementos que tomam parte nos conflitos processados em todos os campos sociais. No entanto, mesmo se tratando de elementos sempre presentes, não são elementos “eternos”, transcendentais. Com isso, o que se quer destacar é que a constituição de um campo tem uma história e, sendo “produto de uma história, esse sistema não pode ser dissociado das condições históricas e sociais de sua constituição” (Bourdieu, 1968, p. 113).

---

Retomando o curso da exposição iniciada anteriormente, é nesse sentido, então, que a noção de *campo* apresenta sua relevância para uma análise histórica da constituição do campo dos estudos urbanos, mobilizando, para tanto, as contribuições do campo de pesquisa em história urbana como um (sub)campo temático deste primeiro. É isso que temos em vista quando ressaltamos a confluência entre os projetos distintos das duas principais equipes de pesquisa que vêm se dedicando ao trabalho de mapear historicamente a constituição do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil em seus diversos aspectos e conexões.

Para além das equipes destacadas anteriormente, que, em sua medida, nos dão provas do sucesso do desenvolvimento do campo de pesquisa em história do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil, soma-se a presença da já tradicional sessão de História Urbana nos Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR) ou, ainda, as mais de trinta edições do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (SHCU) — “já consolidado como o principal fórum de debates no campo dos estudos históricos das cidades e do urbanismo” (Faria, 2016, p. 2). Desde sua primeira edição realizada em Salvador em 1990, o SHCU identificava o movimento de reação à insuficiência da hierarquia disciplinar e dos caminhos unilaterais trilhados até então na investigação urbana como um fundamento importante desse novo campo de trabalho (Fernandes e Gomes, 1992, p. 9).

Logo, reconhecer os acúmulos que constituem esse campo em que história e historiografia se articulam com temas do urbanismo e planejamento urbano permite abandonar a ilusão de que seria necessário inaugurar um trabalho de mapeamento de informações a fim de compreender os momentos da formação histórica do campo de estudos urbanos no Brasil. Portanto, como dito, a questão que se coloca então parece se aproximar mais da pergunta pela

forma de dar continuidade e se somar a esses esforços — ou, ainda, de modo análogo ao que Bresciani (1991; 1991a) procura pelas portas conceituais para pensar as cidades: como encontrar uma porta para esse campo de estudos? Um campo relativamente jovem e em permanente transformação, como caracterizou Ribeiro (2002, p. 63).

Nessa busca, uma entrada possível se encontra no livro *Urbanismo no Brasil 1895-1965* (1999), fruto de um longo trabalho de pesquisa coordenado por Maria Cristina da Silva Leme, que reuniu pesquisadores de várias cidades brasileiras. A obra apresenta uma coletânea de artigos sobre a formação e evolução do urbanismo brasileiro e é um exemplo maior desses esforços de pesquisa constitutivos do campo da história urbana no Brasil. No texto inaugural, sobre a formação do pensamento urbanístico no Brasil, Leme (1999) aponta que haveria “uma especificidade na atuação do profissional de urbanismo e planejamento urbano no Brasil — a dupla inserção profissional: em instituições de ensino e nos órgãos públicos” (p. 20), posição reforçada em seguida ao constatar que:

No urbanismo e no planejamento urbano e regional constatamos a imbricação, desde a gênese, entre este conhecimento e a prática profissional. Esta relação apresenta-se de forma diferenciada ao longo do tempo. Desde o início, os mesmos profissionais atuaram no ensino superior, na administração pública ou ainda sob contrato do estado ou da prefeitura. A dupla inserção foi fundamental para a própria formação e consolidação da área. (Leme, 1999, p. 32)

Tendo em vista o caráter fundante e perene desse par composto por um lado pela (a) atuação profissional em instituições de urbanismo e planejamento urbano no Brasil e, por outro, (b) o ensino de ou a formação em urbanismo e planejamento urbano —, parece acertado elegê-lo como centro orientador da exposição da pesquisa que os leitores encontrarão aqui. Ao orbitar essa questão, uma vez que cada um dos temas desse par constitui um tópico transversal, esperamos poder organizar certa leitura da formação desse campo ao olhar para a formação dos agentes e para a formação das instituições, valendo-nos da polissemia que o termo “formação” guarda.

Assim, tanto a prática do ensino quanto a prática profissional do urbanismo e do planejamento urbano são entendidas aqui como atividades formadoras por excelência, também, por isso, aparentam ser boas balizas ou promissores “fios” da meada de “um novelo do qual se

poderiam puxar várias pontas, não sequenciais, mas entrelaçadas em uma temporalidade simultânea”, tomando emprestada a metáfora mobilizada por Bresciani (2002, p. 26). Tentando viabilizar uma leitura dos processos históricos de formação do urbanismo e do planejamento urbano, como prática profissional e como campo de conhecimento, ciente de que apenas poderíamos nos deter em certos aspectos e episódios específicos desse fenômeno, estabelecemos como critério para essa montagem uma delimitação temporal e institucional — a saber, a década de 1970 e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau).

Como dito anteriormente, entre os temas de interesse e abordagens diversas que as pesquisas em história urbana apresentam, é possível identificar uma agenda de investigação que elege as instituições de urbanismo e planejamento urbano como objeto central das análises elaboradas. Nesse meio, os objetos de atenção são, entre outros, a atuação dos agentes envolvidos nos diferentes momentos e escalas desse processo de institucionalização, as tramas institucionais e as redes de relações entre profissionais, bem como a trajetória de urbanistas e planejadores, demonstrando os vínculos disso com o processo de circulação de ideias no debate urbanístico em contexto nacional, regional e internacional.

No contexto da rede de pesquisas *Urbanismo no Brasil*, depois de uma fase inicial marcada pela publicação homônima ao grupo citada anteriormente, o estudo das experiências e políticas urbanas se concentra no período da Era Vargas, momento para o qual o livro *Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras* (2012), organizado por Vera Rezende, talvez seja a principal referência. Na continuidade dessas pesquisas, são desenvolvidas investigações sobre o urbanismo e o planejamento urbano brasileiros durante a década de 1960, considerando a profunda transformação política e o forte impacto político, social, institucional e intelectual que o golpe civil-militar de 1964 representou (Leme, 2019, p. 10) — para essa etapa, cabe destacar o livro *Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960* (2019), organizado por Maria Cristina da Silva Leme.

Mais recentemente, demonstrando um prolongamento dessa agenda integrada de pesquisa em rede, definem-se novos horizontes para os trabalhos na área ao tomar por tema o desenvolvimento do planejamento urbano na década de 1970 e a partir dela. São exemplos disso a realização do IV Seminário Urbanismo e Urbanistas no Brasil, ocorrido em 2019 em Belo

Horizonte e a publicação do livro *Urbanismo e planejamento no Brasil: formação, práticas e instituições* (2021), organizado pelos professores Elisângela de Almeida Chiquito (UFMG), Rita Velloso (UFMG) e Rodrigo de Faria (UnB), que deriva diretamente do referido evento — em que as conferências de abertura apontaram aspectos relevantes da formação do urbanismo e das instituições de planejamento, por meio da fala da prof. Sarah Feldman<sup>11</sup>, bem como da trajetória de formação profissional, por meio do relato do prof. Geraldo Costa<sup>12</sup>. Também são representativos da ampliação do escopo das pesquisas em história do urbanismo e do planejamento a constituição da rede de pesquisa *Cultura, Arquitetura e Cidade na América Latina* (CACAL)<sup>13</sup>, que tem como escopo pensar o urbanismo e o planejamento em tempos de desenvolvimentismo, sobretudo no período que vai do pós-guerra até os anos 1970, e a promoção do colóquio “*O planejamento territorial no Brasil na década de 1970: instituições, planos e políticas federais e estaduais de estruturação da rede urbana e regional*”<sup>14</sup>. Como é apontado por Francisconi (2023):

Depois de encerrado o período autoritário-desenvolvimentista e implantada a democracia, as políticas urbanas do período 1964-1986 foram excluídas de narrativas históricas e trabalhos acadêmicos. Como exceção, os estudos na Universidade de São Carlos e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional gaúcho sobre o legado do Serfhou e, mais recentemente, o colóquio *O planejamento territorial no Brasil na década dos 70*, organizado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, em março de 2023 (p. 13).

Tendo em vista esse conjunto de iniciativas e direcionamentos recentes dos esforços de pesquisa nesse campo, nota-se que a década de 1970 representa um interesse atual para o qual estão convergindo algumas das pesquisas em história do urbanismo e do planejamento.

---

<sup>11</sup> Ver Feldman (2021).

<sup>12</sup> Ver Costa (2021).

<sup>13</sup> “O Grupo de Pesquisa Cultura, Arquitetura e Cidade na América Latina (CACAL), sediado na FAU/USP, nasceu em 2015, e se conforma hoje como rede nacional com mais de 20 pesquisadores de todo o Brasil, além de colaboradores em universidades no exterior. Dois pressupostos direcionam a investigação: construir interfaces com outros campos da cultura e das ciências humanas, e transpor as fronteiras nacionais que delimitaram grande parte da historiografia da arquitetura e da cidade produzida no Brasil”. Maiores informações disponíveis em: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0952243313240174](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0952243313240174).

<sup>14</sup> Ocorrido em março de 2023, o evento foi organizado pelo GPHUC-UnB/CNPq, pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB e pelo Programa Associado UEM / UEL de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, com coordenação da Profa. Dra. Fabíola Castelo de Souza Cordovil (UEM) e do Prof. Dr. Rodrigo de Faria (UnB).

Reconhecemos nessa década um importante momento de criação e consolidação institucional, o que justifica adotá-la como critério temporal para o enquadramento dos temas que pretendemos investigar. Partindo dessa baliza, encontramos no Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau) um segundo marco interessante para esse propósito, uma vez que a atuação da instituição entre a segunda metade da década de 1960 e a primeira de 1970 é bastante abrangente e significativa — dão provas disso o fato de, mesmo após o fim da instituição, ela ter sido capaz de provocar debates entre pesquisadores qualificados que se estenderam pelas décadas seguintes e, de certo modo, até hoje.

A importância do planejamento e do urbanismo na gestão urbana arrefeceu nas décadas seguintes [à extinção do Serfhau em 1975] e o Serfhau, de início desqualificado, acabou sendo reavaliado a partir da década de 1990, quando os métodos adotados e os resultados óbitos por ele foram reconsiderados em trabalhos acadêmicos [...], o que levou à revisão dos conceitos então dominantes e à valorização do que o Serfhau havia realizado (Francisconi et al., 2021, pp. 159-160)

Entre as diversas atividades promovidas pelo Serfhau, o *Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano* (1973) demonstrou ser um evento particularmente relevante para esta pesquisa, uma vez que foi capaz de reunir uma trama de agentes e instituições bastante representativa desse momento da atividade planejadora no Brasil. Pensando a partir das duas entradas temáticas apresentadas anteriormente, o ensino e a prática em planejamento urbano aparecem especialmente amalgamados nessa ocasião. Basta notar que se trata de um evento promovido por meio da cooperação entre o Serfhau — a instituição, à época, responsável pela elaboração das políticas urbanas em nível nacional, um marco institucional importante na história da atividade profissional de planejadores urbanos brasileiros —, e a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) — local institucional dentro do quadro da universidade pública brasileira que, por meio de um arranjo específico, sediou um dos primeiros programas de pós-graduação na área de concentração.

Assim, enunciando de maneira mais direta, esta pesquisa se dedicou a compreender, a partir dos métodos de investigação provenientes da historiografia do planejamento, os debates sobre a formação de planejadores nos anos 1970, momento de institucionalização do

planejamento em nível federal, tendo como foco o *Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano* realizado em 1973. Adotamos a hipótese de que o estudo do debate promovido no seminário pode apresentar elementos importantes para podermos compreender a formação do campo dos estudos urbanos no Brasil, mais especificamente, oferecendo melhor entendimento do papel que o Serfhau desempenhou na formação de planejadores urbanos e no processo de reconfiguração das práticas de ensino de planejamento urbano que se deu a partir da implementação dos primeiros programas brasileiros em nível de pós-graduação.

Dando continuidade à intenção de diálogo com o campo de estudos em história do urbanismo e do planejamento urbano, esperamos que a interface que este campo apresenta com o campo da historiografia possibilite encontrar ferramentas para uma análise mais apurada do conteúdo e dos sentidos dos debates sobre ensino que se processaram no seminário em questão. Portanto, ao realizar essa troca de olhares entre uma visão do processo de formação a partir da institucionalização da prática em planejamento urbano — através do Serfhau, primeiro órgão em nível federal coordenador e elaborador de políticas urbanas —, e a partir da institucionalização do ensino neste mesmo campo — por meio da implementação dos primeiros programas de pós-graduação em planejamento urbano, pretende-se explicitar algumas influências mútuas e pontos de contato entre essas chaves de leitura e ressaltar a importância da década de 1970 para os caminhos da atividade planejadora urbana no Brasil.

Para tanto, realizamos revisões bibliográficas a partir dessas duas entradas temáticas principais: (a) textos que estruturaram certo debate sobre o Serfhau, sua atuação, heranças e contribuições e (b) textos sobre o ensino de urbanismo e planejamento urbano no Brasil, breve histórico dos primeiros cursos e o caráter inter/multidisciplinar da área. As análises recorrem também às informações levantadas a partir de pesquisa documental em publicações realizadas pelo Serfhau como os anais dos seminários promovidos, sobretudo, claro, o *Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano* destacado anteriormente. Além disso, também se mostrou necessária a consulta de outros tipos de fontes como leis e decretos específicos.

A dissertação se organiza em três momentos. O primeiro capítulo busca apresentar momentos do processo de formação do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil entre 1930 e 1970, enfatizando o papel das instituições criadas nesse campo como espaços de

formação de planejadores pela prática profissional, a fim de situar a criação do Serfhau, primeiro órgão coordenador do planejamento urbano em âmbito federal, como produto deste longo processo. Em um segundo momento, é apresentado, resumidamente, um panorama da atuação deste órgão, destacando, sobretudo, as atuações relacionadas ao ensino, treinamento e capacitação de técnicos como respostas à demanda por recursos humanos para as atividades de planejamento.

O segundo capítulo foca em analisar os debates promovidos na ocasião do *Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local*, organizado pelo Serfhau em parceria com a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) em 1973. O evento reuniu especialistas para discutir a formação de planejadores urbanos no Brasil, como tema principal, foram debatidas as condições para a criação de um sistema nacional de treinamento para planejamento urbano. Assim, são apresentados alguns antecedentes e objetivos do evento, comentários sobre os textos que visavam fomentar os debates entre os participantes e, por fim, encaminhamentos.

O terceiro capítulo examina as transformações no ensino de planejamento urbano no Brasil durante a década de 1970. Aborda, a partir da exposição sumária da história do ensino de urbanismo no Brasil, a criação dos primeiros programas de pós-graduação na área de planejamento urbano e regional como produtos de desenvolvimentos internos e externos ao campo universitário, chamando atenção para o papel que o Serfhau desempenha também nesse processo de institucionalização do ensino. Por fim, destaca a fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur) como fruto dos processos apresentados anteriormente e como um marco importante para consolidação da área no campo acadêmico.

## 1. Formação institucional do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil

Há um entendimento compartilhado de que “a institucionalização do planejamento urbano em nível federal só ocorreu a partir da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhou)” (Francisconi et al., 2021, p. 129), o que não significa que esse processo seja, de fato, iniciado com a criação destes órgãos. O que se verifica é que, a partir de 1964, com a ruptura do pacto social populista, a ação do Estado brasileiro em relação ao planejamento do espaço urbano se modifica radicalmente, culminando nessa institucionalização (Monte-Mór, 2008, p.45).

Assim, a criação do BNH e do Serfhou deve ser compreendida como “parte de um longo processo de institucionalização do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil” (Feldman, 2010, p. 07) e como produto do mesmo processo. Aqui, “planejamento” se refere à atividade prática profissional — uma vez que o objeto dos planos elaborados como ações do Estado sobre a organização do espaço urbano passa a ser, virtualmente, todo o território nacional — e a uma prática discursiva<sup>15</sup>, sendo esse um momento importante para a consolidação da mentalidade de planejamento urbano como função de governo.

A partir de 1965, em grande parte graças às oportunidades oferecidas pelo Serfhou, o poder público e, especialmente, as prefeituras vêm tomando consciência da necessidade de atuar sobre o processo urbano. [...] Assim, teve início no Brasil uma atividade prática de planejamento urbano que vem se afirmando em face à complexidade crescente dos problemas da administração pública municipal (Oliveira e Bolaffi, 1970, p. 156)

Na esteira desses entendimentos, Faria (2015) concorda que, “do ponto de vista jurídico-institucional, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo foi a primeira instituição federal no campo do saber urbanístico” (p. 313), representando tanto um momento de descontinuidade, por configurar uma novidade formal, quanto um contínuo desse processo de estruturação institucional das práticas de urbanismo e planejamento, uma vez que é também consequência e prolongamento de ações e debates que antecederam sua criação.

---

<sup>15</sup> “Uma séria dificuldade que se apresenta para a construção da história do planejamento urbano no Brasil é que nele, comumente, discurso e prática se mesclam de tal forma que é difícil separá-los” (Villaça, 1999, pp. 173-174).

Entre os muitos estudos do campo da história urbana que investigam instituições de urbanismo e planejamento urbano no Brasil, é notória a existência de uma série de pesquisas sobre a atuação do Serfhou que, tomadas em conjunto, configuram uma espécie de balanço crítico da atuação do órgão, trazendo à tona as contradições e as complexidades de interpretar o papel e a atuação dessa instituição. Ao apresentar a seguir essa série de eventos coadunados, não se pretende necessariamente fazer uma exposição rigorosa e total da história desse processo de institucionalização, mas lançar luz para momentos pontuais importantes para compreender algumas das posições tomadas nos debates presentes nesse corpo de textos e pesquisas que avaliam a atuação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo<sup>16</sup>.

Ao avaliar esses debates, é notória a centralidade de certos temas — questionamentos sobre a efetividade dos planos desenvolvidos no contexto do Serfhou, o escopo que previam e indicavam para elaboração dos planos, as consequências dessa instituição para o campo de atuação dos planejadores e a relação do planejamento ali desenvolvido com a ditadura militar e seu caráter autoritário de governo, por exemplo. As pesquisas de Feldman (2005, 2010 e 2019) contribuem de forma singular para uma reavaliação da atuação do Serfhou e mapeamento do debate sobre esse órgão no campo acadêmico e especializado. No entanto, a atuação em relação ao ensino de planejamento urbano, ainda que seja um tópico bastante presente, aparece como algo secundário. A pesquisa apresentada aqui pretende avançar nesse sentido, reconhecendo que, “ainda que o Serfhou venha sendo abordado em uma ampla gama de estudos desde a década de 1970, o seu significado permanece nebuloso na historiografia do urbanismo e do planejamento no Brasil” (Feldman, 2019, p. 104).

Assim, a discussão, análise e reflexão sobre o legado e a atuação do Serfhou está na agenda de certa parte do campo de pesquisa sobre a história do planejamento urbano brasileiro. Trata-se de um debate que vem sendo processado há bastante tempo e apresenta momentos distintos. No início dos anos 2000, Feldman (2005) considerava que as análises relacionadas ao Serfhou ainda se encontravam em um estágio simplificador. De modo geral, a pesquisadora argumenta que essa simplificação não era exclusiva para as análises do órgão em questão, mas

---

<sup>16</sup> Entre outros, temos os trabalhos de Vizioli (1998), Ferreira (2006), Mota (2007), Lucchese (2009), Jahn-Verri (2014) e Feldman (2005, 2010 e 2019).

era a forma comum de abordar as instituições no campo da historiografia do urbanismo no Brasil, lendo-as “mais como espaços que contêm ideias e práticas urbanísticas do que como parte de um longo processo” Feldman (2005, p. 1) de invenção e circulação nacional e internacional de concepções urbanísticas que são acomodadas a condições e a contextos políticos, econômicos e sociais diferentes, o que imprimiria características específicas às práticas observadas. Na discussão sobre o Serfhau, essa visão simplificadora é refletida na ênfase dada ao caráter centralizador e autoritário dessa instituição, resumindo os processos, tensões e disputas em jogo por meio dessa caricatura que acaba achatando a interpretação ao transferir de maneira imediata características do momento da história político-econômica à história social.

Uma relação mecânica entre a instituição e o período político em que é criada leva a uma simplificação que nega a historicidade do ideário urbanístico e ignora a persistente atuação de várias gerações de urbanistas e os embates enfrentados pelos limites colocados pela política e pela sociedade. (Feldman, 2010, p. 5)

Resistindo a essa tendência simplificadora, Feldman volta sua investigação para o processo de constituição do órgão e, em sua exposição, insere esse momento em uma série de instituições, agentes e eventos que remontam a 1930, identificando nesse arco — de 1930 até a criação do Serfhau — um “ciclo de institucionalização do urbanismo no Brasil”.<sup>17</sup>

Partindo desse ponto, faremos uma exposição breve de alguns momentos do supracitado processo histórico de construção de instituições de planejamento urbano e urbanismo no Brasil<sup>18</sup>, a fim de contextualizar a criação e a atuação do Serfhau. A exposição que se segue visa a dialogar com os apontamentos da autora, apresentando resumidamente o processo de institucionalização em questão e principais pontos levantados nos debates e balanços sobre o órgão para, enfim, focar nas atividades de formação, capacitação, treinamento e ensino.

---

<sup>17</sup> Os 11 anos de existência do órgão (1964–1975) constituem “um momento particular do ciclo de institucionalização do setor de urbanismo no Brasil, que se gesta na década de 1930 e se completa nos anos 1970” (Feldman, 2010, p. 7).

<sup>18</sup> Processo histórico constituído por “ideias e práticas sobre urbanismo no Brasil e do modo como ele, como campo de atividade profissional de intervenção urbana e de administração municipal, ocupou espaço na infraestrutura institucional do Estado brasileiro” (Faria, 2015, p. 313).

## 1.1 Notas sobre a institucionalização do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil

É importante ressaltar a sobreposição do ciclo de institucionalização do urbanismo, identificado por Feldman, com o “ciclo ideológico do desenvolvimentismo”, apontado por Bielschowsky (2000) — ambos processos decorrem no mesmo arco temporal, de 1930 a 1964, e, ainda que os autores estejam analisando fenômenos distintos, há interseções significativas e influências mútuas entre eles. Como afirma Viegas (2020, p. 5):

A disciplinarização do território esteve profundamente implicada com a pauta desenvolvimentista, voltada a um modelo de industrialização conduzido por projetos de planejamento estatais compreendidos como meios de superação do subdesenvolvimento brasileiro.

Esse período, identificado por diversos autores (Feldman, 2023; Bielschowsky, 2000; Ianni, 1977; Schmidt, 1983), é particularmente marcado pelo processo de estruturação de um Estado centralizado, por políticas de desenvolvimento e pela planificação econômica. Também é o período em que se dão processos socioespaciais como a rápida industrialização, explosão demográfica e urbanização acelerada, o que leva à seguinte conclusão: “a ascensão da questão urbana enquanto problema público no Brasil está relacionada ao quadro temporal delimitado entre a República Velha e a ditadura militar” (Viegas, 2020, p. 3).

A década de 1930 consiste em um momento de mudanças políticas, econômicas e sociais profundas no Brasil, representando uma etapa importante da estruturação do capitalismo industrial no país. Nesse momento, o Estado passa a promover a ideia de unificação nacional legitimando suas intervenções no plano econômico.

No momento em que a União obriga aos Estados e retira deles a capacidade de legislar sobre certos aspectos da vida econômica, o que ela está fazendo na verdade é afirmar a capacidade da burguesia industrial emergente de ter um espaço econômico nacional unificado (Oliveira, 1982, p. 45)

O programa centralizador do Estado Novo incorpora a ideia de planejamento como estratégia de governo. Assim, após 1930, “o Estado brasileiro assumiu — com todas as suas contradições e complexidades —, o planejamento como imprescindível para o desenvolvimento nacional” (Faria, 2015, p. 320). Se é verdade que, a princípio, a noção de planejamento era,

sobretudo, dirigida ao plano econômico, diante da nova realidade urbano-industrial em formação, também passaria a ser mobilizado “como instrumento capaz de conduzir o desenvolvimento territorial brasileiro” (Viegas, 2020, p. 3) — um meio de efetivar a transposição da ideia de desenvolvimento da abstração do espaço econômico ao território.

Esse processo de centralização do poder implica em mudanças na administração pública e no campo do desenvolvimento urbano. Em sua análise, Oliveira aponta que essa intervenção do Estado seria “o aspecto mais crucial da relação entre o Estado e o urbano no Brasil nesse período” (1982, p. 45). A reforma administrativa do serviço público também trouxe consequências para a administração em nível municipal, sendo a paradoxal relação entre o caráter político da centralização federal e o viés técnico da administração municipal um traço marcante desse período (Melo, 1993 apud Rezende, 2012, pp. 13-14).

O principal implemento destas reformas foi a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), como aponta Daland (1969, p. 15). O DASP, criado em 1938<sup>19</sup>, funcionou como um instrumento de controle e coordenação das burocracias estatais e nacionais, enquanto nos municípios estruturam-se Departamentos de Municipalidades, na prática, ramificações do órgão central — “daspinhos”<sup>20</sup> — que desempenhavam papel de órgão técnico municipal. Para tanto, incorporaram funções específicas do campo do urbanismo: “os departamentos das Municipalidades são *embriões das instituições de urbanismo* que se voltam para a assistência técnica aos municípios” (Feldman, 2012a, p. 26 – grifo meu).

Ainda que, em grande parte, os serviços de urbanismo fossem incorporados ali por seu pretense viés científico, como técnica de administração racional e despolitizada, é importante destacar que “estes Departamentos e Comissões de Planos que se disseminam pelo país se constituem como *espaços privilegiados para a formação*, ao nível das administrações municipais, de um saber técnico (Feldman, 2009 – grifo meu).

A inserção de noções urbanísticas nas estruturas administrativas locais é reflexo da atuação de profissionais como Luiz Inácio de Anhaia Mello, em São Paulo; Washington

---

<sup>19</sup> Decreto-Lei nº 579, de 30 de julho de 1938.

<sup>20</sup> “O DASP também operou nos estados e municípios por meio dos órgãos conhecidos como “Daspinhos”: Departamentos Administrativos dos Estados e Departamentos das Municipalidades” (Melo, 1993 apud Fernandes, 2012, p. 53).

Azevedo, em Minas Gerais; e José Estelita, em Pernambuco (Feldman, 2012a, p. 26). Nesse contexto de movimentos que visam a afirmação e consolidação do urbanismo enquanto prática profissional, a pauta da regulamentação profissional desta atividade entra em discussão devido à mobilizações e questionamentos de profissionais urbanistas, que apresentam “demandas de alargamento do escopo do urbanismo que vinha sendo praticado” (Feldman, 2021, p. 19).

No final de 1933, o Decreto nº 23.569, promulgado por Getúlio Vargas, regulamenta o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor — os serviços de urbanismo eram entendidos, então, como competência de engenheiros civis, sendo a aprovação na cadeira de "Saneamento e Arquitetura" o requisito legal previsto para desempenhar essa atividade profissionalmente. Os urbanistas, no entanto, só seriam reconhecidos legalmente como atuação autônoma e especialização profissional com o complemento ao decreto de 1933 oferecido pelo Decreto-Lei federal nº 8.620 de 1946 (Meirelles, 1960).

A regulamentação de profissionais vinculados às cidades, o apoio à execução de planos de urbanismo, a criação de estruturas institucionais de administração pública e os direcionamentos no campo da planificação econômica são sinais da ação planejadora do Estado, como indica Fernandes (2012, p. 56), e dão um lastro inicial para a vinculação entre urbanismo e planejamento que se efetivaria nas décadas seguintes.

No início da década de 1940, o I Congresso Brasileiro de Urbanismo<sup>21</sup> será um dos eventos que “coroaram o processo de mobilização pela legitimação do urbanismo e da profissão de urbanista ao longo da década de 1930” (Feldman, 2023, p. 38), representando um momento importante para a organização profissional do setor e para o processo de construção institucional do urbanismo no país. Entre as recomendações finais do evento, a criação de uma estrutura federal relacionada diretamente à condução das atividades urbanísticas foi sugerida:

---

<sup>21</sup> Organizado pelo Departamento de Urbanismo do Centro Carioca, realizado entre os dias 20 e 27 de janeiro de 1941. Ver Faria (2015) para maiores informações.

Nessa estrutura foram previstos três tipos de instituições: o **Departamento Nacional de Urbanismo** – órgão autônomo, destinado a orientar e divulgar em todo o país os princípios e as iniciativas de caráter urbanístico, bem como promover o seu ensino especializado; o **Instituto Brasileiro de Urbanismo** – autônomo, junto à Universidade do Brasil, para formação de urbanistas em nível de pós-graduação [...] e para formação de técnicos municipais, com matrícula exclusiva para pessoas que tenham curso universitário; o **Conselho Nacional de Urbanismo**, composto por técnicos formados pelo Instituto, com atribuição de verificação (Feldman, 2021, p.27 – grifos nossos)

Essa concepção ou demanda pela criação de um Departamento Nacional de Urbanismo não teve um desdobramento imediato, uma vez que essa estrutura não foi criada legalmente naquele contexto, mas “tem uma relevância historiográfica fundamentada no campo das ideias profissionais sobre o urbanismo e sua institucionalização” (Faria, 2015, p. 322). Para os fins deste estudo, acompanhamos a interpretação de Faria (2015) ao sugerir que haveria uma conexão entre a proposta de um Departamento Nacional de Urbanismo, em 1941, e a criação do Serfhau, em 1964 — válida pelo menos para o campo da história das ideias. Portanto, na década de 1940 são realizadas construções importantes para a formação de uma mentalidade urbanística no Brasil e contribuem para a compreensão do processo que resultaria na criação do BNH e do Serfhau nos anos 1960. Além de construções no plano discursivo como a ideia de um Departamento Nacional de Urbanismo, também há alterações no campo efetivo da política institucional. No contexto do fim do Estado Novo e da Constituição de 1946<sup>22</sup>, é decretada a criação da Fundação da Casa Popular (FCP)<sup>23</sup> — “o primeiro órgão de âmbito nacional voltado exclusivamente para a provisão de residências às populações de pequeno poder aquisitivo” (Azevedo et al., 2011, p. 1).

Ainda que essa iniciativa pretendesse enfrentar um quadro real de demanda popular por moradia, ela representa também uma estratégia, por parte do governo, para amenizar as tensões políticas do momento tentando ganhar a simpatia dos setores populares através de ações de cunho social (Azevedo et al. 2011, p. 2). Essa motivação somada à posterior percepção da impossibilidade de efetivamente proporcionar soluções habitacionais sem atacar também a ausência de infraestrutura e saneamento básico, por exemplo, levam à reestruturação dessa

---

<sup>22</sup> “A Constituição de 1946 consagra a ideia de planejamento governamental que começa a ser implementada na Era Vargas” (Feldman, 2012, p. 7).

<sup>23</sup> Decreto-Lei nº 9.218 de 1946.

instituição. Tendo sido inicialmente pensada para enfrentar problemas habitacionais das faixas de população de baixa renda, a FCP passaria a atuar em áreas setoriais complementares a esse fim, o que faria dela um “verdadeiro órgão de política urbana *lato sensu*” (Azevedo et al. 2011, p. 2).

A FCP também se propunha a financiar obras de infraestrutura, saneamento, pesquisas habitacionais e, ainda, *formar técnicos para atuar nas prefeituras municipais* (Jahn-Verri, 2014, p. 50 - grifo meu)

Mesmo assim, a tarefa principal da qual incubiram o órgão era desproporcional aos recursos e à estrutura de que dispunha, situação que levaria diversos ajustes e reestruturações até a extinção da FCP. Uma dessas tentativas de mudança da instituição foi a proposição de um Banco Hipotecário de Investimento e Financiamento da Habitação Popular, com a intenção de realizar uma espécie de divisão do trabalho no setor — o Banco passaria a executar a coordenação política e a FCP assumiria, então, um papel normativo — um arranjo que, “em certo sentido, foi tentado quando da criação do BNH. A lei que o instituiu criou também o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, com função semelhante às da Fundação da Casa Popular” (Azevedo et al., 2011, p. 23).

Os problemas da nova realidade urbano-industrial em expansão passaram cada vez mais a ser objeto de discussões na esfera pública brasileira, constituindo um corpo de intensos debates (Jahn-Verri, 2014, p. 24). As décadas de 1940 e 50 definem um momento excepcionalmente rico de criação institucional no campo do urbanismo e planejamento urbano e regional, direta ou indiretamente. Além da FCP, destacam-se também como exemplos representativos dos processos de criação institucional que marcaram esse momento o advento da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1944; da Associação Brasileira de Municípios (ABM), em 1946; da Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS), em 1947; da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU), em 1951; do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), em 1952; e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959 — um fôlego de estruturação institucional que não se esgota com o fim da década de 1950<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Mesmo no breve período de governo de Jânio Quadros, em 1961, registra-se a criação do Serviço Nacional dos Municípios (Senam) e do Conselho Nacional de Planejamento de Habitação Popular (Leme, 2019, p. 22-23).

Organizaram-se instituições que introduziram um conjunto de novas questões como a superação do limite político-administrativo para a demarcação de áreas de planejamento e a necessidade de considerar determinantes geográficos e econômicos, potencialidades de recursos regionais, assim como avanços da técnica no processo de planejamento (Feldman, 2023, p.17)

Ainda que a questão da habitação ocupasse lugar privilegiado na opinião pública e nos debates técnicos, através do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), por exemplo, o campo de atuação desses profissionais não ficaria resumido a essa temática. Constituindo um espaço importante de reivindicação e afirmação profissional no campo do planejamento urbano, “desde os anos 1940, o IAB atua para a inserção dos arquitetos nas práticas do urbanismo, voltando-se à formação de quadros técnicos na categoria” (Feldman, 2023, p. 46).

As discussões e os planos urbanísticos passam a abranger maior escala conforme o deslocamento da visão municipal para um processo de planejamento regional ganha força, principalmente através da incorporação do conceito de região como unidade básica de planejamento. Como identifica Feldman (2009), a década de 1950 representa um momento de grande crença no planejamento regional no Brasil como o caminho possível para uma organização territorial eficiente e superação dos desequilíbrios regionais — “se até 1930 os planos abrangeram somente a área central das cidades e, entre 1930 e 1950, todo o perímetro urbano, a partir da década de 50, os planos passaram a situar as cidades dentro de uma região” (Jahn-Verri, 2014, p. 52).

Esse período também será marcado pela inserção do Brasil no circuito internacional de *experts* em urbanismo e planejamento urbano — Francis Violich, John Friedmann e Joseph Louis Le Bret são alguns dos nomes de peso que visitaram o Brasil nesse período, contando, para isso, com o financiamento de agências transnacionais de cooperação técnica<sup>25</sup>. Em suas estadias, os *experts* participaram da elaboração de planos e ministraram cursos em instituições de planejamento, espaços importantes de formação de planejadores pela prática profissional.

---

<sup>25</sup> O *Point Four Program*, estabelecido em 1950, é grande exemplo disso — “com fundos provenientes de várias agências norte-americanas e da ONU. O *Point IV* tinha por objetivo o estabelecimento de acordos para intercâmbio de conhecimento técnico e especializado para contribuir para o desenvolvimento equilibrado e integrado dos recursos econômicos e das capacidades produtivas dos países subdesenvolvidos” (Feldman, 2012, p. 5).

A tônica principal da atuação dos experts é a formação de quadros técnicos para o planejamento, onde se destacam duas abordagens: por um lado, a associação do planejamento na escala regional à questão do desenvolvimento [...] por outro lado, a associação do planejamento à habitação para população de baixa renda (Feldman, 2012, p. 2)

Assim, com ênfase maior no planejamento regional, mudanças no entendimento da atuação dos arquitetos e urbanistas se consolidam. Assistimos, então, à proliferação de instituições que orbitam esse campo de atuação e ideias que passaram a circular através da inserção do Brasil em redes transnacionais no campo do desenvolvimento urbano nos anos 1950. O reconhecimento do caráter multidisciplinar que as tarefas de planejamento exigem apontam para a necessidade de formação de um novo profissional:

É a partir dos anos de 1950 que os arquitetos, por meio de sua entidade – o IAB –, de suas instituições de ensino e de instituições de urbanismo externas às administrações terão atuação relevante na construção de um saber, na formação de técnicos dentro e fora das administrações municipais e na institucionalização de um sistema hierarquizado de planejamento. Acabam por constituir as bases para a formação de equipes multidisciplinares coordenadas por arquitetos para a elaboração de planos e para a formação de um novo perfil de arquiteto — **o arquiteto planejador** (Feldman, 2005a, p. 223 – grifo meu)

Essa figura de um “arquiteto planejador” dá sinais sobre como estavam articuladas demandas habitacionais com as pautas do planejamento urbano na virada da década de 50 para 60 — exemplo disso seriam as “propostas de solução para a crise habitacional associadas à reforma urbana, no âmbito de mudanças estruturais previstas no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social [1962-1965] elaborado por Celso Furtado” (Feldman, 2023, p. 17). O contexto de elaboração deste plano é marcado pelas tensões políticas que caracterizam a primeira metade da década de 1960, anos de crise no âmbito das relações entre Estado, economia e sociedade. O modelo de substituição de importações como impulso do crescimento econômico do país tinha se exaurido, o que implicava uma busca por um novo programa de desenvolvimento que tenta ser respondida por Celso e João Goulart através das reformas de base — administrativa, bancária, fiscal, agrária e reforma urbana (Lafer, 1970 apud Schmidt, 1983, p. 100).

Formulada em um contexto de urbanização acelerada e de politização das massas urbanas (Ianni, 1977, p. 195), a proposta de reforma urbana ganha força entre arquitetos e urbanistas e demais setores profissionais do campo do desenvolvimento urbano mobilizados para a construção da pauta. Nesse sentido, entre os dias 24 e 31 de julho de 1963 foi realizado o Seminário de Habitação e Reforma Urbana – s.HRu, promovido pelo IAB, com apoio do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores do Estado (Ipase), em Petrópolis (RJ) no Hotel Quitandinha e em São Paulo na sede do IAB. Como aponta Bonduki (2018, p. 22):

O seminário de 1963 sistematizou um conjunto de propostas bem elaboradas para efetivar os principais instrumentos institucionais necessários ao enfrentamento dos problemas habitacional e urbano, a partir do binômio industrialização e planejamento

Entre as propostas apresentadas no documento final do evento, é pautada “a criação de um órgão central federal, a ser criado pelo governo federal, incorporando a Fundação da Casa Popular (FCP) e o Conselho Federal de Habitação” (Mota, 2007, p. 5). Como citado anteriormente, essa ideia de um órgão central para tratar das questões urbanas e habitacionais em escala nacional já vinha circulando há mais tempo no contexto brasileiro. A antiga demanda por institucionalização, retomada no contexto do s.HRu, seria, de certa forma, efetivada pouco tempo depois da realização do evento, porém, isso se daria em um contexto bastante adverso, marcado pela ruptura traumática que o golpe militar de 1964 representou.

O conseqüente advento de um centralismo autoritário ocorre em meio à crista do processo de urbanização acelerada, que se encontrava “em sua fase mais aguda, fazendo-se sentir na rede urbana brasileira todas as suas características críticas” (Serra, 1991, p. 146). Paradoxalmente, ao mesmo tempo que “a deposição de Jango interrompe de forma radical o promissor porém conflituoso processo de formulação de políticas públicas urbanas” (Leme, 2019, p. 28), no campo do desenvolvimento urbano verifica-se certa continuidade, uma vez que “os dois instrumentos fundamentais de política urbana criados pelo regime militar — o BNH e o Serfha — estavam previstos, com outras denominações, entre as propostas do s.HRu” (Bonduki, 2018, p. 31). É dessa maneira controversa que instaura-se “a primeira experiência institucionalizada de planejamento urbano tem início no Brasil” (Costa, 2008, p. 66).

## 1.2 Um órgão federal de habitação e urbanismo: criação, reestruturações e frentes de trabalho

A criação e atuação do Serfhau só podem ser entendidas como parte do projeto de institucionalização do planejamento como função de governo e como técnica de administração iniciado na era Vargas (Feldman, 2005a, p. 218)

O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo foi criado concomitantemente ao Banco Nacional de Habitação<sup>26</sup> no contexto de instauração das políticas do regime de ditadura militar. Do ponto de vista estratégico do governo, a criação destes órgãos cumpria uma dupla função — visavam tanto a “recuperação da economia pela indução de investimentos maciços no setor de construções”, como “oferecer alguns benefícios às massas urbanas “anômicas” a fim de gerar compromisso com um governo de legitimidade duvidosa” (Schmidt, 1983, p. 45). Portanto, é preciso notar que a criação do BNH e do Serfhau “fazia parte de elaborada estratégia destinada a “esfriar” as massas, e, se possível, obter delas o apoio” (Azevedo e Andrade, 2011, p. 40) — intenções políticas bastante similares às que foram depositadas na Fundação da Casa Popular no momento de sua criação na década de 1940. As similaridades com a FCP não se limitam apenas ao papel estratégico que a criação das instituições em ambos momentos apresenta — o vínculo entre estas instituições seria “genético”, uma vez que o Serfhau incorpora as funções até então desempenhadas pela Fundação<sup>27</sup>, como sugerido na proposta de um órgão central de habitação e urbanismo que fora desenhada no s.HRu.

Quanto à estrutura institucional prevista pela política de criação, “a lógica administrativa e de planejamento sugeria, na realidade, que o BNH, encarregado de um programa setorial, específico, se subordinasse ao Serfhau, órgão normativo, de planejamento e de pesquisa” (Cintra, 1978, p. 203) — no entanto, o que se deu foi o inverso, fazendo com que o Serfhau ficasse subordinado ao banco. Assim, de início, o Serfhau seria marcado por essa contradição entre a magnitude de sua tarefa e a falta de autonomia e capacidade de decisão (Oliveira, 1993 apud Feldman, 2010, p. 6).

---

<sup>26</sup> Lei 4.380 de 1964.

<sup>27</sup> Art. 54 da Lei nº 4.380 de 1964.

O Serfhau foi criado quando da criação do próprio BNH. A legislação foi criada pela equipe de Campos<sup>28</sup>. O projeto foi do Paulo Assis Ribeiro, que criou o Serfhau com características de organismo normativo da política de habitação. O próprio nome o indica. Foi essa a ideia inicial. O Serfhau teria assim uma série de atribuições acima do BNH. Mas o Campos, quando tudo ficou pronto, escolheu a Sandra Cavalcanti<sup>29</sup> [...] Na hora de tudo certinho, direitinho, entra a Sandra... Como política, pega a lei que estava sendo determinada pelo Assis Ribeiro e diz: — “querem colocar uma coisa acima de mim?” —, alterou a lei e pôs o Serfhau debaixo do Banco (Cole, 1975 apud Lucchese, 2009, p. 287)

A modificação do projeto que resultou na lei de criação dos órgãos e implicou na subordinação ao BNH seria, para o Serfhau, um “golpe mortal, apesar da aparência saudável nos anos seguintes” (Cintra, 1978, p. 204). Na interpretação de Azevedo e Andrade (2011), “a subordinação da política urbana à habitacional, traduzida na liderança institucional do BNH, faria do Serfhau um órgão a reboque daquele, em clara inversão de papéis” (p. 41). Essa redefinição do comando no setor também foi vista como expressão do fator estratégico que a atuação no campo da moradia popular poderia representar, visando possíveis ganhos políticos para a imagem do governo militar que se implantara com o golpe.

A escolha da habitação como eixo da política urbana aconteceu principalmente porque foi sob o aspecto das tensões nas favelas, das massas disponíveis e das migrações maciças para as cidades que a questão urbana ganhou visibilidade e contorno nos princípios dos anos 1960. (Azevedo e Andrade, 2011, p. 41)

Ainda que a leitura dos sentidos políticos desses adventos institucionais no campo do urbanismo e da habitação seja comum na visão de alguns dos comentadores, esse mesmo momento de criação de estruturas centralizadas de poder dentro de um processo de implantação de um regime autoritário — em reação ao momento populista e federativo que o período 1946-1964 representou — também é lido, por outros pesquisadores, como um processo de “tecnificação” e “despolitização” dos problemas urbanos (Ferreira, 2007, p. 44). Mas a contradição possível entre a politização dos problemas urbanos, apontada pelo primeiro grupo, e

---

<sup>28</sup> Roberto Campos, economista e diplomata, foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) na década de 1950 e Ministro do Planejamento durante o governo de Castelo Branco (1964-1967). No campo político representava uma posição à direita do ideal desenvolvimentista. Uma exposição sobre o pensamento econômico de Campos e sua trajetória profissional pode ser encontrada em Bielschowsky (2000, p.104-127).

<sup>29</sup> Sandra Cavalcanti, filiada à UDN, foi eleita vereadora na década de 1950 e, em 1960, deputada estadual da Guanabara, após 1964, migrou para o Arena, partido de apoio do regime militar.

a despolitização, apontada pelo último, não configura um impasse, na verdade ambas posições se sustentam: a atuação do governo militar sobre os problemas urbanos, sobretudo no campo habitacional, representa uma estratégia que aposta na conversão desse direcionamento em ganhos políticos-sociais, ao passo que a atuação administrativa e profissional sobre os problemas urbanos seria despolitizada diante da prevalência de uma visão tecnocrática que orienta a atividade dos planejadores dentro da “tecnocultura” conformada nesse período.<sup>30</sup>

Contradições como essa, aparentes ou efetivas, na ordem do discurso ou nas práticas de planejamento marcam o ciclo de institucionalização do urbanismo inaugurado nos anos 1930, processo que, como nos lembra Feldman (2021, p. 23), “não é linear e extrapola a formalização de instituições”. Ainda assim, pensando um momento específico desse ciclo, o recurso a uma leitura cronológica da trajetória do Serfhou pode ser instrutivo para a exposição de algumas de suas principais frentes de atuação. Mota (2007), ao analisar a atuação do órgão, identifica duas fases principais: de 1964 a 1969, período “embrionário e jovem” da instituição; e de 1969 a 1975, período de “maturidade e fim” — a autora toma como ponto de clivagem dessa trajetória a criação do Programa de Ação Concentrada (PAC), implantado pelo Ministério do Interior em 1969. Outra periodização também poderia ser construída a partir dos decretos legais que formalizam a criação, a regulamentação, a reestruturação e a extinção do órgão — definindo assim três momentos: de 1964 a 66; de 1966 a 70; e de 1970 a sua extinção em 1975.

Nos anos iniciais, logo após sua criação, o Serfhou, basicamente, dá continuidade às ações desenvolvidas pela então extinta Fundação da Casa Popular, como a análise técnica e financeira de projetos habitacionais, o controle de débitos e administração patrimonial do que a FCP legou (Mota, 2007, p. 12). As questões de habitação ocuparam a maior parte das funções desempenhadas nesse período, “configurando uma instituição assessora do BNH” (Feldman, 2010, p. 3) No campo do planejamento urbano, a relevância do órgão estaria na prestação de assistência técnica a “programas regionais e municipais de habitação de interesse social” e “aos Estados e Municípios na elaboração dos planos diretores” (Art.55, Lei nº 4.380/64).

---

<sup>30</sup> Quando o Governo passa a “expandir e reformular a estrutura político-administrativa do País, que, conjugada com o fortalecimento do papel dos técnicos (economistas, engenheiros, agrônomos, arquitetos, estatísticos etc.), consubstanciaria a nova estrutura de poder, criada a partir de 1964, quando uma série de reformas econômicas e sociais passaram a ser implantadas” (Mendes, 1978, p. 104).

Ao se analisar as peças legais de criação e regulamentação do Serfhau, fica evidente sua principal e única atribuição possível de realizar – a assistência técnica aos municípios. No momento de sua criação a ênfase da assistência técnica se volta para programas habitacionais de interesse social, uma vez que surge como órgão sucedâneo da Fundação Casa Popular (Feldman, 2005a, p. 217)

A atividade de assistência técnica aos municípios, nesse sentido de apoio a planos e programas específicos, ocupou um lugar central, mas não era a única atribuição prevista. Entre as atribuições legais do órgão, uma das poucas que não estava relacionada explicitamente à atividade de assistência técnica seria a de “incentivar a investigação tecnológica, a formação de técnicos, em qualquer nível, relacionadas com habitação e urbanismo”(Art.55, Lei nº 4.380/64).

Em 1966, o Serfhau passa por “modificações que o afastaram, gradualmente, da política habitacional” (Jahn-Verri, 2014, p. 101). Com a regulamentação de suas atividades a partir do Decreto nº 59.917/66, torna-se o órgão federal responsável pela elaboração e coordenação da política nacional no campo do planejamento local integrado, que, por sua vez, havia sido “estabelecida dentro das diretrizes da política de desenvolvimento regional, em articulação com o Ministério do Planejamento e o Ministério de Coordenação dos Organismos Regionais” (Mota, 2007, p. 8).

As implementações trazidas por esse decreto são fruto de discussões anteriores gestadas no Ministério do Planejamento, dirigido à época por Roberto Campos, no contexto de elaboração do Plano Decenal — o arquiteto e urbanista Harry James Cole desempenha aí um papel importante ao elaborar das propostas do capítulo de Desenvolvimento Regional e Urbano do Plano (Lucchese, 2008, p. 71-72). As origens da proposta de criação de um Sistema Nacional de Planejamento do Desenvolvimento Local Integrado (SNPDLI) remontam a esse trabalho de Cole e, nesse contexto, o Serfhau havia sido pensado como órgão central para gerir esse sistema (Lucchese, 2009, p. 282). Em documento elaborado junto de técnicos do Serfhau, Cole (1968)<sup>31</sup> esclarece que a ideia do SNPDLI seria uma estratégia geral que visava, por exemplo, o aumento

---

<sup>31</sup> Documento elaborado por Cole e técnicos do Serfhau em 1968 para o Seminário sobre Metodologias Aplicadas ao Planejamento Regional na América Latina, realizado em Lima, Peru, entre 11 e 15 de março de 1968, sobre os auspícios da OEA.

da renda per capita urbana e “atingir o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais” (p. 1). Mais tarde, em entrevista concedida a Antônio Octávio Cintra, Harry Cole, expõe:

Tinha que fazer a parte do planejamento urbano. Fui para o IPEA para fazer esta parte no Plano Decenal. Na mudança de governo, o Beltrão [Hélio Marcos Penna] acha que o Serfhau é um órgão inútil. Nós achávamos que não, havia o planejamento urbano e isso era importante. Aí me propõe: porque você não faz uma proposta de reorganização do Serfhau? (Cole, 1975 apud Lucchese, 2009, p. 288)

O Decreto de 1966 também cria o Fiplan — Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado, “destinado a prover recursos para o financiamento de planos e estudos de desenvolvimento local integrado” (Art. 21, Decreto nº 59.917/66)<sup>32</sup>. O Fundo formalizou as condições para a criação, nas regiões e municipalidades, de instituições voltadas para o planejamento, fortalecendo o processo de estruturação administrativa do setor, uma vez que a concessão dos recursos estava condicionada à criação desses órgãos permanentes de planejamento e desenvolvimento local (Feldman, 2010, p. 10). O Fiplan, seria, portanto, um instrumento para viabilizar a estratégia por trás da concepção do SNPDLI, como indica a posição de Cole (1968, pp. 1-2):

Para que os municípios fossem motivados a planejar era necessário que esse planejamento lhes trouxesse benefícios imediatos [...] Dentro desse espírito, a tática adotada foi a de se colocar à disposição das municipalidades amplos recursos para que executem esse planejamento

Porém as intenções do arranjo previsto para financiamento e elaboração dos planos eram aparentemente ambíguas pois é também nesse contexto que se estabelece, “pela primeira vez, a chancela de um órgão federal para contratação pelos governos municipais de empresas de consultoria” (Feldman, 2005, p. 2). Assim:

---

<sup>32</sup> Além dos Planos de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), o Serfhau também destinou recursos para a elaboração de Estudos preliminares, Cadastro Técnico Municipal, Relatórios preliminares e Planos de Ação Imediata, documentos previstos dentro da estrutura do SNPDLI — “Inicialmente, o planejamento era realizado em duas etapas consecutivas, sendo financiados separadamente o Estudo Preliminar e o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) para qualquer tipo de município” (Brasil, 1971, p. 9), a partir de 1969, em função do PAC, foi estabelecido um novo sistema com documentos orientados para cada tipo de município: “o Relatório Preliminar é o plano de nível mais simples, visando atender as necessidades dos municípios de menor capacidade. O Plano de Ação Imediata é previsto para cidades a nível de polo estadual e o PDLI para cidades a nível de polo macrorregional” (Brasil, 1971, p. 9).

Ao mesmo tempo em que foi contemplado esse conjunto de ações voltadas para o fortalecimento da atividade de planejamento no interior da administração pública em várias esferas de governo, foram oferecidas as condições para introduzir empresas de engenharia consultiva na elaboração de planos (Feldman, 2019, p. 118)

Com isso, estariam dadas as “condições para que um setor ausente do processo de constituição de instituições do campo profissional de urbanismo o Brasil passe a ocupar espaço significativo na elaboração de planos” (Feldman, 2005, p. 10). Importante notar também que, ainda que as funções do Serfhau são alteradas a partir do decreto de 1966, atribuindo ao órgão papel de coordenação no campo do planejamento urbano integrado, a regulamentação não extingue a frente de trabalho em assistência técnica aos municípios que era desempenhada desde sua criação. Na verdade, alia esse trabalho ao arranjo implementado com o advento do Fiplan, uma vez que “os pedidos de financiamento estarão condicionados à aceitação, por parte das entidades beneficiárias, da assistência técnica aos organismos locais de planejamento que o Serfhau julgar necessária” (Art. 24, Decreto nº 59.917/66).

Em 1967, pouco tempo depois de decretada a regulamentação que havia preparado, Harry Cole assumiu o cargo de superintendente do Serfhau. De início, atuou na “reestruturação deste órgão com a criação de departamentos e a dispensa de funcionários da antiga Fundação da Casa Popular que tinham sido alocados ali quando a Fundação foi extinta” (Lucchese, 2009, p. 291). Foi durante o período de Cole a frente do Serfhau que o arranjo montado para o financiamento de planos de desenvolvimento locais integrados (PDLIs) começou a rodar. Nessa época também começou a ser organizado um amplo cadastro de empresas e profissionais de diferentes formações para ser ofertado às prefeituras. Muitas dessas empresas no setor de desenvolvimento urbano se constituíram como consultorias especializadas a partir do espaço de atuação profissional que a regulamentação do Serfhau permitiu ao setor privado — “de 1967 até o início de 1971, 2.412 técnicos e 257 firmas foram cadastradas pelo Serfhau” (Feldman, 2019, p. 118).

Outras iniciativas que marcam esse momento do Serfhau seriam a publicação de um roteiro básico para a elaboração dos PDLIs e a organização de um Centro de Informações para o Desenvolvimento Urbano e Local (Cidul), “planejado para fornecer os tipos de informações e de processamento de informações mais urgentemente necessários para dar apoio ao

desenvolvimento urbano e local” (Brasil, 1968) — informações sobre a legislação vinculada ao planejamento urbano, sobre entidades que participam do processo de desenvolvimento urbano e dados sobre ensino, esgoto, abastecimento de água, população (Brasil, 1971, p. 26-27).

Em junho de 1969, a Portaria nº214 do Ministério do Interior (Minter) institui o Programa de Ação Concentrada (PAC). A partir de então, o Serfhau apresenta seu período de “maior produtividade, tanto na realização de eventos destinados à formação profissional quanto no financiamento para a elaboração de planos”, como indica Mota (2007, p. 16). Corrobora essa avaliação o fato de que “cerca de 83% dos planos de desenvolvimento local integrado financiados são da ‘fase PAC’ [...] e cerca de 90% dos documentos de planejamento financiados através do Serfhau são posteriores a 1969” (Mota, 2007, p. 16). Este programa teve vigência até 1975, o mesmo ano em que o Serfhau foi extinto e, sendo assim, podemos entender que sua fase de maior atividade coincide com a fase derradeira.

Cabe destacar que nem sempre o contato entre municipalidade e órgão central se dava de maneira direta, documentos de planejamento produzidos para um número significativo de municípios também foram impulsionados através de convênios estabelecidos entre o Serfhau e Superintendências de Desenvolvimento como a SUDENE, SUDECO e SUDAM (Brasil, 1971, pp. 15-17). Para a elaboração desses produtos, foram montadas equipes formadas por universitários integrantes do Projeto Rondon<sup>33</sup> coordenadas por técnicos do Serfhau — um arranjo que sinaliza o papel de articulador institucional que o Serviço desempenhava dentro do campo do desenvolvimento urbano.

Do ponto de vista jurídico-institucional, o Serfhau era uma entidade autárquica da administração indireta do Governo Federal. Com o Decreto nº 66.882/70, as entidades relacionadas ao desenvolvimento urbano e local integrado, como o BNH e o Serfhau, passam a estar vinculadas à estrutura organizacional do Minter<sup>34</sup>. Nesse contexto, através do mesmo decreto em 1970, algumas das atribuições que competiam ao Serfhau são redefinidas e o órgão

---

<sup>33</sup> “Convênio celebrado entre o Serfhau e o Projeto Rondon VII, visando à elaboração dos Relatórios Preliminares de Desenvolvimento [...] incluídos na 1ª etapa do Programa de Ação Concentrada – PAC – do Ministério do Interior. Obedecendo à sistemática do Projeto anterior, esses relatórios também vêm sendo elaborados com colaboração de equipes formadas por universitários integrantes do Projeto Rondon VII, que atuam sob a orientação e supervisão de um coordenador, do Serfhau, a quem coube a responsabilidade pelos recursos financeiros” (Brasil, 1971, p. 19).

<sup>34</sup> Ministério que, por sua vez, havia sido criado no contexto de reforma administrativa que o Decreto-lei nº 200 de 1967 estabeleceu.

deixa de ter o papel de coordenador da política nacional de planejamento local integrado, mas “manteve as atribuições de promover a elaboração e implantação de Planos de Desenvolvimento Integrado e de colaborar com os governos municipais na execução do planejamento local integrado” (Mota, 2007, p. 11). Essa alteração no arranjo institucional aprofundou de certo modo a subordinação a que o Serfhau estava condicionado e, como observa Feldman (2005a):

A própria inserção institucional do Serfhau, vinculado ao BNH e a um Ministério não lhe permitiria jamais atuar com funções de coordenador e elaborador da política nacional no campo do planejamento local integrado (p. 218)

Outro provimento importante do decreto nº 66.882/70 foi a transferência para o Serfhau do pessoal, do patrimônio e das atribuições do Serviço Nacional dos Municípios (Senam), importante órgão que, resultado de intensas mobilizações dos municipalistas, havia sido criado em 1961 para prestar assistência aos municípios em assuntos de caráter administrativo, jurídico, econômico e financeiro, bem como atribuições relacionadas ao campo do planejamento urbano, colaborando com os demais órgãos desse campo (Feldman, 2010, p. 11). A partir disso, o Serfhau passaria a desenvolver de maneira mais ampla essa incumbência de assistir tecnicamente os municípios, atividade que desde sua criação o órgão prestava, porém sempre restrito a programas específicos de habitação popular, inicialmente, e planos específicos, diretores e de desenvolvimento, em um segundo momento.

Derivam dessa incorporação do Senam algumas iniciativas de treinamento e capacitação dos funcionários que compunham o corpo técnico dos municípios assistidos, como os Municípios-Escola, os Centros Regionais de Treinamento em Administração Municipal (CERTAMs) e a promoção de cursos de planejamento para os servidores municipais. Se através de iniciativas como essas o Serfhau lidava de maneira mais explícita com a necessidade de formação de recursos humanos para o planejamento urbano, é preciso ter claro que, ao longo de todo seu período de atuação, “a *formação pela prática profissional* assumiu papel destacado e foi realizada de formas diversas” (Feldman, 2021, p. 23 – grifo meu).

Nas avaliações e balanços posteriores das contribuições que o Serfhau apresentou para o planejamento urbano brasileiro, alguns comentadores criticam ferrenhamente os planos desenvolvidos nesse contexto, apontando se tratar de documentos inefetivos, “peças da mais pura

tecnocracia, elaboradas por especialistas de escritórios privados” (Villaça, 1999, p. 216) ou “adornos de estantes, por não constituírem marcos de referência para programas setoriais, mesmo quando financiados pelo BNH” (Cintra, 1978, p. 209). De fato, como anota Feldman:

À criação do Serfhau estão associados o crescimento do número de municípios com órgãos de planejamento, o crescimento do número de municípios com planos e o crescimento do envolvimento de empresas privadas de consultoria com a elaboração de planos. A esse crescimento, no entanto, não correspondem nem o crescimento da importância do plano para as administrações municipais, nem a incorporação dos planos como direcionadores da atuação do governo municipal (2005a, p. 228)

Assim, ainda que possamos considerar que, durante seu período de atuação, “o Serfhau foi sinônimo de planejamento urbano local para cidades e metrópoles, praticado de forma interdisciplinar e intergovernamental” (Francisconi et al., 2021, p. 147), em parte, a falência da incorporação dos planos “serfhalinos” se explica pelo caráter contraditório que os municípios desempenhavam dentro do sistema de planejamento pensado pelo órgão federal:

O sistema de planejamento urbano local, pensado de baixo para cima, montado a partir das demandas municipais, opunha-se frontalmente a todo o sistema de planejamento econômico montado no país de cima para baixo, baseado na concentração de recursos nas mãos do governo federal depois da reforma tributária de 1966/67 (Monte-Mór, 2006, p. 73)

Ou seja, partindo da perspectiva de um desenvolvimento local integrado, foi montado “um discurso de planejamento urbano voltado para o fortalecimento da célula mínima autônoma da nação, o município, quando os instrumentos de política eram cada vez mais centralizados” (Monte-Mór, 2008, p. 53). Mas, ainda que o questionamento da efetividade dos planos e projetos elaborados pelo Serfhau tenha algum lastro, não resulta disso que as contribuições dele foram nulas. É preciso reconhecer que a atuação do órgão representou um espaço importante de formação de planejadores pela prática — como avalia Feldman, mais uma vez, os planos que foram elaborados “não se viabilizam como instrumentos de direcionamento da ação do executivo e resultam, fundamentalmente, como instrumentos de formação de quadros técnicos para o planejamento urbano” (2005a, p. 216), ou ainda:

Os planos financiados pelo Serfhau constituíram ‘veículos de assistência técnica’, ‘uma espécie de escola’ para toda uma geração de planejadores, assim como para prefeitos e funcionários federais, estaduais e municipais, o que talvez tenha sido mais importante do que os próprios planos (Azevedo apud Feldman, 2005a, p. 221)

Ao fazer um balanço da atuação do órgão, Francisconi e Souza (1976) avaliam que “os projetos resultantes dos planos executados foram pouco significativos (efeito micro)” (p. 145), porém, contrapõem a isso um efeito macro, alcançado justamente pela *criação de uma mentalidade* de planejamento neste período.

### **1.3 A necessidade de formar planejadores: convênios, cursos e seminários**

Além da atuação mais direta na elaboração e financiamento de planos de desenvolvimento integrado e assistência aos municípios, destacada na seção anterior, entre as ações desempenhadas pelo Serfhau também encontramos um conjunto de atividades voltadas diretamente para o ensino, treinamento e capacitação visando a formação profissional no campo do planejamento urbano e da administração municipal — demonstrando ser essa uma frente de trabalho importante que atravessou as diferentes etapas da existência do órgão (Mota, 2007, p. 13). Pretendemos, então, expor brevemente algumas dessas atividades a fim de oferecer uma imagem melhor construída do contexto em que ocorre o *Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local* (1973), que será analisado no capítulo seguinte, argumentando que, apesar de suas peculiaridades, este não foi um evento isolado, mas se inscreve nessa série de esforços que o Serfhau promoveu direcionados para a formação de planejadores.

De fato, desde o momento de sua criação em 1964, uma das atribuições previstas para o órgão seria, justamente, “incentivar a investigação tecnológica, a formação de técnicos, em qualquer nível, relacionadas com habitação e urbanismo” (Art.55, Lei nº 4.380/64). Como dito anteriormente, no período entre sua criação (agosto de 1964) e a regulamentação (dezembro de 1966), o órgão funcionou basicamente dando prolongamento às atribuições que eram desenvolvidas pela extinta Fundação da Casa Popular, sendo assim, inicialmente as atividades no campo do ensino não representaram um direcionamento significativo. Seria somente com a

regulamentação implementada e com Harry Cole assumindo o posto de superintendente que esse quadro daria sinais de mudança.

Para passar aos técnicos a ideia do planejamento e ajudar a formá-los, Cole fez do Serfhau um financiador de cursos e palestras (Lucchese, 2009, p. 303)

O documento intitulado “Serfhau: programações executadas 67/70”, publicado no início do ano 1971, é de grande valia para avaliarmos a dimensão que as tarefas de treinamento de recursos humanos ocuparam entre as atividades desempenhadas pela instituição, tanto na área de planejamento como no âmbito da prestação de serviços de assistência técnica aos municípios. Nesse sentido, ao olharmos para o conjunto das ações, fica sugerida a adoção de uma estratégia de articulação institucional — nacional e internacionalmente — como forma de atuar diante dessa demanda. Assim, tendo em vista a fragilidade das estruturas disponíveis a nível nacional para que a tarefa de formação dos quadros técnicos se desse de maneira mais robusta e imediata, conforme o impulso que a implementação do SNPDLI representaria para os trabalhos neste setor, o Serfhau recorre a iniciativas já estabelecidas há mais tempo em âmbito internacional. Uma das formas que esse vínculo internacional se deu foi com a promoção de ciclos de conferências com técnicos e professores estrangeiros experientes no campo do planejamento urbano, que foram trazidos para o Brasil pelo Serfhau, entre os quais<sup>35</sup>:

- França: Prof. Jean Labasse
- EUA: Prof. Pierre Rochefort<sup>36</sup>, Prof. John Turner<sup>37</sup>, Prof. John Friedmann<sup>38</sup>, Prof. Brian Berry
- Inglaterra: Prof. Otto Königsberger, Prof. Laszlo Huszar, Prof. Max Lock, Prof. Percy Johnson-Marshall, Prof. Richard Bigwood, Prof. Anderson Stewart

Outra face desse mesmo movimento de aceno internacional em busca de qualificação para os planejadores urbanos daqui se deu através de convênios intergovernamentais<sup>39</sup> para a concessão de bolsas de estudo no exterior a nível de pós-graduação:

<sup>35</sup> Listagem consultada no documento *Serfhau: programações executadas 67/70* (Brasil, 1971, p. 27).

<sup>36</sup> O documento original consultado indica este nome, mas é provável que se refira ao geógrafo Michel Rochefort.

<sup>37</sup> Para comentários sobre a aproximação de Turner e o Brasil através do Serfhau, ver Huapaya e Grappi (2017).

<sup>38</sup> Sobre as visitas de John Friedmann a países da América Latina nas décadas de 1950 e 60, ver Chiquito (2016).

<sup>39</sup> “O Serfhau obteve dos governos americano, britânico, francês e holândes, e da OEA cerca de 30 bolsas de estudo, todas em nível de pós-graduação ou mestrado, para aperfeiçoamento de técnicos brasileiros em planejamento urbano e regional” (Brasil, 1971, p. 28).

Entre 1967 e 1970 foram concedidas cerca de 80 bolsas através do Serfhau e os pedidos de bolsa para mestrado na Universidade de Edimburgo e no Programa Interamericano de Planejamento Urbano e Regional da OEA tiveram mais de dois candidatos por vaga. O convênio para concessão de bolsas para a Universidade de Edimburgo foi firmado entre o Serfhau e o Governo Britânico e previa a concessão de 3 bolsas por ano, duas de mestrado e uma de doutorado, no Departamento de Projeto Urbano e Planejamento Regional daquela Universidade (Lucchese, 2009, p. 305)

Também compôs o repertório de ação institucional que o Serfhau mobiliza para promover a formação de planejadores a articulação com instituições brasileiras que pudessem contribuir nas atividades de ensino pretendidas, tais como cursos, congressos e seminários. Nesse contexto, o apoio buscado junto a essas entidades parece ter sido também de ordem material, ou seja, o Serfhau, ao estabelecer alianças com associações, institutos, prefeituras e universidades, se valia dos espaços e estruturas de que tais entidades dispunham a fim de promover os eventos. Assim, no período de 1967 a 1970, entre outras iniciativas<sup>40</sup>, temos:

Figura 1 — Cursos, congressos e seminários realizados pelo Serfhau entre 1967 e 1970

Entidade	Natureza do Convênio	Data	Valor em Cr\$
Universidade de Brasília	Cursos	12.01.67	12.000,00
Universidade de Brasília	Cursos	29.03.67	10.000,00
IDESP — Pará	Seminário	28.06.67	10.000,00
Governo do Pará	Seminário	11.08.67	24.500,00
Prof. de Palmeira dos Índios - AL	Cursos	25.09.67	15.000,00
Governo do Estado do Rio	Cursos	16.11.67	25.000,00
Prof. de Paulista — PE	Cursos	13.11.67	20.000,00
Governo de Goiás	Cursos	27.11.67	40.000,00
Assoc. Brasileira de Municípios-GB	Congresso	5.09.68	100.000,00
Governo do Pará	Cursos	9.09.68	27.300,00
Governo do Amazonas	Cursos	9.10.68	18.000,00
Prof. de Vitória da Conquista - BA	Cursos	13.11.68	15.000,00
Prof. de Campo Grande - MT	Cursos	14.11.68	15.000,00
Prof. de Maringá - PR	Cursos	13.11.68	15.000,00
Governo do Estado do Rio	Cursos	22.10.68	40.000,00
Governo de Goiás	Seminário	11.06.69	12.000,00
Governo do R. G. do Sul	Seminário	26.05.69	12.000,00
Prof. de Lajes - SC	Seminário	19.08.69	5.000,00
Governo da Paraíba	Seminário	7.10.69	21.000,00
Governo do Piauí	Seminário	21.10.69	6.000,00
Assoc. Brasileira de Municípios-GB	Seminário	6.11.69	15.000,00
Assoc. Brasileira de Municípios-GB	Cursos	24.12.69	40.000,00
Assoc. de Mun. do Vale do Sino-RS	Cursos	24.12.69	6.000,00
Prof. de Caxias do Sul - RS	Congresso	17.12.69	15.000,00
Governo do Amazonas	Cursos	21.01.70	70.000,00
Prof. de Natal - RN	Seminário	8.04.70	17.000,00
Governo do R. G. do Sul	Congresso	17.07.70	10.000,00

Fonte: Brasil (1971, p. 31).

<sup>40</sup> “O Serfhau promoveu dois cursos de planejamento urbano em Belo Horizonte (convênio com a INTERPLANUS), três na Guanabara (um em convênio com o IAB e dois com o CENPHA), um em Brasília (convênio com a Universidade de Brasília) e outro em São Paulo (convênio com o INED)” (Brasil, 1971, p. 28).

Além da organização desses diversos cursos e seminários voltados para a qualificação e o treinamento dos técnicos das administrações locais, outros programas como os Municípios-Escola — itinerantes e permanentes — e os Centros Regionais de Treinamento em Administração Municipal (CERTAMs) compõem esse leque de iniciativas para a formação de planejadores e aprimoramento dos recursos humanos das municipalidades e, como dito anteriormente, estão relacionados ao momento de incorporação do Senam pelo Serfhau em 1970.

Figura 2 — Municípios-Escola de 1969 à 1973

1969	1970	1971	1972	1973
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cachoeira do Sul, RS</li> <li>• Uberaba, MG</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Chapecó, SC</li> <li>• Porangatu, GO</li> <li>• Capanema, PA</li> <li>• Castanhal, PA</li> <li>• S. J. do Rio Preto, SP</li> <li>• Rubiataba, GO</li> <li>• Imperatriz, MA</li> <li>• Arapiraca, AL</li> <li>• Ruy Barbosa, BA</li> <li>• Leopoldina, MG</li> <li>• Propriá, SE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ponte Nova, MG</li> <li>• Altamira, PA</li> <li>• Três de Maio, RS</li> <li>• Itabaiana, PB</li> <li>• Almenara, MG</li> <li>• Marabá, PA</li> <li>• Uruguaina, RS</li> <li>• Paulo Afonso, BA</li> <li>• Castelo, ES</li> <li>• Itaituba, PA</li> <li>• Tubarão, SC</li> <li>• Caxias, MA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abaetetuba, PA</li> <li>• Acará, PA</li> <li>• Almerim, PA</li> <li>• Breves, PA</li> <li>• S. Domingos do Capim, PA</li> <li>• Soure, PA</li> <li>• Cruzeiro do Sul, AC</li> <li>• Benjamim Constanti, AM</li> <li>• Coari, AM</li> <li>• Eirunepé, AM</li> <li>• Itacoatiara, AM</li> <li>• Nova Aripuanã, AM</li> <li>• Parintins, AM</li> <li>• Tefé, AM</li> <li>• Boa Esperança, MG</li> <li>• Patrocínio, MG</li> <li>• Poços de Caldas, MG</li> <li>• Monteiro, PB</li> <li>• Santana, BA</li> <li>• Lagarto, SE</li> <li>• Itabaiana, SE</li> <li>• Joaçaba, SC</li> <li>• Apucarana, PR</li> <li>• Três Passos, RS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Macapá, AP</li> <li>• Aracruz, ES</li> <li>• Diamantina, MG</li> <li>• Araçuaçu, MG</li> <li>• Alegre, ES</li> <li>• Salinas, MG</li> <li>• Valença, RJ</li> <li>• Pirapora, MG</li> <li>• Muriaé, MG</li> <li>• Três Corações, MG</li> <li>• Patos de Minas, MG</li> <li>• Lajeados, RS</li> <li>• Carolina, MA</li> <li>• Monte Alegre, PA</li> <li>• Alenquer, PA</li> <li>• Cametá, PA</li> <li>• Brasília, AC</li> <li>• Picos, PI</li> <li>• S. Bento do Sul, SC</li> <li>• Carangola, MG</li> <li>• Eng. Paulo de Frontin, RJ</li> </ul>

Fonte: Vizioli (1998, p. 56).

A partir de então, fatores como o redesenho institucional interno do Serfhau e o estabelecimento de cooperação entre o órgão e a OEA (o que significou possibilidades de financiamento e recursos maiores) contribuíram para que atividades de ensino e formação passassem a ocorrer em maior número e com maior público. Como anota Feldman (2021, p. 37):

Desde sua criação, a formação de profissionais para o planejamento foi atividade persistente no Serfhou, que envolveu a administração pública, as universidades, *experts* internacionais e as empresas privadas de consultoria. Mas a partir de 1971, com a criação do Departamento de Estudos e Pesquisas do Serfhou e o estabelecimento de uma missão da OEA no Rio de Janeiro, a atividade de formação se deu em escala nacional

Deriva disso a promoção de uma série de cursos intensivos de planejamento urbano e local a partir de 1971, que contaram para sua realização com o apoio das universidades públicas além da colaboração da OEA, como também a elaboração de um Programa de Capacitação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Urbano e Local para o período de 1972 a 1974.

Este Programa englobou a preparação especializada e reciclagem de quadros técnicos, através de cursos intensivos destinados a técnicos *seniors* do serviço público em geral, a realização de um curso de pós-graduação em planejamento urbano e local, o adestramento de autoridades e servidores municipais, agenciada pelos seus Municípios–Escola e Centros Regionais de Treinamento em Administração Municipal (Feldman, 2010, p. 13)

Quanto aos Cursos intensivos de Planejamento Urbano e Local, o escopo trabalhado neles envolve temas como “a capacitação em serviços urbanos, administração pública, controle do uso do solo, e planejamento em todas as escalas — local, metropolitana e regional, além de desenvolvimento urbano e local” (Feldman, 2010, p. 13). Foram eles<sup>41</sup>:

- Seminário de desenvolvimento urbano e local (1971);
- II Curso intensivo de planejamento Urbano e Local: Planejamento metropolitano (1972)
- III Curso intensivo de planejamento Urbano e Local: Planejamento a nível microrregional 1973
- IV Curso intensivo de planejamento Urbano e Local: Controle do uso do solo urbano (1973);
- V Curso intensivo de planejamento Urbano e Local: Conceituação e operacionalização de projetos integrados (1974);
- VI Curso intensivo de planejamento Urbano e Local: Sistemas regionais e estaduais de desenvolvimento local (1975)

Na exposição que Vizioli (1998) apresenta a partir dos anais desses cursos, fica indicado que o objetivo comum era a “discussão da problemática do desenvolvimento urbano e local no

---

<sup>41</sup> Uma análise mais aprofundada das discussões realizadas nesses cursos foi feita por Vizioli (1998, pp. 48-67).

Brasil e a elaboração de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano” (p. 48), mas também podemos notar que a falta de recursos humanos para o planejamento é um tópico presente que atravessa todas as edições.

Este levantamento sumário das atividades de formação desempenhadas pelo Serfhou demonstra a persistência da tarefa de formação profissional na agenda do órgão, o que indica, em algum grau, a relevância que tal frente de trabalho tinha para a instituição e os agentes desse campo, mobilizados pelo grande desafio de responder à demanda constante por recursos humanos para o planejamento urbano e local no Brasil. Como apontamos, a escassez de planejadores urbanos e técnicos da administração pública qualificados para execução das atividades de planejamento urbano e local é uma grande preocupação nas análises dos problemas enfrentados no campo do desenvolvimento urbano à época.

No livro *Leituras de Planejamento e Urbanismo* (1965)<sup>42</sup>, a indicação da falta numérica e qualitativa de profissionais no campo do planejamento urbano é um tópico constante no discurso dos autores especializados no tema ali reunidos, o que nos dá certa dimensão de como este problema se apresentava então.

A carência de meios de formação, de aperfeiçoamento e de treinamento de urbanistas e planejadores [...] significa, em última análise, uma grande escassez de pessoas versadas no assunto que possam contribuir para a divulgação dos seus princípios e de suas ideias (Modesto e Mello, 1965, p. 54)

Hélio Modesto<sup>43</sup>, em sua avaliação do planejamento no Brasil — ou melhor, de sua ausência —, indica haver “poucos profissionais, poucas escolas e pouco crédito de confiança para uns e outras” (Modesto, 1965, p. 4). De maneira mais enfática, também aponta:

---

<sup>42</sup> Publicado pelo IBAM, trata-se de uma coletânea de artigos publicados na Revista de Administração Municipal.

<sup>43</sup> Hélio Modesto arquiteto graduado na Faculdade Nacional de Arquitetura, foi técnico do Departamento de Urbanismo no novo Estado da Guanabara.

A deficiência da formação dos profissionais e sua desatualização é devida ao número reduzido de escolas e à impropriedade dos programas das mesmas [...] Na raiz dos males e das dificuldades mencionadas está a falta de técnicos nas diferentes especialidades necessárias ao estudo dos problemas urbanos (Modesto, 1965, pp. 14-15)

A falta de técnicos dos diversos campos disciplinares que a atividade de planejamento urbano requisita e a escassez de planejadores urbanos com formação para poder coordenar essas equipes técnicas multidisciplinares implica, como ação possível para atacar esse problema, na criação de estruturas e instituições locais capazes de formar tais profissionais. Francis Violich, um dos *experts* em planejamento urbano que visitam o Brasil entre as décadas de 1940 e 50, através de um artigo<sup>44</sup> em que avalia a experiência brasileira de planejamento urbano, sugere, nesse sentido, que:

Talvez o ponto de maior importância seja a ampliação das faculdades de planejamento urbano nas universidades, para treinar professores e estudantes com o fim de poder proporcionar aos municípios o grande número de profissionais competentes de que eles se ressentem (Violich, 1965, p. 28)

Considerando a data de publicação destes textos (1965), as avaliações acima destacadas na verdade são retratos de um momento anterior à criação do Serfhau, mas há ainda outras avaliações posteriores que denotam a continuidade do quadro. Com a implantação do Sistema Nacional de Planejamento do Desenvolvimento Local Integrado a demanda de especialistas neste setor foi bastante ampliada. Rubens de Mattos Pereira<sup>45</sup>, já em 1967, na fase inicial de funcionamento do arranjo que o SNPDLI estabelece, avaliava que:

---

<sup>44</sup> Artigo *Urban growth and planning in Brazil*, publicado originalmente em 1959 e traduzido, em 1965 para o livro *Leituras de Planejamento e Urbanismo*, publicado pelo IBAM.

<sup>45</sup> Rubens de Mattos Pereira, engenheiro, “coordenou o Estudo de Desenvolvimento Urbano do Ipea entre 1964 e 1968 e, de 1967 a 1971, foi membro do conselho do Serfhau. Em 1971 assumiu a Coordenação de Região III (Peru, Venezuela, Colômbia, Equador e Bolívia) do projeto de urbanização do Departamento de assuntos sociais da OEA, com sede em Lima” (Feldman, 2019, p. 116).

O problema do treinamento de especialistas em planejamento urbano no Brasil poderá tornar-se um sério ponto de estrangulamento no processo de implantação do sistema A questão ainda se agrava ao se proceder o um balanço sobre o pouco que tem sido feito nesta área, até hoje. Atualmente, três universidades promovem cursos regulares para planejadores físicos (engenheiros ou arquitetos), em nível pós-graduado. Embora a capacidade de tais cursos seja bem maior, eles não chegam a formar, anualmente, mais do que duas dezenas de profissionais. Esta deficiência deve-se principalmente aos defeitos estruturais e funcionais dos cursos e às atuais limitações do mercado de trabalho (Pereira, 1967, p. 280-281)

Pouco mais tarde, Oliveira e Bolaffi (1970) concordaram com a avaliação desse quesito como uma grande fragilidade para as atividades no setor:

Ao nível do planejamento urbano, dois problemas costumam influir poderosamente na capacidade de execução das prefeituras municipais. O primeiro refere-se à estruturação técnica e administrativa dos órgãos [...]. O segundo problema refere-se aos quadros humanos. A regra geral encontrada é a de que as prefeituras municipais ressentem-se, quase sempre, de uma *aguda escassez de pessoal técnico qualificado* (p. 160-161, grifo meu)

Trata-se, portanto, de um problema persistente cuja escala e o tempo necessários para respondê-lo são de ordem superior. Essa escassez persiste mesmo após a extinção do Serfhau, mas cabe ressaltar que as atividades desempenhadas por esse órgão nesse campo de ensino e formação deixaram um legado importante, representando, pelo menos, um primeiro movimento na direção da consolidação de um corpo relevante de profissionais e de uma mentalidade para o planejamento no Brasil. Como aponta Monte-Mór (2008, p. 54):

Não se pode negar que um dos ganhos principais do período serfhalino se prende ao maior conhecimento sistematizado dos problemas urbanos brasileiros e ao avanço metodológico no tratamento teórico desses problemas

Assim, podemos avaliar que “a criação de cursos de planejamento urbano foi uma das principais contribuições da era Serfhau” (Vizioli, 1998, p. 57). A partir de uma série de iniciativas, entre elas os cursos e seminários realizados, “o Serfhau promoveu novas metodologias e qualificou recursos humanos para o planejamento e gestão urbana em todos os níveis” (Francisconi, 2013, p. 193). Diante desse quadro em que se reconhece a importância e as dificuldades de realização da tarefa de formar planejadores urbanos no Brasil, bem como

qualificar os quadros técnicos das prefeituras, cabe ressaltar que — em analogia à concepção de um sistema nacional de planejamento —, passa a circular a ideia de um “sistema nacional de treinamento” e essa seria uma das principais pautas discutidas no *Seminário sobre ensino no campo do desenvolvimento urbano e local*, de 1973.

## 2. O Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local (1973)

Este capítulo se ocupa de analisar os debates ocorridos no *Seminário sobre ensino no campo do desenvolvimento urbano e local*. Tomando este evento como ponto de partida para desvelar uma trama de instituições, agentes e ideias importantes para as dinâmicas que se processaram no campo do planejamento urbano brasileiro na primeira metade da década de 1970. A partir disso, pretendemos ressaltar alguns aspectos do arranjo específico que os participantes, palestrantes e organizadores deste evento compõem, chamando atenção para tópicos de discussão que estão presentes nos debates ocorridos neste evento pontual, mas que não se resumem a este seminário. Entre estes, por exemplo, nota-se um debate sobre distintas concepções de planejamento urbano, em que se disputa a prevalência do enfoque regional ou a adoção do município como unidade de planejamento autônoma<sup>46</sup>. Também se trata de uma ocasião oportuna para destacar a atuação de instituições internacionais no campo do desenvolvimento e planejamento urbano latinoamericano, como a OEA e o PIAPUR<sup>47</sup>, mas, principalmente, dar relevo à rica interface estabelecida, nacionalmente, entre instituições de planejamento<sup>48</sup>, institutos de pesquisa<sup>49</sup>, institutos de representação de categorias profissionais<sup>50</sup>, bem como as instituições de ensino universitário<sup>51</sup>.

Assim, além de retomar alguns pontos da atuação do Serfhau quanto ao ensino e formação de planejadores urbanos durante a década de 1970, também esperamos ser possível mapear algumas das atividades com objetivos semelhantes que eram desenvolvidas por outras instituições atuantes naquele momento. Interessa, sobretudo, destacar a mobilização que a reunião dos agentes e instituições ali presentes representou, indicando o compartilhamento de um

---

<sup>46</sup> Acusada pela presença simultânea de representantes das superintendências de desenvolvimento regional (SUDENE, SUDECO, SUDAM E SUDESUL) e de representantes de instituições mais vinculadas à bandeira municipalista, como o IBAM, por exemplo.

<sup>47</sup> O Programa Interamericano de Planeamiento Urbano Regional (PIAPUR), fundado em 1961 através de um acordo de cooperação técnica entre a OEA e o Instituto de Planeamiento de Lima (IPL), foi o primeiro programa de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da América Latina. Na ocasião do Seminário, os representantes da OEA que estiveram presentes no evento também estavam vinculados ao programa como professores. Para maiores informações sobre as atividades do PIAPUR, consultar Montezuma (2011).

<sup>48</sup> Como o Serfhau e a Fundação João Pinheiro (FJP).

<sup>49</sup> Estiveram presentes no evento quadros do IPEA, do IBGE e da ABNT,

<sup>50</sup> Por meio da presença de representantes do IAB.

<sup>51</sup> A lista de participantes indica a presença de representantes da UnB, UFRJ, USP, UFRGS e FGV.

diagnóstico que identificava a necessidade de formação como tarefa urgente diante da demanda por recursos humanos para as atividades de planejamento urbano e local a partir do impulso que a implantação do SNPDLI forneceu ao setor.

## **2.1 Apresentação: antecedentes, objetivos e organização**

Ocorrido no Rio de Janeiro entre os dias 26 e 27 de fevereiro de 1973, o *Seminário sobre o ensino no campo do Desenvolvimento urbano e local no Brasil* é fruto de uma cooperação interinstitucional entre o Serfhau, a Coordenação dos programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob auspícios da Organização dos Estados Americanos (OEA). Como ressaltado anteriormente, este evento se relaciona de maneira direta com as demais atividades que o Serfhau vinha desenvolvendo a fim de capacitar e treinar técnicos das administrações públicas para o planejamento, através de programas específicos ou através dos convênios estabelecidos que trouxeram para o Brasil professores internacionais, *experts* em planejamento urbano e garantiram a concessão de bolsas de estudos em universidades estrangeiras. Esse quadro prévio indica a inserção internacional que o Serfhau foi capaz de construir e, nesse sentido, entre as parcerias estabelecidas, cabe ressaltar a presença constante da OEA que, “através do Programa de Desenvolvimento Urbano, voltado à capacitação dos Estados membros da Organização para a formulação e execução de políticas nacionais de desenvolvimento urbano, assessorou o Serfhau em inúmeras atividades” (Feldman, 2010, p. 13). Entre essas atividades, foi promovida em 1967 no Rio de Janeiro a *I Reunião Interamericana de Recursos Humanos para o Planejamento Local Integrado*, apontada como um dos antecedentes principais do *Seminário* de 1973 pelos organizadores do evento. Nesta *Reunião* estiveram presentes palestrantes internacionais como Francis Violich da Universidade de Berkeley, Ricardo Jordan da Universidade Católica do Chile, Anatole Solow da Universidade de Pittsburgh, Pedro Morcillo da Universidade Del Valle da Colômbia e Fernando Mendes da Universidade Católica de Caracas, além de professores brasileiros, entre eles Maximiliano Fayet da UFRGS, Alípio Castelo Branco da UFMG, Celso Ferrari da Universidade Mackenzie e Diogo Lordello de Mello do IBAM (Lucchese, 2009, p. 303).

Nessa ocasião, os participantes assinalaram que seria “necessário criar uma infraestrutura de formação de técnicos, pesquisadores e professores especializados em planejamento integrado” (Brasil, 1973, p. 7), o que indica que a mobilização diante da demanda por recursos humanos para o planejamento já vinha sendo esboçada há mais tempo e não estava restrita apenas ao Brasil, mas era compartilhada no contexto latinoamericano. Nesse sentido, também é destacado como um antecedente importante e que contribui de maneira direta para a realização do *Seminário* de 1973 o evento “irmão” intitulado *Seminário sobre ensino e pesquisa no campo do desenvolvimento urbano na América latina* — promovido um ano antes, em abril de 1972, em Lima (Peru) e que também contou com auspícios da OEA<sup>52</sup>.

Logo, entendo o *Seminário* de 1973, foco dos comentários que se seguem, como um evento que se insere nessa série de atividades de congregação institucional no âmbito do planejamento urbano na América Latina, seus objetivos fundamentais enunciados são:

[...] estabelecer intercâmbio entre os diferentes órgãos que, no Brasil, vêm trabalhando para a formação de recursos humanos para o Desenvolvimento Urbano e Local, assim como assentar as bases para *a criação de um Sistema nacional de treinamento em Planejamento Urbano e Local*, levando em conta as necessidades do país e as possibilidades de um Sistema Latino-Americano (Brasil, 1973, p. 7 – grifo meu)

Assim, no caso brasileiro, através de um longo processo de institucionalização, superando os desenvolvimentos iniciais de planos pontuais em municípios dispersos ou para apenas certas partes das grandes cidades, com o advento do Serfhau foi possível produzir pela primeira vez em escala nacional um sistema de planejamento urbano — faltavam, no entanto, os planejadores.

Diante disso, de maneira análoga ao que o estabelecimento de um sistema nacional de planejamento urbano (SNPDLI) representou, propõe-se a realização do evento em questão a fim de lançar as condições para o estabelecimento de um *Sistema nacional de treinamento em planejamento urbano*. Afinal, era preciso também superar a formação esparsa, pontual e avulsa de planejadores urbanos e dispor desses recursos humanos em quantidade e qualidade compatível com o arranjo que havia sido implantado e, nesse sentido, coordenar esforços através

---

<sup>52</sup> A realização desse evento indica a aproximação entre a OEA e a experiência pioneira de ensino para o planejamento que o PIAPUR representava naquele momento para o contexto latinoamericano.

do sistema de treinamento, como estava sugerido, era uma das estratégias possíveis para se conseguir dar escala ao processo de formação profissional na área. A especulação de ampliar tal sistema para a escala latinoamericana partia deste mesmo intuito estratégico.

A programação do evento (Anexo I) contou com um momento cerimonial de abertura em que foram realizadas duas falas inaugurais sobre os objetivos e a organização do Seminário e a importância dele para a formação de recursos humanos no campo do desenvolvimento urbano e local, proferidas, respectivamente, por Francisco Echegaray<sup>53</sup> e Léo Serejo Pinto de Abreu, à época superintendente do Serfhau<sup>54</sup>. Em seguida, encaminharam-se para as comunicações previstas, o que ocupou todo o primeiro dia de realização do evento, restando para a segunda data do encontro a montagem de comissões de trabalho a fim de discutir as exposições apresentadas. Estas comissões redigiram cada uma um pequeno texto contendo conclusões e recomendações e, por fim, deu-se a sessão de encerramento. A lista de participantes do evento (Anexo II) é composta tanto pelos palestrantes como pelos espectadores — sendo estes, basicamente, um grupo composto por técnicos e professores representantes de instituições que estavam relacionadas de alguma forma com as atividades do campo do desenvolvimento urbano —, além dos membros da organização do evento, estes vinculados diretamente às instituições que promoveram o encontro (Serfhau, Coppe e OEA).

## 2.2 Debates e comunicações

A principal fonte documental que nos permite investigar o evento em questão é a publicação homônima (*Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local no Brasil*) divulgada no mesmo ano em que foi realizado o encontro. O documento é composto de duas partes principais, sendo a primeira uma compilação de “textos de trabalho”, escritos previamente à realização do evento a fim de informar os participantes ali reunidos para os debates; e a segunda parte trata de apresentar as “conclusões e recomendações”, redigidas na

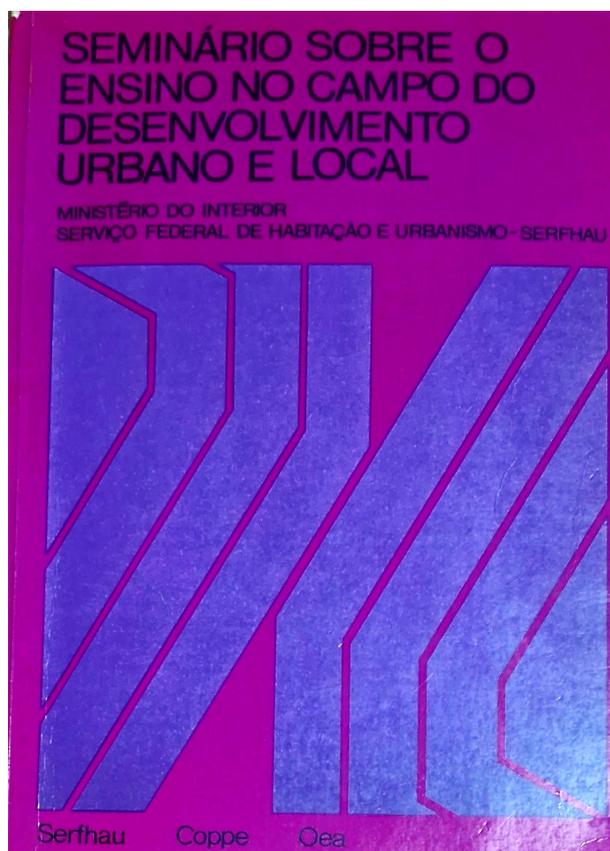
---

<sup>53</sup> Francisco Echegaray, representante da OEA na ocasião do seminário, compunha também o corpo docente do PIAPUR, sediado no Instituto de Planeamiento de Lima.

<sup>54</sup> Após Harry Cole deixar o posto de superintendente da instituição, Léo Serejo Pinto de Abreu assume o cargo.

ocasião no encontro pelas comissões ou “grupos de trabalho” montados para apreciação de tópicos específicos.

Figura 3 — Capa da publicação do *Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local no Brasil*



Fonte: Brasil (1973)

A seguir, apresentaremos resumidamente alguns dos principais pontos presentes nos textos de trabalho reunidos na publicação supracitada. Vale ressaltar que se trata de um corpo de textos diverso, com tamanhos, formatos e finalidades distintas, organizados com foco nas experiências de ensino, treinamento e capacitação. Cabe apontar que os textos recolhidos pela publicação do Seminário não são idênticos às comunicações realizadas, a organização deles no documento de referência não segue a ordem em que se deram as apresentações durante o evento. A fim de fazer uma exposição dos debates, optamos por seguir o agrupamento temático e institucional que a publicação traz, portanto, os textos serão comentados em três momentos: (a) programas implementados e em atividade, (b) programas em processo de implantação e (c)

comentários acerca da necessidade de um Sistema Nacional de Treinamento para o Planejamento Urbano e Local.

### **2.2.1 Programas de treinamento em atividade**

Esta sessão é composta por oito textos de trabalho, sendo três desses textos sobre as experiências do Serfhau no campo do ensino e capacitação de recursos humanos, um breve relato da experiência da SUDENE em treinamento para o desenvolvimento urbano, a apresentação das atividades realizadas nesta frente pelo IBAM e, por fim, relatórios das atividades dos cursos de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional que já haviam iniciado suas atividades, a saber: o mestrado no PROPUR/UFRGS, o curso de Estruturas Urbanas Ambientais na FAUUSP e o curso de pós-graduação a nível de mestrado em Planejamento Urbano e Local (PUL) sediado na Coppe/UFRJ, que, por sua vez, era uma das entidades promotoras do seminário em questão.

#### **A experiência do Serfhau no campo do treinamento**

Os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos pelo Serfhau visando a formação de planejadores foram expostos a partir de três entradas temáticas distintas, cada qual trabalhada em um texto específico redigido por técnicos que compunham o quadro da instituição e atuavam nas respectivas frentes de trabalho. Assim, o Programa de Capacitação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Urbano e Local foi o foco do documento redigido pela socióloga Mary Garcia de Castro<sup>55</sup>, a experiência dos Municípios-Escola itinerantes foi apresentada por Antônio Carlos Ned<sup>56</sup> e Jorge de Campos Valadares<sup>57</sup> fez comentários sobre o trabalho em “comportamento” nos cursos de planejamento ofertados pelo Serfhau.

O primeiro destes trabalhos, redigido por Castro (1973), apresenta uma discussão ampliada a partir das experiências que se desdobraram da implementação do Programa de Capacitação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Urbano e Local no início de 1972,

---

<sup>55</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1968), na ocasião do evento era Subchefe do Departamento de Estudos e Pesquisas do Serfhau. Consta no documento que o texto, embora tenha sido elaborado pela socióloga, na ocasião do evento foi apresentado por Hêlio Viana Junior, também funcionário do Serfhau.

<sup>56</sup> Antônio Carlos Ned, técnico de Administração e assistente técnico do quadro permanente do Serfhau

<sup>57</sup> Jorge de Campos Valadares, engenheiro de formação, também compunha o quadro de técnicos de Serfhau.

em consequência da identificada “necessidade de se coordenar atividades de ensino nas áreas de Planejamento urbano e local e da administração municipal com a finalidade de formar capital técnico” (Castro, 1973, p. 17). De início, fica expresso no texto uma certa sensação de urgência ao relacionar a capacitação de técnicos com o cumprimento a curto prazo de metas governamentais ligadas ao desenvolvimento urbano. A autora também indica a necessidade de que esta capacitação tenha como referência o contexto em que se deseja intervir, o que demarca uma certa posição epistemológica sobre a orientação que estes cursos formadores deveriam assumir. Nesse sentido, pontua:

[...] acreditamos que a educação e, em particular, a educação voltada à preparação de planejadores, não pode ser discutida dissociada de uma visão compreensiva do universo de que faz parte, que a condiciona e que será seu objeto de trabalho (Castro, 1973, p. 17)

No entanto, não havia se produzido um consenso nesta área a respeito de qual deveria ser o caráter dos trabalhos de planejamento urbano e, conseqüentemente, de seu ensino, sendo este um debate em aberto no momento de realização do seminário. Entre as várias orientações possíveis, Castro (1973, p. 18), representando a posição institucional do Serfhou, sinaliza:

Ao nosso ver, não é tanto a questão de opção por um enfoque, o caso do ensino para o planejamento urbano — ensino mais generalista ou mais especializado; utilização de técnicas com maior ou menor sofisticação; abordagem quantitativa x qualitativa —, mas o problema de bem equacionar conhecimentos a campos de aplicação

Com isso, levanta a ideia de uma certa “divisão social do trabalho” de treinamento, tendo em vista não só as múltiplas escalas de atuação, mas também tarefas e produtos específicos deste campo de planejamento do desenvolvimento urbano e local. A proposta de uma divisão, na verdade, é apresentada como um jeito de coordenar as atividades de formação de planejadores que entidades com enfoques distintos ofertavam visando as inserções diversas neste mercado — seja em empresas privadas de consultoria, nos departamentos das municipalidades ou mesmo nas superintendências regionais.

Na avaliação da autora, “o planejamento urbano no Brasil se caracteriza pela experimentação, padecendo de um esforço de avaliação e realimentação teórica” (Castro, 1973, p. 18). Com isso, identifica que uma lacuna a ser vencida no sistema de planejamento urbano e

local seria, justamente, a “ausência de institutos de pesquisas urbanas preocupados mais com pesquisas epistemológicas e fundamentais à compreensão do desenvolvimento urbano, com alguma autonomia em relação às entidades normativas” (Castro, 1973, p. 19).

Reconhece, assim, que “no caso do Serfhau, especificamente, se tem consciência de que à medida que se avolumam os trabalhos já executados em planejamento urbano, mais se ressentem o órgão de *referentes conceituais* aos seus universos analíticos” (Castro, 1973, p. 21 – grifo meu). Diante dessa espécie de demanda epistemológica e conceitual, a elaboração de estudos e pesquisas sobre o urbano e a urbanização brasileira é apresentada como tarefa urgente, sem a qual “uma série de variáveis permaneceriam como incógnitas [...] que afetam tanto a sistematização do planejamento como conhecimento científico, como a forma de transmissão deste conhecimento já que se faz necessário conhecer para ensinar, como ensinar para conhecer” (Brasil, 1973, p. 21). Com isso, a autora afirma a complementaridade que as atividades de pesquisa e de ensino em planejamento urbano apresentam, constituindo um campo próprio de atuação ainda muito incipiente.

Ou seja, não se tratava apenas da necessidade de formar quadros para atuar nas instâncias técnicas do sistema de planejamento, mas era também necessário estabelecer as condições para qualificar aqueles que iriam atuar com ensino e pesquisa em planejamento urbano, atividades que requerem uma visão compreensiva e integrada sobre o fenômeno urbano, superando os parcelamentos disciplinares a partir dos quais se organizou o campo científico em geral.

Nesse sentido, partindo do princípio que no campo do planejamento urbano “a abordagem válida é a interdisciplinar” (Castro, 1973, p. 24), a autora então defende que um programa de capacitação técnica de recursos humanos para atuar na área de planejamento urbano e local deveria “ter um enfoque multidisciplinar e multisetorial do fenômeno urbano” (op. cit, p. 34), posição que reafirma ao longo da exposição:

Um curso de planejamento urbano, mais do que se referir a um campo novo de trabalho ou ser um curso a mais, precisa, para seu desenvolvimento, que se quebre com práticas cristalizadas no meio universitário, como a departamentalização do conhecimento, a sobreespecialização o descompasso entre os conhecimentos inculcados na Universidade e o instrumental necessário para que profissionalmente se intervenha no desenvolvimento. [...] Esse é o grande desafio que se coloca à Universidade hoje (Castro, 1973, p. 20)

Já em um segundo momento, o texto apresenta o levantamento de algumas das iniciativas no campo do desenvolvimento urbano que visavam atacar a carência de recursos humanos no setor. Entre essas, ressaltam os cursos de curta duração para o treinamento de funcionários municipais que o Senam ofertava antes de ser extinto e incorporado pelo Serfhau em 1970, indicando que estes cursos seriam a experiência base a partir da qual o Serfhau criaria duas de suas principais atividades de ensino e formação: os Centros Regionais de Treinamento em Administração Municipal (CERTAMs) e os Municípios-Escola (Castro, 1973, p. 26).

Também destaca o papel importante que o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) desempenhou quanto a formação de planejadores ao promover, com patrocínio da USAID<sup>58</sup>, cursos especiais de metodologia de Urbanismo e Administração Municipal, posteriormente renomeados como cursos de metodologia de projetos de Desenvolvimento Urbano em 1965 e 66.

Embora sejam os cursos do IBAM e os do Serfhau estruturados de maneira diferente, têm em comum uma preocupação: a preparação dos servidores municipais [...] e a capacitação dos técnicos para o funcionamento eficiente dos serviços públicos locais (Castro, 1973, p. 26)

Entre as atividades organizadas pelo Serfhau, destaca também a promoção de três cursos intensivos de planejamento urbano, que tiveram uma procura de 50 candidatos por curso, e a concessão de cerca de 80 bolsas de estudos para cursos de planejamento urbano e regional no exterior — dados que “revelam, em alguma medida, a demanda crescente por uma educação especializada no campo do planejamento urbano e regional” (Castro, 1973, p. 26).

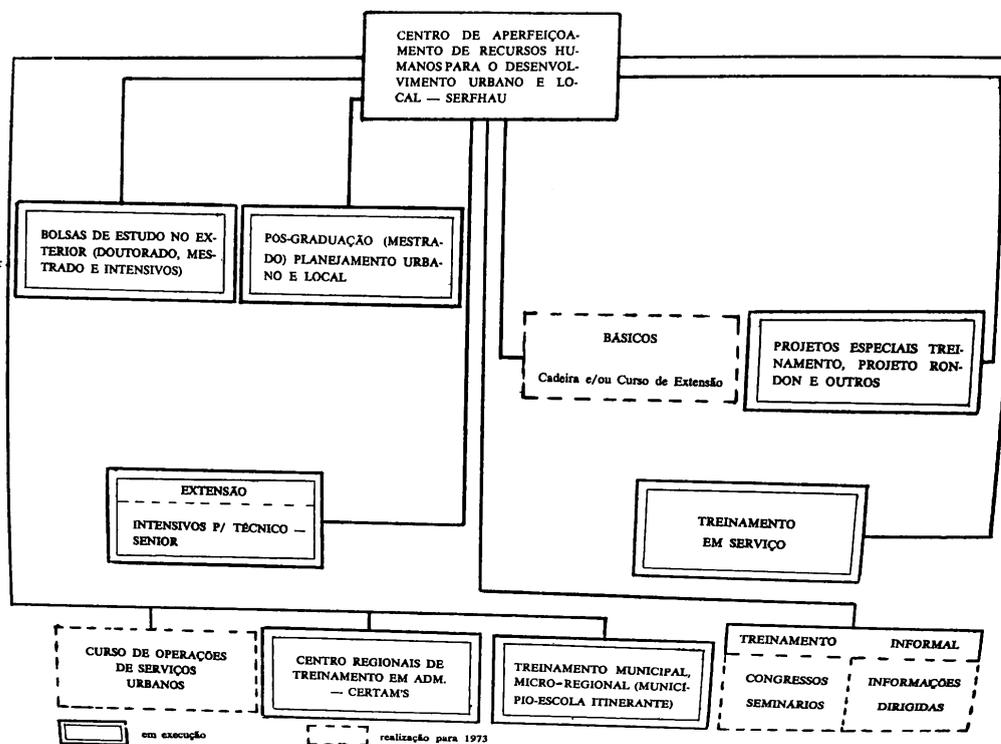
Assim, partindo desse levantamento, a sugestão de um Programa de Capacitação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Urbano e Local por parte do Serfhau consistiria na

---

<sup>58</sup> Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

tentativa de reunir os vários tipos de cursos, treinamentos e atividades de ensino nesta área, sugerindo um Centro de aperfeiçoamento de recursos humanos para o desenvolvimento urbano como núcleo coordenador para tais atividades, congregadas ali por uma lógica sistêmica de atuação para a formação de planejadores, aproximando instituições de ensino e de planejamento. Castro conclui, portanto, que seria necessário que “agentes do mercado, principalmente os organismos governamentais, trabalhem em contato com as instituições acadêmicas, estabelecendo um sistema de vasos comunicantes entre a Universidade e os órgãos de produção e serviço” (1973, p. 33).

Figura 4 — Desenho de organização institucional projetado para o Programa de capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento urbano e local



Fonte: Castro (1973, p. 36).

O segundo destes textos de trabalho elaborados para o Seminário que tratam da experiência do Serfhau expõe uma breve evolução do programa “Municípios-Escola”. Quando o Serfhau absorve o Senam em 1970, os primeiros projetos desta iniciativa já estavam em curso. Tratava-se de um programa de assistência direta aos Municípios de relativo sucesso, vide a

quantidade de solicitações por parte das prefeituras, como expõe o relator do texto (Ned, 1973, p. 40). O projeto de Município-Escola consistia em:

[...] fazer permanecer em um município selecionado para sede de projeto uma equipe técnica de quatro a seis membros durante um período de tempo que variava igualmente, de quatro a seis meses. Os objetivos principais eram, então, promover uma reforma administrativa global da Prefeitura sede, prestar assessoria técnica a outras Prefeituras de Microrregião e promover a realização de cursos de administração municipal para os servidores de toda a região atingida pelo projeto (Ned, 1973, p. 40)

No entanto, no momento em que o Serfhau assumiu esse trabalho, percebe-se que as atividades desenvolvidas eram centradas em aspectos endógenos da administração municipal — “Não havia a menor preocupação com os problemas das cidades. O enfoque do projeto era exclusivamente organizacional” (Ned, 1973, p. 40). Diante deste diagnóstico, no início do ano de 1971, o Serfhau promove um seminário com todos os técnicos que compunham as equipes dos Municípios-Escola. O regimento interno do programa é resultado desse encontro e, entre as novas normas estabelecidas, ficou prevista a obrigatoriedade de realizar um curso sobre planejamento integrado para as prefeituras da microrregião em que o programa estava sediado e, respondendo à insensibilidade diante dos problemas da territoriais e o foco exclusivo nos problemas administrativos, passou a ser incluído nas equipes básicas de trabalho um posto de arquiteto (ou engenheiro) “com a missão de promover a elaboração do cadastro imobiliário da cidade-sede e assessorar as prefeituras na elaboração de projetos de serviços urbanos ou de urbanização” (Ned, 1973, p. 40).

Em 1972, a partir da experiência do Município-Escola de Patrocínio (MG), a nova metodologia de trabalho passou a prever uma equipe básica composta por quatro técnicos: “um advogado ou técnico de administração, um economista ou contador, um arquiteto ou engenheiro e um *urbanista*” (Ned, 1973, p. 41 – grifo meu). Entre as atividades que este grupo estava destinado a assessorar estava a realização de cadastro imobiliário do município, a implementação da reforma administrativa dos setores prioritários, a elaboração de um plano diretor territorial e a legislação urbanística compatível — lei de zoneamento, de loteamento e código de obras. Além disso, essa equipe realizava um importante trabalho de treinamento junto aos funcionários das prefeituras, fazendo com que este programa se tornasse um dos instrumentos do Serfhau para a

propagação de uma mentalidade de planejamento urbano entre os técnicos desses setores administrativos.

Por fim, o terceiro e último dos textos de trabalho apresentado ao evento sobre aspectos das experiências de ensino e formação do Serfhau é apresentado por Valadares (1973) e se destina a avaliar as “atividades de capacitação de pessoal técnico através de cursos aos universitários que, participando das atividades do Projeto Rondon, elaborariam Relatórios Preliminares de Planejamento Integrado” (p. 46).

O Serfhau iniciou em 1969, com o advento do PAC, convênios com superintendências regionais a fim de ampliar a produção de documentos para orientação do planejamento urbano e local. Nesse contexto, foi firmada uma parceria entre o órgão e o Projeto Rondon cujo objetivo era a “preparação dos estudantes para um levantamento e análise de dados a partir dos quais elaborariam uma série de indicações de medidas de ação imediata para municípios de pequeno porte” (Valadares, 1973, p. 46).

No decorrer dos cursos em que essa preparação se processava, o autor aponta que foi identificada a necessidade de um trabalho comportamental nas dinâmicas de grupo — “o trabalho em comportamento envolve a forma de participação do indivíduo no grupo e leva o próprio grupo a criticar sua atuação” (Valadares, 1973, p. 48). Assim, os exercícios desenvolvidos eram voltados para aspectos como o entrosamento do grupo e a relação dos membros diante de conceitos como liderança, autoridade e responsabilidade.

### **Experiências de capacitação em nível regional e em municipal**

Depois dos relatos das atividades de formação realizadas pela instituição do campo do desenvolvimento urbano na instância federal, tiveram lugar no Seminário comentários sobre as iniciativas vinculadas à SUDENE, representando as entidades regionais de desenvolvimento, e a exposição dos trabalhos desenvolvidos pelo IBAM, representando a posição municipalista. Verifica-se que, apesar das concepções distintas — que ora privilegiam a região como unidade de planejamento principal, ora o município —, existiram confluências na atuação dessas instituições, pelo menos nas tarefas de treinamento e capacitação para o planejamento.

Como apontam os autores, “a experiência da SUDENE em treinamento para o desenvolvimento urbano e local restringiu-se praticamente à área da administração municipal” (Mesquita e Raposo, 1973, p. 50). As atividades efetuadas pela superintendência se deram principalmente através do Centro Regional de Administração Municipal (CRAM) que, no momento de realização do encontro, já havia sido extinto. O CRAM desenvolvia trabalhos de treinamento dos servidores municipais das prefeituras da região e se mostrou uma estrutura importante em face da expressiva demanda existente de funcionários, o que representava “um déficit anual de atendimento da ordem de mil servidores” (Mesquita e Raposo, 1973, p. 50). Sendo assim, o CRAM figura como uma estratégia que se valeu de acordos institucionais para responder esse déficit e nisso encontramos também uma convergência de esforços entre as entidades de âmbito regional e municipal:

Tão logo foi constituído, mediante convênio entre a SUDENE, a Universidade Federal de Pernambuco e a USAID, o Centro Regional de Administração Municipal, com sede no Recife, firmou dois convênios com o IBAM para receber assistência técnica durante os seus dois primeiros anos de funcionamento. O primeiro convênio teve por objeto um curso para aperfeiçoamento da equipe técnica do Centro e o segundo prevê várias modalidades de assessoramento do IBAM aos programas de assistência técnica que o órgão deve executar dentro de suas finalidades de assistir os municípios do Nordeste. A ideia dessas medidas é permitir uma transferência, em larga escala, ao pessoal do CRAM, da experiência acumulada pelo IBAM nos seus quinze anos de existência<sup>59</sup>

Assim, como apontam Mesquita e Raposo (1973), entre 1963 até a dissolução do CRAM em 1971, foram treinados por volta de 930 servidores municipais (p. 50). Com a persistência da necessidade de oferecer treinamento ao corpo técnico das prefeituras da região, a SUDENE junto do Serfhau encontram nos CERTAMs um instrumento para prolongar tais atividades.

Na realidade, a criação dos CERTAMs veio oferecer vantagens em relação à estrutura operacional anteriormente utilizada, as quais se estendem da ampliação do raio de ação dos órgãos de treinamento a vários Estados a uma maior flexibilidade na estrutura de atendimento do processo de treinamento (Mesquita e Raposo, 1973, p. 50)

A partir de 1972, a SUDENE assumiu 50% dos encargos financeiros dos 2 centros que haviam sido criados pelo Serfhau no Nordeste — um em Fortaleza e outro em Recife, com

---

<sup>59</sup> Desconhecido, Autor. O que os outros estão fazendo. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, pp. 308-330, 1967.

atendimento anual de 300 servidores cada (Mesquita e Raposo, 1973, p. 52). No momento de realização do evento em que essa comunicação se deu, os autores indicam haver uma pretensão por parte do MINTER de transferir os CERTAMs para as Superintendências Regionais, o que é recebido positivamente, uma vez que, com isso, vislumbram a possibilidade da SUDENE “finalmente pôr em prática a política por ela preconizada de um treinamento sistemático para servidores municipais” (Mesquita e Raposo, 1973, p. 51).

A fim de responder à ideia de implantar um Sistema nacional de treinamento para o planejamento urbano, projeto motivador do encontro, os técnicos da SUDENE desenham o que seria, idealmente, uma equipe básica de planejamento — composta por um planejador econômico, um planejador social, um planejador físico e um planejador institucional —, de maneira bastante similar à concepção de equipe básica com que operava o programa dos Municípios-Escola. A partir dela, então, poderiam realizar estudos e estimativas dimensionando a oferta e demanda de profissionais no campo do planejamento. Observam, nesse contexto:

*[...] não existe ainda na formação curricular do país previsão para estes profissionais [planejadores] e a sua capacitação tem sido feita mediante o recrutamento de profissionais liberais, utilizando-se o critério de afinidade curricular com as áreas abrangidas pelas variáveis econômicas, sociais, físicas e institucionais; em outras palavras, entre economistas, arquitetos, engenheiros, sociólogos, administradores, juristas e assistentes sociais (Mesquita e Raposo, 1973, p. 53 – grifo meu)*

Além dessa adequação da demanda por profissionais planejadores interdisciplinares frente às formações disciplinares disponíveis então, os autores indicam também ser indispensável adequar os treinamentos às necessidades de cada programa de planejamento previsto. Ou seja, a capacitação dos técnicos deveria estar orientada ao tipo de atuação que seria demandada de acordo com as áreas do campo do planejamento identificadas: planejamento urbano, metropolitano, regional, microrregional, municipal ou ainda planejamento habitacional e de saneamento, por exemplo (Mesquita e Raposo, 1973, pp. 54-55).

Entre essas áreas de planejamento, é prevista uma frente de atuação específica em “formação de mão-de-obra para estudos e pesquisas”, contexto em que as Universidades aparecem listadas como os principais órgãos executores das atividades de treinamento para este fim. Portanto, ao lado das organismos como o Serfhau e as superintendências regionais, as

universidades figuram como componentes importantes de um Sistema amplo e integrado de treinamento em planejamento urbano e local:

Outros componentes básicos deste subsistema inicial seriam as *Universidades* da região melhor aparelhadas à formação de pessoal de nível superior para as diversas áreas do planejamento urbano. Seriam oferecidos  *cursos de atualização técnica e especialização naquelas áreas definidas como prioritárias para o desenvolvimento* e, tendo em vista a demanda regional não atendida pelas escolas de pós-graduação existentes no país,  *cursos de mestrado para formação de profissionais líderes de equipe* (Mesquita e Raposo, 1973, p. 58 – grifo meu)

Nesse desenho de um possível funcionamento para o sistema de treinamento desejado, sendo direcionada não apenas para a qualificação dos quadros técnicos, mas também para atividades de pesquisa e para a formação de pesquisadores e docentes, na visão dos autores, “a Universidade assumiria gradativamente as tarefas que lhe são próprias, de forma a atender às crescentes solicitações de pessoal de nível superior na área do desenvolvimento urbano” (Mesquita e Raposo, 1973, p. 59). Para tanto, a fim de atender esta demanda e fornecer profissionais pós-graduados, seria preciso que as Universidades adaptassem suas estruturas e uma das formas de realizar isso seria, justamente, a ampliação dos cursos de pós-graduação em planejamento urbano existentes até então.

Figura 5 — Levantamento dos programas de treinamento para o desenvolvimento urbano e local existentes conforme área de planejamento

A — ÁREAS DE PLANEJAMENTO	B. — ÓRGÃOS EXECUTORES	C. — OBJETO DO PLANEJAMENTO	D — EQUIPE BÁSICA	E — PROGRAMAS EXISTENTES	F — ÓRGÃOS FINANCIADORES
7. Formação mão-de-obra para Estudos e Pesquisas	Universidade ITEP CENPHA CERTAM IBAM (ENSUR) COPAG SERPHAU SUDENE ENTIDADES INTERNACIONAIS: PIAPUR FUNDAÇÃO	Pesquisa p/ o Planejamento Urbano Pesquisa habitacional Pós-graduação — mestrado Aperfeiçoamento e especialização Treinamento pessoal: — Município	Equipes interdisciplinares de pesquisadores, e de liderança do planejamento	Pós-graduação Pesquisas	Universidade ITEP CERTAM IBAM (ENSUR) COPAG SERPHAU SUDENE ENTIDADES INTERNACIONAIS: PIAPUR FUNDAÇÃO CENPHA

Fonte: Mesquita e Raposo (1973, pp. 56-57).

Se na apresentação dos técnicos da SUDENE, é acentuada a aposta na integração dos trabalhos entre instituições diversas, incluindo a Universidade, no caso da comunicação do

IBAM, feita por Diogo Lordello de Mello<sup>60</sup>, a experiência relatada acaba sendo um tanto mais endógena a esta instituição, ainda que a atuação do instituto não possa ser resumida assim. Ao tratar das atividades de treinamento de profissional para o planejamento que o IBAM realizou, Mello (1973) optou por dar relevo ao projeto da Escola nacional de Serviços Urbanos – ENSUR, apresentando um levantamento histórico de sua atuação no campo do desenvolvimento dos recursos humanos e, mais especificamente, na área de treinamento para o desenvolvimento urbano e local (p. 64).

O Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), como mencionado anteriormente aqui, é uma das instituições brasileiras atuantes no campo do urbanismo e do planejamento urbano que foram criadas durante a década de 1950. Segundo seu estatuto de fundação, um dos objetivos do instituto seria o de “manter cursos de administração municipal e desenvolver outras atividades, visando a formação de profissionais competentes” (Mello, 1973, p. 65), o que se relaciona de maneira explícita com a atividade de formação para o planejamento. Além dessa, outras previsões regimentais o faziam convergir para essa atividade, como a previsão de “realizar pesquisas e promover a divulgação de ideias e práticas capazes de contribuir para o desenvolvimento da administração municipal e dos serviços urbanos” (Mello, 1973, p. 65). De certo modo, também a prestação de serviços de assessoria técnica às prefeituras e câmaras municipais acabava se relacionando ao aperfeiçoamento dos recursos humanos das entidades assistidas.

As atividades do IBAM eram organizadas a partir de um esquema tripartido de funções: treinamento, pesquisa e assistência técnica — tendo a ENSUR, criada em 1969, como a frente de trabalho mais diretamente relacionada à função de treinamento e o Centro de Pesquisas Urbanas (CPU), criado em 1968, relacionado à atividade de pesquisa. Ainda que estas estruturas só vieram a ser criadas depois de mais de uma década de atuação do instituto, podemos assumir que

---

<sup>60</sup> Diogo Lordello de Mello, municipalista, foi professor da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP) e de diretor do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM).

[...] desde o início de suas atividades, [o IBAM] sempre se preocupou em divulgar técnicas e procedimentos no campo do urbanismo e dos serviços urbanos, reconhecendo a importância desses temas no âmbito da administração municipal (Mello, 1973, p. 66)

O trabalho de divulgação realizado fica expresso na intensa produção editorial que o instituto foi capaz de organizar, publicar e fazer circular entre profissionais ligados à área de administração municipal desde sua criação até o momento do Seminário em questão. Mello (1973), em retrospectiva, aponta que:

Já na década de 50, as *Notícias Municipais*, primeiro boletim informativo do IBAM, estampavam artigos e notícias na área de planejamento e desenvolvimento urbano, linha editorial mantida ao longo dos vinte anos da publicação, transformada em janeiro de 1961 na atual *Revista de Administração Municipal* (p. 66)

Além disso, confirmando o argumento da importância do instituto para a área, o autor também indica ter sido editado, em 1965, “o livro *Leituras de Planejamento e Urbanismo*, contendo uma seleção criteriosa dos mais importantes artigos sobre esse tema, publicado pela *Revista de Administração Municipal*” (Mello, 1973, p. 67) e, ainda, entre 1970 e 72, a publicação de nove volumes da série *Estatísticas urbanas – necessidades de pesquisa*.

Sem dúvida, pensando nas práticas de ensino e formação, foi de grande valia a contribuição do instituto a partir da produção e disponibilidade de materiais de estudo e espaços editoriais que abrigassem os debates concernentes à atividade e aos desafios da administração pública municipal. O IBAM também traria contribuições relevantes para a formação de urbanistas e administradores ao promover uma série de cursos de treinamento. Ao longo da década de 1950 foram ministrados 13 cursos, além de outros seminários e ciclos de palestras. Na década seguinte, destaca-se a realização, sob o patrocínio da USAID, do Curso Especial de Metodologia do Urbanismo e Administração Municipal (CEMUAM):

O curso teve a duração de 6 meses e objetivou a formação de urbanistas de operação para os órgãos estaduais e regionais de assistência aos municípios. O curso, cuja coordenação esteve a cargo da urbanista Adina Mera<sup>61</sup>, incluiu a realização de 14 seminários no Rio de Janeiro, bem como a execução de trabalhos práticos” (Mello, 1973, p. 67)

Em decorrência do sucesso dessa experiência, o IBAM realizou uma segunda edição do CEMUAM, desta vez sob patrocínio do BNH através do Serfhau.

Além disso, Mello (1973, pp. 66-68) apresenta um balanço da atividade do IBAM, anotando que, no ano 1966, foram ministrados, no total, 24 cursos, contaram com 2288 alunos, merecendo destaque o Curso de Administração Municipal e Noções de Planejamento Urbano que visava “informar sobre a política de planejamento urbano desenvolvida pelos órgãos federais no setor, sensibilizando os alunos para a importância do urbanismo e da boa administração” (Mello, 1973, p. 67). Em 1967, somaram-se 29 cursos ministrados e o lançamento da modalidade de Cursos por Correspondência (CPCs), com destaque para os Cursos de Introdução ao Planejamento Urbano e a colaboração que o IBAM construiu a fim de viabilizar a implementação do Instituto de Urbanismo e Administração Municipal em Salvador (BA). Já em 1968, o número de cursos realizados deu um salto para um total de 54 cursos e estima-se que os CPCs tiveram mais de 4 mil alunos inscritos, nesse momento teve importância a promoção do Seminário sobre Planejamento Local Integrado e a criação do Centro de Pesquisas Urbanas, que contou com o apoio financeiro da Fundação Ford.

Assim, com essa breve retrospectiva, o autor apresenta um resumo convincente de que os cursos ministrados durante os anos 1960 foram tão relevantes e definidores do papel que o instituto ocuparia no campo do desenvolvimento urbano brasileiro quanto as publicações e editoriais que foram ressaltados por ele anteriormente. Com isso, é possível também compreender que a decisão do conselho administrativo de criar, em 1969, a ENSUR como uma das unidades de serviço dentro da estrutura do IBAM não era uma iniciativa isolada, estava vinculada com esse repertório de atividades desenvolvidas nos anos anteriores.

---

<sup>61</sup> Para maiores informações sobre a atuação dessa profissional, ver o trabalho de Freitas e Azevedo (2011).

A criação da ENSUR não significou o ingresso do IBAM no campo do treinamento, mas a disposição de aprofundar o nível dos programas de ensino até então ministrados, estendendo-os a cursos de duração mais longa de pós-graduação, em dar caráter permanente aos cursos e, finalmente, em ampliar a capacidade de atuação do Instituto nesse setor (Mello, 1973, p. 64)

A ENSUR, portanto, é fruto do reconhecimento da “necessidade de capacitação dos recursos humanos voltados para o funcionamento eficiente dos serviços públicos locais e urbanos” (Mello, 1973, p. 69). Ao ser fundada, a Escola assumiu toda a programação de cursos do IBAM e, a partir disso, foi intensificado o trabalho de produção de materiais didáticos, bem como ganhou fôlego institucional a elaboração de estudos sobre temas relacionados com a administração municipal e os serviços urbanos.

A metodologia de ensino adotada na ENSUR se utiliza de métodos variados para cada tipo de curso e objetivo. Conforme expõe o relator, parte-se de uma mobilização conjunta de métodos formais (expositivo, painéis, seminários, leitura dirigida) e métodos mais participativos (estudos de caso, discussão dirigida, dramatizações e simulações), contando também com a realização de trabalhos práticos em atelier. Mello avalia que:

[...] a coexistência da ENSUR com as demais unidades do serviço do IBAM resulta numa constante troca de experiência entre técnicos, pesquisadores e professores, o que contribui para assegurar um caráter interdisciplinar e essencialmente dinâmico aos cursos, complementando os aspectos teóricos do ensino com o pragmatismo da realidade cotidiana (Mello, 1973, p. 69)

Também contribui para o êxito dos programas de ensino, treinamento e capacitação que o IBAM promove, a distribuição gratuita de publicações especializadas, a maioria das quais produzidas pelo próprio instituto, além do grande apoio que a biblioteca do instituto oferece, à época, “a maior biblioteca da América Latina especializada em administração municipal e serviços urbanos” (Mello, 1973, p. 71).

### **Relatórios da atividade dos cursos de planejamento urbano em âmbito universitário**

Até o momento de realização do *Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local* (1973), as atividades de formação de planejadores se davam sobretudo nas

instituições de planejamento através da prática profissional, ainda que aliada a alguns cursos pontuais, capacitações e treinamentos específicos, como visto. No entanto, algumas iniciativas no campo do ensino formal universitário vinham se estruturando e, dada a importância que as instituições ensino superior ganharam dentro da concepção estratégica de construção de um sistema nacional de formação de planejadores, as universidades foram também convidadas para apresentar relatórios sobre as experiências de ensino que promoviam, ainda que estivessem em momentos iniciais de seus desenvolvimentos.

Na ocasião, três cursos em nível de pós-graduação vinculados à área de Planejamento Urbano já estavam formalmente implantados. Eram eles: o curso de mestrado em Planejamento Urbano e Local (PUL), vinculado à Coordenação dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe), na UFRJ; o Curso de pós-graduação a nível de mestrado denominado “Estruturas Ambientais Urbanas”, sediado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) e o curso de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)<sup>62</sup>.

O relatório de atividades do curso de Planejamento Urbano e Local (PUL) da Coppe/UFRJ foi apresentado pelo professor Saul Fuks. Nele, fica explícito o direcionamento dado a este curso de mestrado ao anunciar os objetivos específicos que desejavam atingir:

Consideramos como objetivo específico do Curso *a formação de profissionais em nível de mestrado*, pretendendo a consolidação de um quadro técnico que possa desenvolver atividades: (A) no Serfha, BNH e outras entidades federais ou estaduais dirigidas à elaboração de políticas básicas para o desenvolvimento urbano [...]; (B) nas Áreas Metropolitanas, prefeituras municipais e outras entidades públicas para o desempenho de postos-chave em assunto de planejamento urbano, como em entidades privadas vinculadas ao sistema de planejamento urbano local; (C) nas Universidades e outros centros de ensino (Brasil, 1973, p. 80 – grifo meu)

Visando a “formação interdisciplinar de um profissional capaz de participar ativa e competentemente dos processos de urbanização e modernização nacionais” (Brasil, 1973, p. 80), o curso seria mais uma das formas de responder à demanda por planejadores. Baseada em atividades de ensino e pesquisa, próprias do ambiente universitário, não se tratava de uma formação pela prática como ocorria até então, mas de uma formação “para” a prática, uma vez

---

<sup>62</sup> Comentários sobre essas experiências serão apresentados no capítulo seguinte.

que o direcionamento dessas atividades incorporava abordagens práticas de planejamento e a inserção profissional no campo se apresentava como a horizonte da formação ali ofertada.

Durante os 15 meses previstos para a duração do curso, os participantes poderiam acompanhar cursos e seminários especialmente voltados para temas do planejamento urbano, contando com atividades práticas, simulações e trabalhos desenvolvidos coletivamente em um atelier *de planejamento*. O curso abordava o planejamento urbano e local desde aspectos econômico-sociais, físico-territoriais e administrativo-institucionais e visava fornecer o treinamento adequado para habilitar a participação técnica do profissional em equipes multidisciplinares montadas para desenvolver as atividades próprias que o planejamento do desenvolvimento urbano e local integrado exigia (Brasil, 1973, p. 80).

No entanto, para estruturar o projeto pedagógico do novo curso e definir o elenco de disciplinas a ser ministradas, se fazia importante lidar com as variadas concepções de planejamento e de planejador a fim de alinhar os aspectos fundamentais da educação que estes deveriam receber. De modo abrangente, partem da definição de que:

O planejamento, em princípio, pode ser definido como uma aplicação racional do conhecimento humano para o processo de tomada de decisões tendo em vista a utilização ótima de recursos disponíveis a fim de se obter a maximização dos seus benefícios para a coletividade. Assim, pois, em essência, o planejamento significa otimizar as relações entre os fins e os meios, em relação às urgências da nossa realidade, deve ademais dirigir-se ao atendimento dos problemas da sociedade global (Brasil, 1973, p. 80)

Nesse sentido, o relatório aponta que o aumento e a complexificação dos problemas urbanos levam à multiplicação das variáveis que intervêm no processo de planejamento, sendo esse quadro uma das fontes da “dificuldade de uma definição precisa e acabada quanto ao tipo de tarefas específicas de um planejador” (Brasil, 1973, p. 81). Compartilhando, com isso, o entendimento de que a ideia de planejador passava, naquele momento, por um alargamento:

Hoje não se pode descrevê-lo [o planejador] simplesmente como o técnico que pode indistintamente exercer as funções próprias de um arquiteto, um engenheiro, um sociólogo, um economista ou um administrador. Não se trata, a nosso ver, de formar um generalista [...] mas sim suprir carências de indivíduos de várias formações para que, como planejador, ele possa, dentro de trabalhos fundamentalmente em equipe, desenvolver o papel de elemento de integração (Brasil, 1973, p. 81)

Assim, apresentam as disciplinas que compuseram a primeira versão do curso de mestrado em PUL. Distribuídas em quatro períodos, basicamente, eram focadas em técnicas de análise setorial, processos de tomada de decisão e integração multidisciplinar das equipes. A composição das primeiras turmas deste curso, nos anos de 1972 e 1973, retratava a base interdisciplinar que o planejamento exigia, contando com engenheiros, economistas, sociólogos, geógrafos e advogados, apesar do predomínio numérico de alunos egressos de cursos de arquitetura.

O caso do curso de mestrado “Estruturas Ambientais Urbanas”, sediado na FAU-USP mestrado, foi apresentado na ocasião do Seminário pelo professor Nestor Goulart Reis Filho<sup>63</sup>. O relatório de atividades é bastante resumido, fato que pode ser atribuído à situação do curso que, no momento de realização do evento, apesar de ter seu estatuto aprovado formalmente junto à Universidade de São Paulo, ainda não havia iniciado suas atividades letivas<sup>64</sup>.

O projeto do curso, portanto, previa a realização de 12 disciplinas na área de concentração principal e 10 disciplinas em áreas complementares, além de seminário geral comum a todos os alunos e a disciplina “Estudo de problemas brasileiros”, à época era obrigatória em todos os cursos. Para completar as exigências de crédito do curso de mestrado era necessário realizar outras atividades, tais como leituras, estágios, trabalhos práticos e a elaboração de uma dissertação. O autor nos informa que, no momento de apresentação do relatório, “se encontra na Reitoria da Universidade de São Paulo processo para aprovação de um curso de **doutorado** na mesma área do de mestrado — ou seja — Estruturas Ambientais

---

<sup>63</sup> Nestor Goulart Reis Filho, arquiteto-urbanista, sociólogo, historiador e professor, na ocasião do evento ocupava o cargo de diretor da FAU/USP.

<sup>64</sup> O Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP foi criado como curso a partir da Portaria GR 1442, de 01/04/1971, porém a primeira turma de Mestrado teve início em 14/05/1973, como informa o relatório apresentado no seminário em questão.

Urbanas” (Brasil, 1973, p. 89 – grifo no original), no entanto, a implementação do nível de doutorado neste contexto só receberia sua primeira turma na década de 1980<sup>65</sup>.

Por fim, concluindo as apresentações das experiências de ensino nos cursos de pós-graduação já implementados até a ocasião do Seminário em questão, as considerações sobre o caso do PROPUR/UFRGS foram redigidas e apresentadas por Jorge Guilherme Francisconi, professor e primeiro coordenador do programa.

Formalmente, as disciplinas do curso estavam estruturadas a partir de quatro categorias: (a) instrumentais, visando “melhorar o conhecimento metodológico” — Estatística, Metodologia de Pesquisa, Estudos de Sistema, Programação linear e outras; (b) básicas, visando “fornecer base teórica substantiva nas várias áreas das ciências sociais que consideram o fenômeno urbano” — Teoria do Planejamento, Análise do Espaço Urbano e Regional, Análise Sociológica Urbana e Rural, Estrutura financeira e Administrativa Municipal, Economia Urbana e Regional, por exemplo; (c) profissionais, visando “aglutinar, absorver e operacionalizar esses conhecimentos dentro da prática profissional” — desenvolvidas em Ateliê; e (d) complementares, a fim de “dar condições ao aluno de aproveitar esses conhecimentos nas áreas e nos problemas que fossem de seu particular interesse” — disciplinas ofertadas em outros cursos de áreas afins, como Economia ou Administração pública.

Segundo Francisconi (1973), de acordo com a legislação vigente à época, além do número de créditos mínimo exigido e a obrigatoriedade da elaboração de uma dissertação, em um programa de pós-graduação a nível de mestrado, os professores responsáveis por disciplinas teriam que possuir título de doutoramento (p. 95). No entanto, essa tradição de formação acadêmica não era algo comum na área de Arquitetura e o programa estava sediado institucionalmente na Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Eram pouquíssimos os que, naquele momento, já tinham obtido título de doutor nesta área. Além disso, destacando criticamente o distanciamento entre prática profissional e formação acadêmica, o autor chama a atenção para a “triste realidade de que um ‘erudito’ e ‘estéril’ mestre em Arquitetura ou pintura, terá sempre mais títulos para lecionar em programas de pós-graduação que venham a ser criados do que Oscar Niemeyer” (Francisconi, 1973, p. 95).

---

<sup>65</sup> Conforme indicam as informações na página oficial da instituição (<https://www.fau.usp.br/ensino/pos-graduacao/>).

Pensando em contribuir com o debate que almejava a criação de um sistema de treinamento a nível nacional, Francisconi reflete sobre algumas das dificuldades e limitações encontradas no desenvolvimento das atividades do programa a partir da experiência com as primeiras turmas. Dentre essas, o professor relata uma dificuldade de comunicação entre o corpo discente do programa, uma vez que os alunos eram egressos de cursos de graduação em áreas distintas, tornou-se difícil a “formação daquela linguagem comum necessária à formação de um grupo interdisciplinar integrado de planejamento” (Francisconi, 1973, p. 93). Este problema tentou ser enfrentado através de seminários que visavam a integração conceitual e de vocabulário do grupo ao abordar, em conjunto, publicações especializadas de áreas distintas.

A composição do corpo discente das turmas iniciais do programa também foi fruto de experimentações. Francisconi (1973) relata que, nas primeiras turmas, buscou-se equilibrar o grupo aliando alunos com bastante experiência profissional e alunos recém-formados — “os resultados não foram bons” (p. 93) —, a integração do grupo não se deu da forma esperada e, visando responder esse aspecto, incorporaram às disciplinas prevista uma específica sobre dinâmicas de grupo. Além disso, havia um problema de permanência no caso dos alunos com maiores experiências profissionais, já que as bolsas de estudo tinham valores insuficientes e pouco atrativos diante das ofertas de trabalho, assim, “o aluno que tem melhor aproveitamento é o que está mais sujeito a abandonar o curso em função dos aspectos salariais” (Francisconi, 1973, p. 94). Uma solução especulada para isso era tentar aumentar o valor das bolsas e permitir adicioná-las aos salários que estes alunos já dispusessem em suas inserções profissionais, mas não temos indícios na apresentação se isso foi adotado de fato pelo programa.

Também foram apontadas dificuldades em relação à composição do corpo docente, como dito anteriormente, era raro encontrar professores com a titulação exigida na área. De certa forma, a composição multidisciplinar do programa permitiu ampliar os critérios para montar o quadro docente. O autor também indica a exigência de dedicação exclusiva em tempo integral que os contratos previam para a atividade docente era um ponto sensível, uma vez que os professores desempenham. Além disso, ressentia-se da utilização de métodos e técnicas didáticas mais adequadas, assim, ainda que as dificuldades contratuais e de titulação tenham sido

contornadas de maneira satisfatória, esse problema de ordem didática apontado persistia (Francisconi, 1973, p. 94).

Havia também uma demanda sensível por infraestrutura, uma vez que, nestes anos iniciais de atividade do programa, os trabalhos foram desenvolvidos nas dependências existentes do Departamento de Urbanismo da FAU/UFRGS — apesar disso, dispunham de uma biblioteca bastante rica em publicações da área de planejamento urbano e regional. Mas, como aponta o relator: “as maiores dificuldades encontradas pelo PROPUR têm sido na área de recursos financeiros, principalmente naquilo que se refere a **bolsas de estudo e projetos de pesquisa**” (Francisconi, 1973, p. 95 – grifo no original).

Diante deste conjunto de constrangimentos de várias ordens, Francisconi aproveita a ocasião do seminário e a reunião de diversos representantes de instituições na área do desenvolvimento urbano, apontando que a colaboração da CAPES e da UFRGS foram importantes para superar alguns dos problemas enfrentados, mas seria “necessário e fundamental poder contar com o auxílio de órgãos especializados dessa área (Secretarias de Estado do Governo do Rio Grande do Sul, SUDESUL, Serfhau, OEA, Minter, Minplan etc.)” (p. 97).

Por fim, o autor anota algumas sugestões para efetivar a implantação do Sistema nacional de treinamento em Planejamento Urbano especulado (Francisconi, 1973, p. 98):

1. Que sejam cadastrados os vários programas existentes no país, atuando no treinamento de recursos humanos para o planejamento urbano, local e regional; sendo essas informações extremamente completas sobre o tipo de programa, alunos e professores, e que as mesmas sejam distribuídas para outros organismos do sistema;
2. Que os órgãos públicos federais e mesmo estaduais atuando nessa área sejam convidados a definir seu “Programa de Ação” esclarecendo a área em que pretendem concentrar seus esforços, os recursos de que dispõem e os objetivos que pretendem atingir;

3. Que os programas de treinamento atuando em mesmo nível de ensino estabeleçam um intercâmbio de recursos humanos, tanto de professores, como alunos e pesquisadores, semelhantemente ao que já é feito na área de Economia;
4. Que regionalmente haja a integração dos programas de treinamento de recursos humanos que atuam em diferentes níveis de ensino, através das Superintendências Regionais, visando adequá-los às peculiaridades da região;
5. Que sejam, periodicamente, realizados Seminários Nacionais e Regionais visando a troca de informações, a apresentação de trabalhos científicos e uma integração maior dos programas do sistema;
6. Que seja criada uma coordenação dos vários órgãos que treinam recursos humanos nesta área, a qual será estruturada junto ao MINTER.

Nota-se uma adesão à estratégia de mobilizar os esforços que já estavam sendo desenvolvidos, incluindo a Universidade como uma das entidades dessa trama institucional voltada para os trabalhos de formação de planejadores, a atenção às questões locais de planejamento mesmo se valendo de uma estrutura nacional de integração e coordenação dessas atividades e o caráter interdisciplinar como fundamento para o ensino neste campo.

### **2.2.2 Programas em fase de implementação**

Como o título atribuído indica, esta sessão é composta por dois trabalhos que têm objetivo de informar sobre a situação dos cursos com potencial para formar quadros no campo do desenvolvimento urbano, mas que ainda não foram implantados. Assim, tratam-se de especulações sobre o formato que virtualmente esses cursos deveriam assumir.

O primeiro destes trabalhos, redigido e apresentado pelo sociólogo Teodoro Lamounier<sup>66</sup>, versa sobre a possibilidade de implantar um programa de capacitação técnica em Minas Gerais. À época, Lamounier era superintendente do Centro de Estudos Urbanos vinculado à Fundação João Pinheiro (FJP), instituição de planejamento criada “com a função de promover o desenvolvimento econômico e social do Estado de Minas Gerais” (Lacerda, 2023, p. 9). A principal finalidade da Fundação seria o planejamento do desenvolvimento estadual — para tanto, a instituição ficaria responsável pela elaboração de diversos estudos e pesquisas que

---

<sup>66</sup> Teodoro Lamounier, sociólogo de formação, foi professor no curso de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG e funcionário da FJP, instituição em que funda o Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU).

pudessem subsidiar essa função, além da indicação de atuar no campo do ensino de planejamento por meio da promoção de cursos<sup>67</sup>.

A participação de Teodoro no seminário foi noticiada pelo boletim da FJP e o texto apresentado na ocasião, em que o autor reflete sobre as necessidades de Minas Gerais e sugere um programa de curso para a formação na área de planejamento urbano, foi também publicado na íntegra na revista *Fundação JP*<sup>68</sup>, demonstrando que a atividade ganhou certa repercussão dentro da instituição, ainda que o curso esboçado não tenha sido implantado efetivamente.

Figura 6 — Notícia sobre a participação de Teodoro Lamounier no Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local



Fonte: Fundação João Pinheiro (1973, p. 01).

<sup>67</sup> “A FJP tinha cinco finalidades: 1) planejamento do desenvolvimento estadual envolvendo estudos, pesquisas, programação econômico-social, inclusive estudos de oportunidades de investimento; 2) estudo, pesquisa, divulgação e aplicação de métodos e técnicas de organização racional do trabalho e processamento de dados por sistemas mecânicos, eletromecânicos e eletrônicos; 3) execução de serviços de geografia e estatística; 4) execução de projetos de pesquisa e prestação de serviços no campo de tecnologia básica e social; e 5) *ensino, por meio de cursos afins com as atividades mencionadas nos itens anteriores*” (FJP, 1971 apud Lacerda, 2023 – grifo meu).

<sup>68</sup> Em artigo intitulado “O planejamento urbano em vista das necessidades de Minas” (Lamounier, 1973a).

Lamounier (1973) parte da constatação de que, no Brasil, a experiência de planejamento urbano tinha se dado de maneira “fragmentária e obtida por um número relativamente reduzido de profissionais que desfrutaram da oportunidade de trabalhar na elaboração de planos de cidades” (p. 102), quadro que apresenta uma alteração sensível com a criação do Serfhau, mais especificamente o advento de financiamento para a elaboração de planos locais — impulso que, segundo o autor, auxiliaram na generalização e eficácia dos processos de planificação, mas que não foram suficientes para a consolidação dessa prática no contexto brasileiro.

Além de condicionantes políticas, sociais, econômicas e financeiras, Lamounier (1973) identifica que um dos fatores que se apresentam como obstáculo central, limitando o avanço do processo de planejamento, seria, justamente, a “falta de recursos humanos, de nível superior, suficientemente capacitados em planificação e com formação teórica que os habilite a compreender e enfrentar criticamente as próprias limitações do planejamento” (p. 104). Na avaliação do autor, estava instaurada uma situação grave pois, sendo crítica a falta de recursos humanos, também eram escassas as estruturas disponíveis para a formação profissional Assim, ainda que, dentro do contexto universitário, a noção de planejamento tivesse conquistado algum espaço na formação de economistas:

[...] ressentem-se o país, em sua estrutura universitária, da ausência de curso especificamente destinado à formação de planejadores, em geral, e de planejadores urbanos, em particular, embora, há algum tempo, nas Escolas de Arquitetura e de Engenharia se venha dedicando atenção ao estudo de certas áreas de Urbanismo (Lamounier, 1973, p. 104)

Diante desse quadro, assim como em outras experiências já relatadas aqui, a montagem das equipes no campo do planejamento urbano se dava pelo recrutamento de profissionais com inserções institucionais e afinidades específicas, mas formados em estruturas disciplinares tradicionais — “engenheiros, arquitetos, sociólogos, economistas, técnicos de administração e outros” (Lamounier, 1973, p. 104) —, integrados do ponto de vista organizacional, mas sem uma unidade conceitual sobre o planejamento e as atividades que desempenhavam. Com isso, acenando à interdisciplinaridade, Lamounier (1973) conclui que: “a única solução seria representada pela montagem de *curso de graduação para planejamento*. Esta proposição, que

nos parece a melhor maneira de enfrentar a necessidade de capacitação de recursos humanos para o planejamento” (pp. 104-105 – grifo meu).

Partindo do entendimento que a formação para o planejamento urbano deveria estar vinculada ao contexto de atuação pretendido e que, no caso da FJP, esse contexto seria o território estadual, Lamounier apresenta uma síntese das características da estrutura urbana de Minas Gerais a fim de interpretar a problemática do desenvolvimento urbano no Estado através de uma chave de leitura que articulava as regiões para fins de planejamento<sup>69</sup> e o tipo de planejamento que cada uma demandava. Assim, foram classificados núcleos de urbanização acelerada e aglomerações metropolitanas, núcleos de urbanização “explosiva” de pequeno e médio porte, com base produtiva mono-industrial ou diversificada, territórios de urbanização atomizada ou dispersa e centros urbanos de valor histórico, artístico e cultural (Lamounier, 1973, pp. 110-111). Tomando esse quadro avaliativo da estrutura urbana mineira como base e pensando na proposição de um curso de planejamento urbano, o autor conclui:

Adotando o pressuposto de que o nível de Mestrado se aplica a curso que desenvolva uma alta qualificação e, portanto, um “mestre” em planejamento urbano deve ser um profissional com domínio das técnicas mais acuradas e sofisticadas em matéria de metodologia da planificação, *verifica-se que a estrutura urbana de Minas Gerais não apresenta demanda de técnicos com este nível*, a não ser para um número bem limitado de casos. [...] Desta forma, *a implantação de um curso de Mestrado em planejamento urbano na acepção enunciada não se justifica* do ponto de vista das necessidades de Minas Gerais (Lamounier, 1973, p. 112 – grifos meus)

Nesse sentido, Lamounier reitera que “a solução ideal seria a montagem de curso de graduação para a formação de planejadores” (p. 112) — mas admite a inviabilidade de tal proposta, seja pelo peso da tradição de formação disciplinar ou mesmo pelas dificuldades que a regulamentação profissional a partir dessa outra formação encontraria. Diante disso, a alternativa seria, portanto, “capacitar em planejamento urbano o técnico recém-graduado nas áreas usualmente envolvidas no campo do planejamento local” (Lamounier, 1973, p. 112). Propõe, assim, a criação de um curso de especialização em planejamento urbano de caráter multiprofissional.

---

<sup>69</sup> As regiões para fins de planejamento consideradas no trabalho apresentado partem da divisão estabelecida no Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado em 1971.

O curso teria a duração prevista de 12 meses, sendo metade desse tempo destinada à fundamentação teórica e metodológica através de disciplinas básicas, instrumentais e de especialização e os outros seis meses ocupados por atividades de ateliê com caráter prático desenvolvidas em equipe. O conteúdo teórico-metodológico previsto partiria de um tripé conceitual formado por teoria da planificação, teoria do desenvolvimento urbano e noções de administração pública; enquanto os trabalhos práticos previam a elaboração de planos para cidades de pequeno porte e contariam com a supervisão de um coordenador técnico experiente.

Além da experiência mineira, a sessão destinada a apresentar atividades de formação que ainda não haviam sido implementadas, mas encontravam-se em fase de elaboração, contou com o relato sobre a formação profissional do arquiteto feito pelo professor Miguel Pereira<sup>70</sup> vinculado ao Instituto de Artes e Arquitetura da UnB.

Ao lançar olhar para a experiência brasileira de formação — não de planejadores urbanos ou urbanistas, como nos demais textos —, mas, especificamente de arquitetos, Pereira desenha a imagem desse grupo como “um tipo de profissional que não incorporou à sua experiência o hábito do comportamento crítico, isolando-se em si mesmo, na sua própria fortaleza” (Pereira, 1973, p. 120). O reconhecimento da excelência da arquitetura brasileira que alguns representantes deste grupo profissional conseguiram construir, na avaliação do autor, fez com que o exercício da crítica não fosse amplamente praticado. Assim, em nome de manter certos ícones intactos, a formação crítica passava ao largo das escolas. Resulta que “o vínculo Universidade/Arquitetura Brasileira não aconteceu [...] As consequências estão aí. A experiência universitária brasileira no campo da Arquitetura e do Urbanismo é quase nula” (Pereira, 1973, p. 121) — o que fica sintetizado na afirmativa que o autor recupera atribuindo a origem aos mestres e pioneiros desse campo: *A arquitetura brasileira se faz apesar das escolas de arquitetura.*

Se se mostrava verdadeira a distância entre a prática e o ensino de arquitetura, Pereira também aponta para uma segunda distância que reforçava o encastelamento das escolas de Arquitetura no âmbito universitário. Dada a formação abrangente que a prática exige e a estruturação atomizada do ensino superior, ao reunir por justaposição saberes específicos

---

<sup>70</sup> Miguel Pereira, arquiteto e urbanista, foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura (Abea). Na ocasião do evento, era diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB.

diversos, as faculdades de Arquitetura — “isoladas e pretensamente auto-suficientes” (Pereira, 1973, p. 121) —, construíam uma caricatura de um saber integrado sem efetivamente se integrar às demais faculdades e saberes.

Pereira (1973) ainda demonstra que, na verdade, esse isolamento verificava-se também internamente nas escolas de Arquitetura, uma vez que o ensino focado no projeto do edifício acabava subordinando o ensino de urbanismo — “um conhecimento que só pode ser transmitido no último ano do curso” (p. 122). De modo bastante objetivo, o autor aponta em sua crítica:

O modelo de arquiteto produzido neste primeiro meio século da experiência brasileira foi e continua sendo aquele profissional que se relaciona com o mercado de trabalho em função de sua clientela, de seu círculo de amizades e de seus mecenas. encerrado em seu gabinete, todos lhe devem bater à porta, porque a arquitetura é tarefa de genialidades e a vocação da criatividade um privilégio inato. Eis o profissional liberal disponível no campo da arquitetura (Pereira, 1973, p. 122)

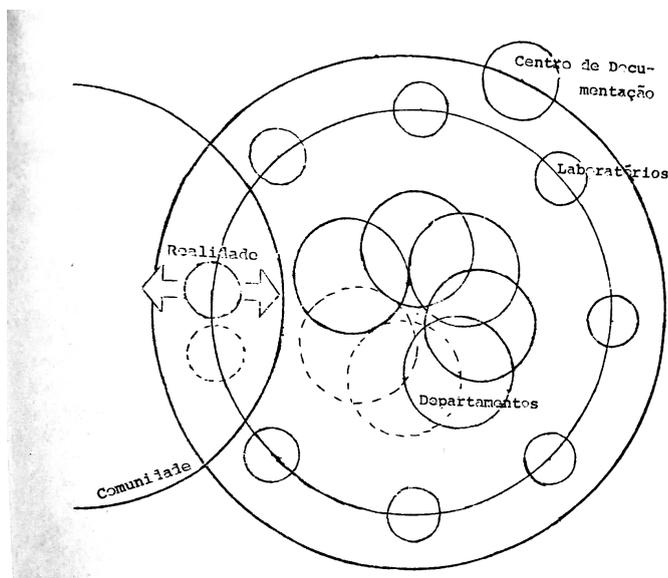
Ainda, prosseguindo em seu argumento e rebatendo a frase de seus mestres destacada anteriormente, o autor assinala: “A arquitetura brasileira se fez famosa em todo mundo. O ensino da arquitetura, não” — caberia anotar aqui que o urbanismo e o planejamento urbano brasileiro também não gozaram da mesma admiração e exportação.

Diante disso, em busca de um novo modelo para uma nova escola, vislumbra na aproximação do vínculo entre universidade e campo profissional um caminho para sanar alguns dos vícios da formação em Arquitetura apresentados. Convicto de que pensar o ensino de um novo profissional e uma nova escola seria, então, a “única forma de atingirmos um estágio mais avançado de nossa profissão, podendo, por consequência, participar de maneira mais concreta num projeto de desenvolvimento de nosso país” (Pereira, 1973, p. 125). Dessa maneira, tendo por horizonte a habilitação de profissionais para responder ao chamado que o ímpeto desenvolvimentista produzia, expõe sua sugestão de um novo curso, visando integrá-lo ao Sistema de treinamento para o planejamento urbano, centro das discussões do seminário. Para tanto, corroborando as colocações de Feldman (2019) quanto à reconfiguração do campo profissional, Pereira (1973, p. 124) reconhece que o Serfhau “tem oferecido um novo quadro à realidade profissional” de arquitetos e urbanistas.

Com isso, o autor sugere algumas orientações teóricas que serviriam de base para o novo modelo de curso proposto. Entre essas, indica a adoção da pesquisa como método de ensino de arquitetura e de urbanismo, rompendo, nesse aspecto, com o papel quase onírico e olímpiano que a inspiração e a genialidade desempenharam na formação dos profissionais dessa comunidade (Pereira, 1973). Também aponta para a necessidade de diversificar o enfoque profissional, construindo um escopo de formação que efetivamente estivesse direcionado para além de questões voltadas à edificação — “não só o mercado potencial de trabalho, mas a própria complexidade da vida moderna induzem à uma instrumentação mais ampla e aprofundada, passando pelo Planejamento Urbano e Regional” (Pereira, 1973, p. 126).

Por fim, pensando neste novo modelo de profissional, destaca a interdisciplinaridade e a integração de saberes como valores para superar os vícios das velhas estruturas universitárias “que sempre mantiveram e mantêm isolados e estiolados os diversos campos do conhecimento e, dentro deles, as diversas disciplinas” (Pereira, 1973, p. 127). Ao pontuar essas diretrizes para um novo modelo de formação, Pereira projeta o modelo de um novo curso a partir de uma ideia otimista de “uma universidade integrada, interdisciplinar e participante” (p. 128). Uma visão gráfica do modelo proposto acompanha a exposição do relator:

Figura 7 — Esquema gráfico do modelo de curso proposto por Miguel Pereira



Fonte: Pereira (1973, p. 129)

### 2.2.3 Sobre a necessidade de um Sistema Nacional de Treinamento para o Planejamento do Desenvolvimento Urbano e Local

Nesta sessão derradeira, são apresentados mais dois textos de trabalho preparados para o seminário: o primeiro apresenta reflexões a respeito das noções de planejamento urbano distintas que foram mobilizadas no momento de elaboração do curso de PUL na Coppe/UFRJ e o segundo se debruça sobre critérios para a efetiva implementação de um Sistema Nacional de Treinamento em planejamento urbano, conforme era especulado na ocasião do encontro.

Refletindo sobre a experiência do primeiro ano de funcionamento do curso de mestrado em PUL sediado na Coppe/UFRJ, o professor John Burford Leonard<sup>71</sup>, que compunha o corpo docente deste curso, apresenta uma série de proposições para discussão acerca das características do ensino de planejamento urbano e regional, e indica a necessidade de uma definição de quais seriam as tarefas do planejamento no Brasil naquele momento. Na visão do professor:

O planejamento urbano, tal como está entendido atualmente no Brasil, constitui um universo que precisa ser desagregado em áreas profissionais delimitadas para poder tornar-se operacionalmente efetivo (Leonard, 1973, p. 138)

Com o intuito principal de “relacionar a educação do planejador com as tarefas do planejamento” (p. 138), Leonard (1973) demonstra uma posição contrária à divisão especializada em áreas profissionais distintas cuja atuação se dava de maneira totalmente autônoma, mostrava-se mais favorável à noção dessas tarefas distintas integradas em um mesmo processo de planejamento para o desenvolvimento urbano — algo como uma ‘especialização integrada’ na prática e no ensino: “certa especialização (mas não separação) na profissão implica necessariamente certa especialização (mas não separação) nas Escolas” (Leonard, 1973, p. 138).

Tendo o seminário reunido agentes e instituições bastante relevantes no campo do desenvolvimento urbano e reconhecendo este como um espaço privilegiado para o debate, Leonard apresenta alguns temas a fim de provocar discussões e reflexões sobre o planejamento urbano e o ensino deste. Resumidamente:

---

<sup>71</sup> John B. Leonard foi professor no curso de PUL da Coppe/UFRJ, vide anexo II.

1. Não há consenso quanto ao significado e as tarefas do Planejamento Urbano e Local;
2. Planejamento Urbano e Local (PUL) sem maior qualificação não é um conceito adequado pelo qual se possa definir um programa de ensino em nível de pós-graduação;
3. É necessário distinguir e definir as várias tarefas operacionais que compõem o PUL e estruturar, para cada uma, programas coerentes de ensino;
4. As tarefas do PUL não são competitivas, mas complementares;
5. As escolas deveriam ser incentivadas a se especializar nas diferentes tarefas do PUL;
6. A racionalização da especialização das escolas pode ser realizada de melhor maneira através de reuniões como esta (referindo-se ao seminário)

A partir desse conjunto de afirmações, que demarcam uma certa posição do autor nas discussões do campo, Leonard identifica o que, para ele, seria um obstáculo central para o ensino de planejamento urbano e apresenta sugestões de como superar o problema da falta de um consenso sobre o que era, na prática e na teoria, isso que chamavam “planejamento urbano e local”. Para tanto, o autor recupera as discussões técnicas e acadêmicas que precederam a implementação do curso de mestrado em PUL na Coppe/UFRJ a fim de, através delas, refletir alguns aspectos das proposições que apresentou. Essas discussões objetivavam a elaboração de um programa de ensino coerente para o curso que iria ser criado e que seria um dos primeiros em nível de pós-graduação nesta área no Brasil.

Como indica Leonard (1973), no caso da criação do curso de PUL, não havia nenhum compromisso com um conceito específico de planejamento capaz de orientar as discussões do programa, nenhuma “filosofia pré-determinada” (p. 140). No entanto, uma vez que estava sediado na Coppe e que derivava, em parte, de uma “encomenda” do Estado brasileiro, havia uma expectativa de que ele iria “contribuir para a implantação das políticas do Governo Federal para a modernização da economia brasileira através do ensino das novas técnicas de gerência e pesquisa operacional” (Leonard, 1973, p. 140), o que influenciou o caráter do curso. Mesmo que essa não fosse uma orientação por si mesma suficiente para estruturar o programa de ensino do curso, ficava evidente um “interesse especial nos aspectos de **eficiência** do Planejamento Urbano e Local” (Leonard, 1973, p.140 – grifo no original).

Assim, numa tentativa de sintetizar o que foi recomendado nos debates e consultorias de técnicos e professores especialistas em planejamento urbano que, ao longo de quase dois anos, trabalharam para a concepção e estruturação do programa de ensino do curso de PUL na Coppe/UFRJ, Leonard identifica enfoques que sinalizam concepções distintas de planejamento urbano e, conseqüentemente, de ensino — “cada um dos enfoques identificados requer um programa específico e diferente de ensino” (Leonard, 1973, p. 146). Haviam, portanto, cinco enfoques principais, cada qual vinculado a um dos profissionais que participaram do processo de discussão e maturação do programa de ensino do curso de PUL. Teríamos, assim<sup>72</sup>:

- um enfoque em “Projetos” — ponto de vista apoiado pelo arquiteto Eduardo Neira que, descrente da viabilidade de efetivar dinâmicas de planejamento urbano num futuro próximo no contexto brasileiro, propõe como alternativa e objetivo imediato a melhoria dos mecanismos administrativos a nível local, portanto, um ensino focado na estruturação de projetos para a solução de problemas concretos como um primeiro passo a fim de construir condições de possibilidade para a efetiva adoção de práticas de planejamento urbano, ou seja, futuramente passar dos projetos ao desenho de programas e à estruturação de políticas urbanas;
- um enfoque “Vetorial” — que teria sido proposto pelo professor John Friedmann, recusando as tradições herdadas do planejamento físico e a concepção de uma burocracia centralizada, para ele o planejador deveria se apropriar de técnicas diversas para ser capaz de projetar os processos e efeitos sistemáticos que as ações e políticas propostas nos planos seriam capazes de disparar, nesse sentido, um planejamento compreensivo a longo prazo e, portanto, o ensino deveria dar ênfase às técnicas de análise política;
- a defesa de um “Planejamento de Desenvolvimento Integrado” — sustentada por Francisco Echegaray, representava, de certo modo, a posição latinoamericana a partir da experiência peruana no PIAPUR e do CINVA em Bogotá, colocando ênfase na necessidade de planejamento no contexto do subdesenvolvimento e destacando a noção de integração, tanto setorialmente, quanto entre os níveis de atuação, com isso,

---

<sup>72</sup> O detalhamento de cada enfoque é apresentado de maneira mais detalhada em Leonard (1973, pp. 140-145).

reforçava a importância da interdisciplinaridade para uma formação de planejadores polivalentes;

- um enfoque baseado na noção de “Planejamento Integral” — defendido pelo próprio autor que categorizou esses enfoques, o professor John B. Leonard, essa abordagem dava ênfase na necessidade de um planejamento integral que tomasse como chave para a organização espacial o plano físico e ambiental, nesse sentido, a integração de especializações setoriais (transporte, saneamento, habitação etc.) teriam um lugar importante no processo de planejamento geral, a integralidade no ensino seria expressa através de valores como a indissociação de aspectos técnicos e normativos e a cooperação interdisciplinar;
- por fim, um foco “global-setorial” — apresentado pelo arquiteto Luís Carlos Costa, distinguia três níveis de planejamento: processos setoriais (transporte, habitação etc.), que seriam integrados, num segundo momento, a partir de setores profissionais (equipe econômica, social etc.) que, por sua vez, estariam reunidos em um momento final de planejamento global, essa logística refletia a necessidade argumentada de ações a curto prazo, o que se traduzir na defesa de um ensino eminentemente prático

Ainda assim, mesmo identificando essas vertentes distintas, Leonard (1973) sinaliza que “esses enfoques não constituem vias alternativas para se chegar à meta geral do Desenvolvimento Urbano e Local, mas vias complementares. Eles representam tarefas diferentes que não são substituíveis entre si” (p. 146), reiterando sua posição de afirmar, diante das diferentes vertentes, o ideal de uma “especialização integrada”, como sugerimos anteriormente. Por fim, indica que o momento em que se realizava aquele encontro era bastante oportuno para levar a cabo essa concepção, uma vez que: “o fato que neste momento se está começando ou estão na etapa de preparação vários programas de ensino de Planejamento Urbano e Local no Brasil oferece uma oportunidade favorável para uma divisão racional de trabalho entre eles” (Leonard, 1973, p. 147).

Reconhecendo o caráter estratégico do seminário diante das iniciativas recentes no campo do ensino de planejamento urbano, com destaque para os cursos que vinham sendo criados em

nível de pós-graduação nas universidades públicas brasileiras, o texto que encerrou as comunicações realizadas no seminário vincula essas a outras movimentações recentes similares no contexto latino americano. Em sua exposição, Francisco Echegaray localiza a discussão que parte do diagnóstico da falta de recursos humanos para o planejamento como um problema compartilhado de escala continental:

La celeridad y complejidad del proceso de urbanización en toda América Latina ha sido responsable de una gran cantidad de problemas en la planificación [...] Además, ha representado una diversificada y creciente demanda de recursos humanos entrenados en planificación e investigación, en cantidades hasta ahora sin precedentes (Echegaray, 1973, p. 150)

Com isso, faz coro ao entendimento que fora manifestado em algumas das exposições anteriores de que, diante do quadro de urbanização acelerada, “las tradicionales disciplinas enseñadas en los centros de estudio no son suficientes para abordar los problemas del desarrollo urbano” (Echegaray, 1973, p. 150). Apontando para a atualidade, à época, da demanda por um esforço coordenado na área de treinamento de profissionais para o planejamento urbano e que ações nesse sentido já vinham ocorrendo:

La enseñanza en el campo de la planificación urbana y local ha sido de una serie de informes y estudios durante la última década, existiendo en el caso del Brasil el antecedente, el año de 1967, de la 1ª reunión Interamericana de Recursos Humanos para el Planeamiento Local Integrado. El año de 1968 se realizó en Lima, organizado por la OEA, un Seminario sobre Metodologías Aplicadas al Planeamiento Regional en la América Latina<sup>73</sup>. El año 1972 se realizó también bajo los auspicios de la OEA, en la Ciudad de México, un Seminario sobre adiestramiento e investigación en desarrollo urbano (Echegaray, 1973, p. 150)

Mesmo contando com algumas iniciativas como as supracitadas, sanar a demanda exigiria medidas de maior fôlego. Como aponta o expositor, naquele momento as alternativas latino americanas para profissionais que buscassem treinamento e qualificação em planejamento urbano desde uma perspectiva interdisciplinar, eram bastante escassas — o que levava estes profissionais a buscar cursos em universidades dos Estados Unidos, por exemplo. A fragilidade das estruturas locais disponíveis para a formação de planejadores urbanos contrastava com a importância crescente que estes quadros ganhavam para a administração pública diante do

---

<sup>73</sup> Cole junto de outros técnicos do Serfhaui produzem um relatório ao retornar desse evento. Ver Brasil (1968).

aumento das taxas de urbanização, do acirramento dos problemas urbanos e do papel central que a planificação territorial desempenhava nos projetos desenvolvimentistas que alguns países da América Latina tentavam consolidar.

No Brasil, entre as prioridades do esquema de trabalho proposto pelo Minter — ministério que abrigava as principais instituições relacionadas ao desenvolvimento urbano como o Serfhau e o BNH —, a atividade de formação e treinamento de planejadores “ocupa un lugar preponderante, pues la preocupación gubernamental de orientar el crecimiento urbano encuentra un serio escollo ante la falta de personal especializado” (Echegaray, 1973, p. 151). Esse quadro, como vimos, leva à mobilizações que visavam coordenar os esforços de formação já existentes e lançar as diretrizes básicas para a criação de um *Sistema Nacional de Treinamento em Planejamento Urbano e Local*. O próprio *Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local* é um produto desse movimento, mas, além dele, outras atividades também foram realizadas a fim de preparar o campo para a integração que esse sistema promoveria — entre outras, Echegaray (1973, p. 151) cita: a promoção de um curso de treinamento para o quadro interno de técnicos do Serfhau — realizado entre Julho e Dezembro de 1971; a organização de cursos concentrados em diversas localidades do país — como, por exemplo, o curso intensivo de planejamento urbano e local das faixas pioneiras, realizado pelo Serfhau em Brasília em fevereiro de 1972, com apoio do PIAPUR e da UnB; bem como a implantação de um curso de pós-graduação em Planejamento urbano e local, objetivo realizado mediante o convênio entre o Serfhau e a UFRJ, através da Coppe, que teve início em 1972.

Quanto aos critérios para a implantação de tal sistema de treinamento, o autor aponta que, em seu entendimento, um sistema como esse deveria assumir como objetivo central a preparação de técnicos em níveis diversos — de formação e de atuação —, capazes de enfrentar as tarefas complexas que o crescimento urbano exigiria, a partir de uma compreensão teórica sólida dos problemas urbanos (Echegaray, 1973, p. 154). Isso levaria à necessidade de reconhecer duas matrizes de ensino que, de maneira integrada e interdisciplinar, deveriam estar na base da concepção de um sistema de ensino de planejamento urbano: uma mais voltada para o processo de planificação *per se*, considerando o estudo de teorias, métodos e procedimentos para a atuação prática como planejador, e outra mais voltada para a compreensão do fenômeno ao qual

a atividade planejadora se dirige, ou seja, o fenômeno urbano e o processo de desenvolvimento urbano em suas implicações políticas, econômicas, sociais, territoriais, enfim — espaciais.

La planificación del desarrollo urbano y local, centro mismo de la preocupación del Sistema, puede ser interpretada como un instrumento para orientar la estructuración del espacio geográfico en sus componentes urbanos y permitir definir y orientar el desarrollo de las ciudades, en función de las necesidades del desarrollo nacional. Las ciudades juegan un papel de suma importancia en el contexto nacional de desarrollo, al desempeñar funciones económicas, sociales y político-institucionales, las mismas que determinan la fisonomía y ubicación de las ciudades dentro del espacio geo-económico de la Nación (Echegaray, 1973, p. 155)

Assim, pensando a partir dessas duas matrizes “pedagógicas” para o ensino de planejamento urbano, Echegaray sugere que como critérios para a implantação do sistema que a formação dos profissionais deveria estar relacionada ao nível de decisão em que os alunos iriam atuar — nacional, estadual, municipal ou metropolitano —, bem como deveriam ser estipulados níveis de formação distintos dentro do sistema:

En lo que se relaciona con grados, deberían comprenderse: cursillos de divulgación para políticos, funcionarios y demás personas que participan en el proceso decisorio; cursillos de actualización para profesionales en un campo específico del proceso de desarrollo urbano; cursos de posgraduación (mestrado) básicamente para la formación de los docentes que precisa el Sistema y, en el futuro, cursos de alta categoría de posgraduación (doutorado) para la formación de investigadores y profesores de categoría superior (Echegaray, 1973, p. 159)

Claro, não seria possível definir previamente e com certeza o tipo de tarefa que os quadros formados através de um tal sistema de ensino teriam de realizar, ou mesmo qual tipo de inserção profissional no campo do planejamento urbano encontrariam, seja no setor público ou privado. Mas, mesmo diante dessa indefinição, não se tratava de treinar generalistas que pudessem desempenhar qualquer tipo de tarefa, mas de formar planejadores capazes de compreender os problemas que cotidianamente se apresentariam em sua atividade profissional. Como resume Echegaray (1973, p. 156): “un profesional que entienda su participación en el proceso de planeamiento, que sepa trabajar en colaboración con otros profesionales y que tenga hábitos de pensamiento analítico y alta capacidad de abstracción”.

### 2.3 Encaminhamentos e indicações do evento

Por fim, conforme exposto anteriormente, após a exposição dos textos acima cotejados, os participantes do evento organizaram-se em três grupos de trabalho<sup>74</sup> a fim de redigir cada qual uma pequena lauda contendo conclusões e recomendações sobre o assunto de que se ocuparam:

1. A evolução dos projetos dos Municípios-Escola itinerantes — com base no trabalho apresentado por Antonio Carlos Ned, que fora também moderador desta frente de trabalho, cabendo a relatoria ao Dr. Jamil Reston;
2. O Programa de capacitação de recursos humanos para o Desenvolvimento Urbano e Local, Planejamento urbano e Administração municipal — a partir do texto preparado por Mary Garcia Castro, com moderação do professor da Coppe Saul Fuks e relatoria de Jorge Guilherme Francisconi;
3. Critérios para o estabelecimento de um Sistema Nacional de Treinamento para o Planejamento Urbano e Local no Brasil — tendo como referência a comunicação homônima apresentada pelo Dr. Francisco Echegaray, contando com a moderação de Diogo Lordello de Mello, representante do IBAM, e relatoria de Antônio Chaves Barcellos.

O primeiro grupo de trabalho reitera a importância da experiência do projeto de Municípios-Escola itinerantes e dos CERTAMs e, tendo em vista uma possível incorporação destes projetos pelas superintendências regionais, recomenda que o Serfhou promova reuniões técnicas com os novos responsáveis a fim de garantir uma continuidade mesmo com a transição dos trabalhos desenvolvidos, devendo permanecer como órgão coordenador até que a incorporação por parte das regionais ocorra de fato (Brasil, 1973, p. 164).

O segundo grupo, refletindo o caráter panorâmico do texto de referência a que se dirigem, avalia que existem diversas experiências confluentes no campo do ensino e treinamento de recursos humanos para o planejamento urbano, ainda assim, mesmo diante desse quadro, reiteram a atualidade que a carência de recursos humanos para o setor apresentava. Como resposta, indicam a necessidade de reforçar o intercâmbio de informações e experiências entre as instituições participantes no Seminário — sobretudo entre as instituições de ensino —, e sugerem que o Serfhou patrocine uma pesquisa sobre a necessidade de recursos humanos, a fim de dimensionar a relação entre oferta e demanda destes profissionais para o campo do

---

<sup>74</sup> No documento não há registro da composição de cada grupo, apenas mencionam os responsáveis pela relatoria e moderação.

planejamento urbano e local; por fim, recomendam a criação de um “Centro Nacional de Capacitação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Urbano e Local e Administração Municipal” (Brasil, 1973, p. 165), com ênfase especial na pesquisa didática e aplicada.

É sobre este último ponto que se volta o terceiro dos grupos de trabalho estabelecidos, concordando com essa recomendação e avaliando os critérios para realizá-la a partir da exposição feita por Echegaray. Assim, concluíram que, mais do que um centro, seria necessário a implantação de um Sistema nacional de capacitação que, por sua vez, deveria se configurar como um subsistema integrado ao Sistema nacional de planejamento urbano, mais especificamente às atividades de pesquisa e sistematização de informações que este último demandava. Segundo a avaliação desta comissão, a formação de pessoal técnico habilitado para o planejamento urbano deveria ser desenvolvida em três níveis: introdutório, através do ensino em cursos regulares e de extensão; especializado, através de cursos especiais de capacitação técnica para graduados; e a nível de pós-graduação, ofertando cursos de mestrado e doutorado a fim de formar não apenas planejadores, mas também professores e pesquisadores nesta área (Brasil, 1973, p. 166).

O capítulo final do documento fonte do *Seminário* se encerra com a exposição destas sínteses que as três comissões produziram. De maneira geral, os presentes concordaram sobre a necessidade de criação de uma estrutura nacional de formação de planejadores que fosse capaz de oferecer atividades de treinamento e capacitação, ainda que os meios para realização de tal proposta não estivessem esclarecidos. Por unanimidade, decidiu-se pela realização de encontros periódicos sobre o tema a fim de dar continuidade aos esforços de implantação do sistema de treinamento esboçado. Além disso, outro encaminhamento bastante importante deste evento foi a decisão de que “os representantes das Universidades presentes (Brasília, RS, BH e SP) tomariam as medidas necessárias para uma primeira coordenação na área do ensino universitário” (Brasil, 1973, p. 167), o que configura uma espécie de “encomenda” institucional entendendo que a necessidade de formação de planejadores poderia encontrar meios de começar a ser respondida em âmbito acadêmico<sup>75</sup>.

---

<sup>75</sup> Entre as universidades citadas, a menção à Belo Horizonte é curiosa, mas pode ser entendida pela dupla inserção institucional que Teodoro Lamounier desempenhava — identificado formalmente como porta-voz da FJP, também era professor no curso de Urbanismo na Escola de Arquitetura da UFMG.

### 3. Reconfiguração institucional do ensino de Planejamento Urbano no Brasil

No momento em que se realiza o Seminário exposto no capítulo anterior, o papel atribuído à universidade pública ganha destaque diante do objetivo de conformar um Sistema nacional de treinamento para o planejamento urbano, incorporando as estruturas universitárias como partes essenciais e estratégicas para a formação de planejadores urbanos, uma vez que são, por excelência, instituições voltadas às atividades de ensino. A efetiva estruturação desse Sistema não ocorreu da maneira projetada pelos participantes do Seminário, mas isso não significou que as iniciativas orientadas para o propósito de formação que estariam reunidas nesse sistema não tenham sido levadas adiante. Um bom exemplo é a implementação dos cursos de pós-graduação na área de planejamento urbano e regional e as atividades que estes desempenharam ao longo da década de 1970.

Como visto, participaram do seminário três representantes de cursos que, naquele momento, já haviam iniciado suas atividades. A exposição dos relatórios sobre a experiência destes cursos nos dá uma imagem do caráter experimental com que se tentava encontrar, diante da falta de um consenso unificador, tanto uma forma adequada de ensino quanto o conteúdo que deveria ser trabalhado em vista dos objetivos de formação profissional que estavam postos.

Além do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Local (PUL) na Coppe/UFRJ, a pós-graduação em “Estruturas ambientais urbanas” da FAU-USP e o programa de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da UFRGS —, também nos anos 70 foram criados o mestrado em Desenvolvimento Urbano (MDU) da UFPE e o curso de mestrado em Planejamento Urbano na FAU-UnB. Tomados em conjunto, este grupo de cursos e programas implementados é bastante representativo das importantes iniciativas institucionais que se organizaram diante do diagnóstico compartilhado da necessidade de formação de recursos humanos para o planejamento e se relacionam, ainda que indiretamente, com os encaminhamentos do *Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local*.

Cabe ressaltar que o processo do qual estes primeiros cursos de pós-graduação em planejamento urbano são resultado não está exclusivamente atrelado à institucionalização da atividade planejadora — ou seja, o arco que compreende a formação de instituições de

urbanismo de 1930 até 1970, como vimos no capítulo 1, que tem a *formação pela prática* como uma de suas características destacadas. De certa forma, o advento desses cursos é também tributário de uma série de iniciativas formadoras que ocorreram em âmbito universitário durante o mesmo período destacado. Para esses casos, não caberia exatamente apontar uma “*formação pela prática*”, através da elaboração de planos e projetos dentro de instituições oficiais de planejamento, mas sim um tipo de *formação para a prática* através de experiências de pesquisa e do ensino de planejamento urbano.

Assim, a seguir pretendemos apresentar uma breve coletânea de iniciativas no campo do ensino de urbanismo a fim de oferecer uma imagem das bases em âmbito universitário que precedem a criação dos cursos de pós-graduação em PUR, citados acima. Num segundo momento, pretende-se abordar os processos de criação destes cursos a fim de explicitar o vínculo entre estes, desenvolvimentos internos das estruturas universitárias, e as demandas governamentais e de instituições de planejamento, externas à universidade.

Ainda que entre as recomendações e encaminhamentos principais do seminário apresentado encontramos um incentivo aos cursos de pós-graduação e a valorização do papel formador das universidades, ao dar enfoque aos cursos de planejamento urbano em nível de pós-graduação citados acima, não estamos propriamente estabelecendo umnexo causal entre a promoção do evento analisado e esses processos de criação institucional no campo do ensino de planejamento urbano no Brasil. Aqui, o que se pretende é apenas sugerir que existem conexões entre as posições observadas nos debates e comunicações que ocorreram no seminário e aquilo que se deu efetivamente no campo do ensino a partir da criação destes cursos. Como exemplo disso, ensaiamos uma aproximação entre a “*encomenda*” às universidades presentes no evento — de que essas tomassem providências para a constituição de “*uma primeira coordenação na área do ensino universitário*” (Brasil, 1973, p. 167) —, e a criação da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur), dez anos depois disso.

### 3.1 Caminhos convergentes: momentos da trajetória do ensino de urbanismo no Brasil

O movimento de apresentar comentários sobre alguns momentos da trajetória do ensino de urbanismo no Brasil parte da intenção de contextualizar a criação dos cursos de pós-graduação em PUR no longo processo histórico das práticas de ensino das atividades, profissões e disciplinas que estão relacionadas ao campo do planejamento, sem deixar de reconhecer os vínculos constitutivos destes cursos com a história de institucionalização da atividade planejadora profissional, pois, como nota Francisconi (2013, p. 187), “a prática e a capacitação de qualquer atividade profissional são gêmeas univitelinas. Por isso a capacitação continuada do urbanista é definida a partir daquilo que poderíamos chamar *práxis urbanística*”. Nesse sentido, ao analisar o campo do urbanismo e a atividade de planejamento urbano e regional entre os anos 1930 e o início dos anos 1970, Leme (2019) constata a ocorrência de uma “articulação de forma gradativa e complementar entre o campo de conhecimento e a prática profissional” (p. 9). Com base nisso, cabe alertar que os processos que serão objeto dos comentários a seguir, na verdade, ocorreram de maneira simultânea e bastante imbricada com a consolidação das práticas profissionais durante o chamado “ciclo de institucionalização do urbanismo”, de modo que o ensino e a prática são facetas distintas mas integradas de um único processo. Assim, a opção por apresentar, analiticamente, essas temáticas interconectadas em dois momentos distintos neste trabalho representa apenas a adoção de uma das muitas formas possíveis de construir essa exposição.

Em alguns momentos se fez necessário o reconhecimento de distâncias e sobreamentos entre o que se entende por planejamento urbano e por urbanismo. Distinguir categoricamente essas áreas nem sempre é tarefa simples, pois, como aponta Rovati (2013, p. 33), “a incerteza terminológica-conceitual reflete-se no trabalho de urbanistas e planejadores; e as múltiplas atividades que desenvolvem dificultam o enquadramento teórico-conceitual desses termos”. Assim, geralmente, nos referimos ao planejamento urbano como uma atividade integradora de conhecimentos disciplinares, ao passo que o termo urbanismo representaria uma dessas muitas inserções profissionais reunidas pelo primeiro termo. Partindo desse ponto, o intuito de olhar para o desenvolvimento do ensino de urbanismo a fim de situar a novidade que os cursos de planejamento urbano inaugurados na década de 70 representam, poderia ser questionado

enquanto um procedimento contraditório, mas pode ser justificado pela inserção institucional destes cursos, uma vez que, quase sempre, estavam vinculados a faculdades de arquitetura e departamentos de urbanismo<sup>76</sup>.

No Brasil, o ensino de urbanismo não precede a prática urbanística, mas vem *a posteriori* com claro indício de a legitimar (Leme, 2019, p. 11)

Ao procurar estabelecer a trajetória do urbanismo como uma área de conhecimento, de modo complementar à interpretação de sua consolidação como prática profissional, Leme (1999) indica que, no Brasil, o ensino de urbanismo “tem origem nos cursos de engenharia-civil e engenharia-arquitetura, se mantêm nas novas escolas de arquitetura criadas na década de 40 e atraindo, a partir dos anos 60, outras disciplinas” (p. 21) — basicamente, esta é a trajetória da “institucionalização do ensino profissional de urbanismo no Brasil”, como identificaram Souza et al. (2020, p. 121), percurso que pretendemos percorrer a seguir de maneira muito sucinta.

Apresentando uma reconstrução histórica do ensino de urbanismo no Brasil, Soares (2005, p. 13) também aponta que “a origem daquilo que no século XX tornar-se-ia o ensino de urbanismo está imbricada na própria criação dos cursos de Engenharia, inseridos no corpo do ensino politécnico”. Nestes momentos iniciais de uma estruturação da formação em urbanismo através do ensino, as atividades que se aproximam dessa inserção eram aquelas de engenharia voltadas à construção de infraestruturas e orientadas por ideais sanitaristas e de embelezamento urbano. Nesse momento, nem mesmo a palavra urbanismo estava incorporada ao vocabulário dos técnicos, porém, como apontam Souza et al. (2020, p. 119), é notável a presença de um certo *ideário urbanístico* em algumas das cadeiras ministradas nas escolas de Engenharia desde os anos finais do século XIX.

Em 1928, é inaugurada a oferta de urbanismo como disciplina em nível de graduação, segundo Bresciani (2021, p. 78), que, por sua vez, atribui essa afirmação à urbanista Carmen Portinho<sup>77</sup>. Portinho (1934), depois de uma análise da situação do ensino do urbanismo naquele

---

<sup>76</sup> Com exceção do curso de PUL que formalmente estava enquadrado em um programa de pós-graduação de Engenharia de Produção (Coppe/UFRJ).

<sup>77</sup> Carmen Portinho, engenheira, uma das organizadoras do movimento sufragista no Brasil, colaborou para a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, e foi a primeira mulher graduada em Urbanismo no país,

momento em diversos países, comenta, “com tristeza, o pouco caso que se tem dado no Brasil ao ensino desta útil e importante ciência” (p. 52) e destaca as duas únicas iniciativas nesse campo no contexto brasileiro:

Na Escola Politécnica do Rio de Janeiro há uma cadeira de “Saneamento e traçado das cidades” que não pode ser considerada como sendo uma cadeira de urbanismo. Na Escola Nacional de Belas Artes, existe recentemente, no 5º ano do curso de Arquitetura, uma cadeira facultativa de urbanismo, cuja frequência tem sido nula. Em São Paulo, felizmente, o ensino do urbanismo é levado mais a sério, graças à iniciativa e competência do engenheiro Luiz de Anhaia Melo, professor da Escola Politécnica de São Paulo, que há vários anos vem lecionando com proficiência entusiasmo a “Cadeira de Urbanismo”, do Curso de Engenheiros-Arquitetos da referida Escola (Portinho, 1934, p. 52)

É, no entanto, “a partir da década de 1930 que o urbanismo se consolida como disciplina nos cursos de arquitetura” (Feldman, 2021, p. 20). Em um contexto de explosão demográfica e urbana, de reforma administrativa do Estado brasileiro e da definição das bases para aceleração do processo de industrialização do país, os urbanistas passam a se “confrontar com mudanças estruturais das cidades e a formação de conhecimento sobre a realidade urbano-industrial ocorre tanto no campo do urbanismo como em outros campos disciplinares” (Feldman, 2012a, p. 27). Os anos 30 seriam marcados também por uma disputa entre arquitetos e engenheiros pela legitimidade do exercício do urbanismo no país (Soares, 2005), o que só se resolveria na década seguinte com a formalização da profissão de urbanista e uma definição legal da formação necessária para exercê-la — “a formação do urbanista foi formalizada na década de quarenta: neste momento, essa consistia em um curso de graduação em urbanismo destinado a alunos já graduados em Engenharia civil e Arquitetura”, aponta Couto (1989, p. 01) e, de maneira idêntica, Meirelles (1960, p. 26):

---

fato que lhe conferiu, recentemente, o título de patrona do urbanismo no Brasil (Lei nº 14.477/2022). Para maiores informações sobre a trajetória pessoal e profissional de Carmem Portinho, ver o trabalho de Nascimento (2007).

Quanto ao Urbanismo, seu ensino superior e autônomo só foi oficializado no Brasil a partir de 1946, com o Decreto-Lei federal nº 8.260 e a Resolução n. 56, do CONFEA, que dispõe sobre o exercício dessa especialização profissional, e admitiu o registro de "Urbanista" nos CREA, com as atribuições que constarem do respectivo currículo escolar (art. 3º). Até então, o Urbanismo era ministrado secundariamente nas Escolas de Engenharia e Arquitetura como disciplina subsidiária desses cursos, sem a autonomia didática e científica que modernamente lhe é reconhecida

Junto das regulamentações da atividade profissional, neste momento ocorre também a criação da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade Nacional do Brasil (FNA/UNB), em 1945 no Rio de Janeiro — “um marco da conquista da autonomia da arquitetura em relação à engenharia e às belas artes” (Souza et al., 2020, p. 123). Para Soares (2005, p.15), a história do ensino formal de urbanismo no Brasil começaria a partir do Decreto Lei nº 7.918/45 que, ao dispor sobre a organização e o currículo da FNA, previu, além da oferta de um curso de Arquitetura em nível de graduação, um “curso de urbanismo, acessível aos portadores do diploma de arquiteto ou de engenheiro civil, mediante a prestação de concurso vestibular, será de dois anos” (Decreto-Lei nº 7.918/45, Art. 3). A partir da estruturação deste curso<sup>78</sup>, outras instituições de ensino superior adotaram o modelo proposto e inauguraram cursos profissionalizantes que conferiam o diploma de “urbanista” para os quadros formados ali.

Nos anos 40 e 50, a qualificação do arquiteto e do engenheiro em saneamento se confundia com a do urbanista [...] Em 1947 surgiu o Curso de Urbanismo no Instituto de Belas Artes (IBA) da UFRGS e, mais tarde, programas de pós-graduação em urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU/USP (1948), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul FAU/UFRGS (1950) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1952) (Francisconi, 2013, p. 196)

Além destes cursos, em 1950 foi regulamentado o curso de Urbanismo na Escola de Arquitetura da UFMG, completando o conjunto das especializações profissionais que conferiam o título de urbanista criadas na passagem para a década de 1950<sup>79</sup>, presentes “nas quatro

<sup>78</sup> Souza et al. (2020, pp. 121-123) ressaltam que os moldes da proposta do curso de urbanismo da na FNA/UNB regulamentado em 1945 espelham a experiência do curso de formação profissional em urbanismo criado em 1935 na Universidade do Distrito Federal (UDF) e encerrado em 1939.

<sup>79</sup> Comentários sobre estes cursos, o programa de ensino e ementa de algumas das disciplinas podem ser encontrados em Birkholz (1967, pp. 112-120).

principais escolas de arquitetura do Brasil, isto é, em São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Belo Horizonte” (Violich, 1965, p. 27). Em paralelo, corrobora a afirmação do urbanismo como área de ensino a presença de “instituições de diferentes formatos e origens que atuaram no processo de formação de quadros técnicos [...] promovendo cursos e publicando boletins destinados a orientar técnicos, especialistas e representantes de entidades profissionais” (Feldman, 2021, p. 29). Alguns dos centros de pesquisa urbana criados nesse período são:

[...] criada em 1947, a Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS) pelo Padre Louis Joseph Lebet, vinculado ao Movimento Economia e Humanismo; o Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos (CEPEU), criado por Anhaia Mello na FAU-USP (1955); o Centro de Estudos de Planejamento Urbano e Regional (CEPUR), criado por Antonio Bezerra Baltar na Universidade do Recife (1962) (Feldman, 2021, p. 29)<sup>80</sup>

Assim como foi para o desenvolvimento e institucionalização da atividade profissional, a década de 1950 no campo do ensino do urbanismo brasileiro também é marcada pela construção de vínculos com agentes e instituições internacionais, em que destaca-se a atuação de *experts* estrangeiros. Como aponta Feldman (2012, p. 2), “a tônica principal da atuação dos experts é a formação de quadros técnicos para o planejamento” e as atividades de formação que estes profissionais promoveram não foram resumidas apenas ao papel de consultores na elaboração de planos, mas também pela promoção de estudos acadêmicos, palestras e cursos em universidades:

No campo do urbanismo, a atuação de experts americanos se deu através de estudos acadêmicos, como o que Francis Violich realizou entre os anos 1939 e 1940 em dez países da América Latina, que resultou no livro *Cities of Latin America. Housing and planning to the South*, publicado em 1944; através do ensino, como os cursos de planejamento ministrados por John Friedmann na EBAP, no Rio de Janeiro (1955-1958) e em Belém (1955-1956) (Feldman, 2021, p. 31)

---

<sup>80</sup> Entre as várias pesquisas sobre a SAGMACS, os trabalhos de Cestaro (2016) e Angelo (2010) dão enfoque no papel dessa instituição para a formação de urbanistas. Sobre a atuação do CEPEU no campo da pesquisa urbana, ver Monteiro e Vidotto (2017) e para comentários sobre a atuação do engenheiro Antônio Bezerra Baltar e o CEPUR, ver Pontual (2011).

Caberia inserir nessa série o curso ministrado pelo Padre Louis Joseph Lebret, fundador da SAGMACS, na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), em 1947<sup>81</sup>, e o curso intensivo de urbanismo ministrado por Gaston Bardet na Escola de Arquitetura da UFMG, em 1953<sup>82</sup>.

O repertório de ações no campo do ensino de urbanismo que caracterizam as transformações ocorridas, nesse âmbito, durante a década de 50, contou também com o advento de programas internacionais de cooperação técnica, como Point IV Program (1950), que fornecia assistência a países subdesenvolvidos com “fundos provenientes de várias agências norte-americanas e da ONU e tinha por objetivo o estabelecimento de acordos para intercâmbio de conhecimento técnico e especializado para contribuir para o desenvolvimento” (Feldman, 2012, p. 5). Nesse mesmo período, outro convênio com intuito similar foi estabelecido entre a Comissão Nacional de Assistência Técnica do Ministério das Relações Exteriores<sup>83</sup> e a OEA, em 1952, para transferência de conhecimento técnico e científico. Resulta desse acordo a promoção de intercâmbios profissionais de técnicos dos setores de administração pública, como aponta Feldman (2012, p. 6):

Experts americanos – engenheiros, economistas, administradores, pesquisadores —, afluíram para o Brasil, grande parte para assistência a instituições visando acelerar e imprimir um efeito multiplicador no preparo de técnicos. No sentido contrário, mais de dois mil brasileiros receberam treinamento em setores públicos e privados nos Estados Unidos

Seja por meio da atuação de *experts* internacionais ou pelos convênios firmados com agências internacionais, é importante notar que, “com a mobilização de profissionais de diferentes campos disciplinares, a crença e a difusão do planejamento regional — as experiências dos Estados Unidos e da Inglaterra fizeram parte da formação de urbanistas no Brasil” (Feldman, 2019, p. 115). Assim, uma característica desse período da passagem da década de 50 para 60 no campo do ensino de urbanismo no Brasil é a mudança, apontada por Souza et al. (2020, p. 127) e por Soares (2005, p. 16), da referência cultural francesa que marcava os cursos de especialização

---

<sup>81</sup> Contando com cerca de cinquenta alunos inscritos, “o curso teve duração de quatro meses e pretendia formar quadros para atuar no desenvolvimento econômico e social” (Cestaro, 2016, p. 25).

<sup>82</sup> Para maiores informações sobre este curso, ver Marques (2018, pp. 9-16).

<sup>83</sup> Criada por meio do Decreto nº 28.799/1950.

em urbanismo no país, a partir a influência de Bardet e Corbusier, por exemplo<sup>84</sup>, para uma presença maior da influência do urbanismo norte-americano pluridisciplinar.

Considerando a trajetória do ensino de urbanismo no Brasil até a década de 1960, Leme (2019, p. 11) aponta que, “no breve período de trinta anos, o campo do urbanismo, que apenas se esboçava como disciplina isolada nas escolas de engenharia e de belas artes, consolida-se como campo de conhecimento vinculado à prática profissional”. Porém, a estrutura de cursos de urbanismo profissionalizantes destinados a graduados dos cursos de Engenharia e Arquitetura, implementada a partir de 1945 e “mantida ao longo de quase duas décadas sofrendo pequenas modificações de forma a ajustá-la a demandas metodológicas e de ensino” (Soares, 2005, p. 16), foi profundamente transformada no período da ditadura militar pela reforma universitária instituída pela Lei nº 5.540 de 1968.

A década de 1960 foi marcada pela emergência de um novo contexto político e social que se revelou capital para o paulatino declínio e abandono do paradigma dos cursos de Urbanismo para graduados (Souza et al., 2020, p.127)

A reforma universitária de 1968, que “foi, sem dúvida, uma medida autoritária e começou a vigorar poucos dias antes do Ato Institucional 5 (AI-5), principal instrumento da fase mais repressiva da ditadura” (Sanches, 2018), também promoveu a expansão e modernização do sistema de pós-graduação, com investimentos em infraestrutura. Tomando como modelo o sistema de ensino superior estadunidense, a alteração da estrutura formal do ensino superior brasileiro implicou no fim do sistema de cátedras e o advento de um desenho institucional montado a partir de departamentos e disciplinas. Também definiu que a competência de habilitação profissional seria atrelada aos cursos em nível de graduação e, sendo assim, a pós-graduação teria finalidade acadêmica (Soares, 2005) — com isso, Arquitetura e Urbanismo são transformadas em uma única área de graduação e, a partir da definição de um currículo mínimo para este curso, os estudos de urbanismo ficaram reduzidos a algumas disciplinas.

---

<sup>84</sup> “Tanto Bardet como Corbusier estavam circulando pela América Latina para difundir suas concepções urbanísticas. Atuando principalmente como professores de urbanismo, Bardet visitou a Argentina, o Chile, o Uruguai, o Peru, o Brasil e a Venezuela, enquanto Le Corbusier visitou o Brasil, o Uruguai e a Argentina” (Marques, 2018, p. 6).

A formação do urbanista sofreu regressão substancial [...] enquanto o Brasil passa de rural a urbano, o profissional da área tem sua formação reduzida; além disso, as Escolas de Arquitetura, herdeiras legais da formação do urbanista, permanecem com seus currículos olímpicamente à margem das mudanças sociais (Couto, 1989, p. 2)

Essa regressão do ensino de urbanismo na graduação — nível de formação que agora habilitaria profissionais nesse campo, diferentemente do momento anterior em que o diploma de urbanista era conferido por meio de cursos de especialização —, coincide com o momento de ascensão da figura do planejador enquanto um novo tipo de profissional, como comenta Prochnik (1965): “o que caracteriza o planejador, cuja formação no Brasil inexistia, é o desenvolvimento da aplicação das ciências do planejamento nos últimos dois decênios, criando um novo tipo de profissional [...] Planejamento é uma profissão nova” (pp. 42-44).

Desse modo, parece haver uma confluência de movimentos disparados pelo processo de reestruturação que a reforma universitária de 68 impôs: a nível de graduação, o urbanismo perde espaço nas grades curriculares em relação à carga horária, temas e disciplinas antes desenvolvidas nos cursos de especialização em urbanismo, mas, contrabalanceando essa perda, o planejamento urbano e regional ganha espaço como uma nova área de formação a nível de pós-graduação.

A passagem da década de 1960 para 1970, portanto, representa um momento importante e definidor para os “processos de construção do planejamento urbano e regional como área de formação acadêmica e investimentos científicos” (Ribeiro, 2002, p. 63). Nesse momento, “em contraste com outros países igualmente subdesenvolvidos da América Latina, o Brasil estava particularmente atrasado na formação de planejadores”, avalia Prochnik (1965, p. 39), mas, como resposta a esse quadro, a partir do implemento de um novo arranjo formal para o ensino superior, seria “impulsionada a capacitação de pessoal através da criação dos primeiros cursos de pós-graduação em planejamento urbano e regional no país” (Piquet e Ribeiro, 2008, p. 54).

### 3.2 Os primeiros cursos de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional no Brasil

Ao fazer a história da pesquisa urbana francesa, Topalov (1988) identifica que, nos anos 60, a França experimentou um processo de centralização administrativa das políticas urbanas e foi marcada pelo impulso de uma gestão tecnocrática do desenvolvimento urbano, momento em que, pela primeira vez, o governo central controlou diretamente o planejamento urbano — “dentro desta conjuntura, o Estado solicita as ciências sociais” (Topalov, 1988, p. 7). Sem querer transpor de modo abrupto a análise construída pelo autor ao olhar para o contexto francês, é possível, com alguma mediação, perceber similaridades conjunturais com o caso brasileiro a partir de 1964: centralização administrativa, impulso tecnocrático e o controle da atividade de planejamento urbano a partir de uma instância federal — o que, aqui, é representado pelo Serfhau (ainda que este tenha apostado na dimensão local para a elaboração dos planos de desenvolvimento). Fato é que, dentro de uma conjuntura similar, o Estado brasileiro também solicitou as ciências sociais para o planejamento urbano:

Para esta atividade têm sido recrutados sociólogos, economistas e arquitetos teoricamente preparados em suas respectivas especialidades, mas, na grande maioria dos casos, com pouca ou nenhuma experiência prática (Oliveira e Bolaffi, 1970, p. 156)

A pouca experiência dos poucos profissionais disponíveis para as atividades de planejamento faz com que uma das formas que as “ciências” encontraram para responder a esse recrutamento do Estado fosse, justamente, a aposta na formação através do ensino. Como vimos na análise do Seminário de 1973, esse tema ocupou a agenda tanto de instituições públicas de planejamento urbano quanto das universidades públicas que, nesta ocasião, foram formalmente solicitadas a tomar providências para a construção de “uma primeira coordenação na área do ensino universitário” (Brasil, 1973, p. 167) e incorporarem-se ao sistema nacional de treinamento para o planejamento que era, então, esboçado.

A implementação dos primeiros cursos de pós-graduação em planejamento urbano e regional no Brasil na década de 1970, portanto, está atrelada aos processos de reconfiguração do ensino superior e às transformações pelas quais passa a formação de profissionais no campo do urbanismo naquele momento, mas não se trata de um processo de natureza exclusivamente

endógena ao ambiente universitário, visto que responde também aos deslocamentos do urbanismo para o planejamento urbano que se processavam nas instituições do campo profissional e às solicitações governamentais de treinamento de recursos humanos para as atividades de planejamento.

[...] fase marcada pela conquista do poder por grupos antagônicos aos princípios democrático, em que se aprofunda o caráter centralizador, autoritário e tecnocrático das estruturas de planejamento então existentes. Nesse período, o ensino de planejamento urbano e regional institucionaliza-se em nossas universidades com a implantação de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Piquet e Ribeiro, 2008, p. 49)

A criação desses cursos se dá com a “finalidade de formar quadros qualificados tanto para a formulação como para a implementação de políticas urbanas e regionais que o regime militar vigente idealizava” (CAPES, 2013, p. 1). Para tanto, mais do que apenas a solicitação do Estado às universidades para a formação de planejadores, neste momento de criação de cursos de “pós-graduação em planejamento urbano e regional, de forte caráter instrumentalizador, no início da década de 1970, havia financiamento por parte do então Ministério do Interior e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo” (Randolph, 2009, p. 4). Assim:

Sob auspícios do Serfhau e com a nova configuração do ensino superior da Lei nº 5.540/1968, o PUR deu origem a um paradigma de formação profissional que foi implantado tanto com a fundação de novos cursos de pós-graduação *stricto sensu* quanto com alterações curriculares – ou até o encerramento – dos antigos cursos de Urbanismo para graduados (Souza et al., 2020, p. 129)

Logo, além das iniciativas de formação prática comentadas em momentos anteriores deste trabalho — entre as quais, os Municípios-Escola, CERTAMs e a promoção de cursos intensivos de planejamento —, é preciso ressaltar que o Serfhau “desencadeou um processo de pesquisa que veio resultar na ampliação dos cursos superiores e de pós-graduação em planejamento urbano no país” (Francisconi et al., 2021, p. 160). O que sugere que o trabalho de formação foi uma agenda permanente da atuação dessa instituição<sup>85</sup> e, nesse contexto, que o reconhecimento da formação através do ensino foi endossado como estratégia para a promoção

---

<sup>85</sup> Em um texto de 1967, Rubens Mattos Pereira já apontava: “As Universidades em geral deverão receber estímulos do Serfhau, no sentido de promover programas de pesquisas e de treinamento de técnicos. Será importante que aquelas Universidades que tenham condições e interesse em integrar o Sistema [SNPDLI] organizem centros para atuar nessas áreas” (Pereira, 1967, p. 276).

das atividades formadoras, entre as quais podemos destacar o *Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local*, mas também o financiamento e apoio institucional para a criação dos primeiros cursos de pós-graduação em PUR.

Como anota Feldman (2010, p. 14), “os vínculos do Serfhou com as universidades federais alavancaram o ensino do planejamento em nível de pós-graduação”. Com isso, na década de 1970 foram implantados: o programa de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1970; o curso de mestrado em Planejamento Urbano e Local (PUL) da Coppe na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1972; a pós-graduação em “Estruturas ambientais urbanas” da FAU/USP, em 1972; o mestrado em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Pernambuco, em 1975 e o curso de mestrado em Planejamento Urbano na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, em 1976.

O PROPUR é o curso pioneiro<sup>86</sup> entre as pós-graduações em planejamento urbano e regional no Brasil. Mello (2016) aponta que, no início da década de 1970, três fatos marcaram a reconfiguração do ensino de urbanismo e planejamento urbano na Faculdade de Arquitetura da UFRGS: o curso de Urbanismo que era então ofertado por essa instituição como especialização é extinto a fim de se adequar às determinações da reforma do ensino superior, com isso, ocorre a “migração” dos conteúdos do curso desaparecido para a graduação em Arquitetura, incorporados ao currículo básico, e para o PROPUR, pós-graduação criada neste mesmo período.

Com formação orientada para a prática profissional e para a pesquisa urbana, com forte incorporação da interdisciplinaridade como conceito básico, o PROPUR foi, “desde o início, pensado com um programa de pós-graduação aberto a qualquer profissional diplomado [...] Poderiam acessá-lo todos os portadores de diploma de nível superior” (Mello, 2016, p. 292). Francisconi (2020, p. 7) o caracteriza como um programa de mestrado “atento ao desafio desenvolvimentista e em meio ao tsunami urbano dos anos 50 e 60, condições que haviam

---

<sup>86</sup> Ainda outras iniciativas anteriores a década de 1970 poderiam ser citadas, Piquet e Ribeiro (2008) lembram que “em 1967, a Universidade Federal de Minas Gerais já havia criado o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) com a finalidade de abrigar um programa de pesquisa e ensino de pós-graduação na área da Economia Regional” (p. 54).

levado Serfhau e o IAB a instituir o “arquiteto-planejador” como profissional qualificado para enfrentar as crises urbanas”.

Ao relatar as dificuldades enfrentadas nos primeiros anos de trabalho do PROPUR na ocasião do *Seminário sobre o ensino*, Francisconi (1973) reconhece a colaboração da CAPES e da UFRGS, mas ressalta a importância de apoio extra-universitário, convidando outros órgãos especializados do campo do desenvolvimento urbano a auxiliar este programa pioneiro e, nesse sentido, cabe destacar que, “ainda em 1970, um Acordo de Cooperação entre SUDESUL, Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Serfhau contratou a Universidade para realizar estudos básicos para uma política de desenvolvimento urbano” (Mello, 2016, p. 270).

No caso do curso de mestrado em Planejamento urbano e local (PUL), sediado na Coppe/UFRJ — diferente do cenário que se deu a criação o PROPUR, em que o apoio governamental das instituições de planejamento urbano não foi condicionante para a implementação do programa, mas um vetor auxiliar —, este vínculo entre a experiência institucional de ensino e o campo profissional do planejamento se estabeleceu de maneira direta.

O fato de a experiência de elaboração de planos ter sido institucionalizada pelo governo central motivou a criação, em 1971, de um dos primeiros cursos de pós-graduação em planejamento urbano e local no Brasil (PUL e depois PUR) dentro de um programa de pós-graduação em engenharia — COPPE/UFRJ (Costa, 2008, p. 66)

A implementação deste curso foi precedida por uma série de discussões e consultorias técnicas que contaram com a participação de representantes de diversas instituições: técnicos do Serfhau, técnicos da Divisão de Desenvolvimento Urbano da OEA, professores do Coppe/UFRJ e professores do Departamento de Planejamento Urbano e Regional da Universidade de Edimburgo, além de profissionais especializados e renomados no campo de planejamento urbano, “entre os quais se destacam o Professor John Friedmann e o Arquiteto Eduardo Neira Alva” (Leonard, 1973, p. 139). De acordo com Alberto Luiz Coimbra, ex-diretor da Coppe, o curso de PUL “nasceu de uma ideia nossa em contato com o Serfhau de que havia lugar para um programa de planejamento urbana de cunho quantitativo voltado para a engenharia de planejamento” (Nunes et al., 1982 apud Costa, 2008, p. 71).

Assim, “valendo-se muito da experiência do IBAM e do apoio do IBGE e do IPEA” (Francisconi et al., 2021, p. 147), o Serfhau impulsionou também financeiramente a criação do curso de PUL, que fora “viabilizado por meio de um convênio entre a Coppe e o Ministério do Interior” (Costa, 2008, p. 70), compreendendo a criação deste curso como forma de dar resposta ao cenário de escassez de recursos humanos para o planejamento que levaria o órgão a defender a necessidade de implantar um sistema de treinamento nacional. A primeira turma de alunos iniciou seus estudos em março de 1972.

Era de tal ordem a importância atribuída à formação de quadros para a atuação no sistema de planejamento que a primeira turma do curso de UFRJ, então sob a responsabilidade da Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia (Coppe), é destinada a técnicos do Banco Nacional de Habitação (BNH), do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau) e órgãos do governo federal envolvidos com planejamento urbano e regional (Piquet e Ribeiro, 2008, p. 55)

No entanto, se no caso do curso gaúcho buscou-se o apoio institucional no campo do planejamento urbano para vencer as dificuldades que se apresentavam, o sólido apoio que o curso de PUL podia contar através dos convênios e financiamentos estabelecidos não foi fator suficiente para evitar a crise que “dominou as relações entre a Coppe e o PUR [curso] até 1976, quando a maioria dos professores foi demitida. Posteriormente o PUR foi reestruturado, assumindo a forma de unidade universitária com identidade própria no denominado IPPUR” (Costa, 2008, p.71). Desde sua criação até a reestruturação, essa iniciativa se mostrou um importante veículo de formação de profissionais no campo do planejamento e, para Feldman (2021, p. 38), “o curso coroa o processo de formação do perfil de profissionais urbanistas que se inicia na década de 1930”.

Os demais cursos e programas criados neste período — a pós-graduação em Estruturas ambientais urbanas da FAU/USP, o MDU/UFPE e o curso de mestrado em PUR do PPG-FAU/UnB — também apresentam como característica comum a interface com instituições governamentais de planejamento por meio de parcerias, colaborações e financiamentos.

Para fortalecer a pesquisa teórica e aplicada, o Governo federal implantou uma rede de programas regionais de pós-graduação, que incluía mestrados da Coppe e das FAUs da USP e UFRGS, e novos programas no nordeste (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco - FAU/UFPE) e no centro-oeste (Universidade de Brasília - UnB), alguns recebendo o apoio de Superintendências regionais e do Ministério do Interior (Francisconi, 2013, p. 198)

O curso de mestrado em desenvolvimento urbano da UFPE, criado em 1975, remete sua origem ao Seminário realizado na Coppe/UFRJ, organizado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo do Ministério do Interior e pela Organização dos Estados Americanos: “Naquela oportunidade, percebeu-se a importância de tal sistema de capacitação de técnicos na Região Nordeste. A SUDENE, sediada no Recife, acionou a Universidade Federal de Pernambuco para que se integrasse ao sistema nacional”<sup>87</sup>. Já no caso do curso de Mestrado em Planejamento Urbano do PPG-FAU/UnB, criado em 1976, é apontado que, naquele momento, a vinculação entre “elites científicas” e o governo militar possibilitou a formulação de políticas de investimento na área de forma que “recursos públicos eram aplicados na formação de pós-graduandos e em pesquisas via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE”<sup>88</sup>, por exemplo. Cabe recordar que, como aponta Limonad (2017, p. 221):

[...] esses programas de planejamento urbano e regional se constituíram no âmbito de um convênio, com duração prevista de sete anos, realizado entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), órgão do Ministério da Educação, e o Ministério do Interior (Minter) com suporte e financiamento direto deste ministério. Convênio esse realizado em decorrência de uma intenção expressa de formar quadros para órgãos de governo, com base nas metas do II Plano Nacional de Desenvolvimento

A formação promovida por esses cursos pioneiros de planejamento urbano “foi essencial e é um dos pilares da institucionalização do planejamento de forma ampla no Brasil” (Tochetto, 2023, p. 278). Esse fôlego de criação institucional no campo do ensino foi fomentado por órgãos da administração pública ligados às atividades de planejamento urbano, por um lado, e, de outro, à educação e ao desenvolvimento científico e tecnológico. O que proporcionou a configuração de “*redes de qualificação profissional* que envolviam entidades de ensino e pesquisa de diferentes

<sup>87</sup> Informações sobre o programa disponíveis na página oficial do programa (<https://www.ufpe.br/mdu>).

<sup>88</sup> Informações sobre o programa disponíveis na página oficial do programa (<https://ppgfau.unb.br/teste/historia>).

níveis [...] o apoio que esta rede institucional recebeu permitiu aperfeiçoar a qualidade dos núcleos de pós-graduação de cada faculdade” (Francisconi, 2013, p. 198 – grifo meu). No entanto, ainda que essas iniciativas tiveram sucesso na construção de redes e tramas institucionais para a qualificação de planejadores, a efetiva consolidação de uma primeira coordenação na área do ensino universitário de planejamento urbano, com que se queria uma das resoluções do Seminário de 1973, só ocorreria na década seguinte com a fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur).

### **3.3 Uma associação nacional de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional no Brasil**

Como vimos, a implementação dos primeiros cursos de pós-graduação na área de PUR representa um importante momento de consolidação no processo de institucionalização do ensino no campo do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil, que não pode ser entendido sem levar em conta a atuação de estruturas consolidadas pelo ciclo de institucionalização da atividade profissional de planejamento urbano. Sendo assim, a reconfiguração na formação de planejadores que se processa a partir do implemento desses cursos é produto de articulações feitas entre agentes do campo profissional e do campo universitário, ambos mobilizados pelo “prestígio do planejamento urbano, nos anos 1970, que acarretou a proliferação de órgãos públicos municipais de planejamento e as escolas de arquitetura viram aumentar seus cursos ou disciplinas da matéria” (Maricato, 2000, p. 139).

Neste momento, “a importância do componente multidisciplinar cresceu graças ao melhor conhecimento científico da práxis urbana, de melhores condições administrativas para planejar e gerir o território regional e urbano, bem como pelas novas pós-graduações” (Francisconi, 2013, p.196). Ainda que estivessem vinculados a estruturas das faculdades de arquitetura e urbanismo, esses primeiros cursos promovem a afirmação da inter/multidisciplinaridade como fundamento da prática e do estudo de planejamento urbano e, nesse sentido, a primeira metade da década de 70 é marcada também pela descoberta, por parte de pesquisadores de campos disciplinares diversos, da “cidade como foro de estudo da sociedade capitalista industrial que se consolidava no país” (Monte-mór, 2007, p. 82).

O impulso e apoio, financeiro, inclusive, por parte de órgãos como o Serfhau e superintendências de desenvolvimento regional, mas também por meio do Ministério do Interior e da Educação, junto da mobilização persistente de professores e pesquisadores dentro do quadro das universidades públicas garantiu a consolidação dos primeiros programas em nível de pós-graduação entre 1970 e 1976. No entanto, a segunda metade dos anos 70 traria reformulações importantes no campo da política urbana brasileira.

Além da criação legal das regiões metropolitanas, por meio das Leis Complementares nº14/1973 e 20/1974, destaca-se nesse período a elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o que “marcou uma ruptura com o processo anterior de enfoque do problema urbano. Partiu-se para uma tentativa de definição macroespacial da política urbana nacional” (Monte-mór, 2007, p. 94). Foi adotada uma estratégia inversa àquela que norteou o funcionamento do SNPDLI sob comando do Serfhau, que apostava na escala local para a produção de planos de desenvolvimento de acordo com o roteiro proposto pelo órgão. Por mais que a consolidação em âmbito federal de um sistema nacional de planejamento tivesse representado um momento importante para a formação de uma mentalidade para o planejamento, não representou a definição de uma política de orientação de desenvolvimento do território (Francisconi e Souza, 1976). Para tanto, foi criada, em 1974, a Comissão Nacional de Política Urbana (CNPU) a fim de que se elaborasse uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) integrada à política socioeconômica do governo federal, que seria incorporada ao II PND (Francisconi, 2024).

Com a extinção do Serfhau em 1975, a CNPU assume também o papel de apoio institucional aos programas de pós-graduação em planejamento urbano e regional recém criado que o órgão extinto havia desempenhado.

A partir de 1976, instituía-se no Brasil um programa de fomento ao ensino e pesquisa em planejamento urbano e regional, em nível de pós-graduação, sob o patrocínio do então Ministério do Interior, por intermédio da CNPU – Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana, transformada em seguida em CNDU – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, do MEC e da SEPLAN/PR – Secretaria de Planejamento da Presidência da República. O programa tinha duração de quatro anos, com término, portanto, em fins de 1979 (Grinover, 2015, p. 24)

Assim, mesmo diante da reformulação dos órgãos coordenadores das políticas urbanas em nível federal, deu-se o prolongamento do arranjo institucional que fornecia apoio ao desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa promovidas pelos os cursos de PUR recém criados. Isso garantiu que, durante toda a década de 1970, o tema do planejamento urbano no Brasil alimentasse “muitas e diferentes atividades intelectuais: teses, dissertações, congressos, reuniões, cursos” (Maricato, 2000, p. 139). Porém, ao analisar a evolução histórica da criação de cursos de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional no Brasil, Porto e Thesis (2016, p. 38) identificam que, nesta área “na década de 1980, não houve registro de programas novos” — este seriam implementados apenas na década de 1990, assim, “até 1999, havia 6 cursos de mestrado e 2 de doutorado na área” (Porto e Thesis, 2016, p. 37).<sup>89</sup>

Se é verdade que durante a década de 80 não foi registrada a criação de nenhum outro curso de pós-graduação na área de PUR, esse dado não significa que as atividades desse campo nessa década foram igualmente escassas. Dá provas disso a fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur), em 1983, um evento definidor dos rumos do campo de estudos urbanos no Brasil.

Em na sala de reuniões da Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, à Rua Maranhão, nº 88, reúnem-se os Professores Doutores Lucio Grinover, da Universidade de São Paulo, Wrana Maria Panizzi, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Guilherme Costa Varela, da Universidade Federal de Pernambuco, Martim Oscar Smolka, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ricardo Libanez Farret, da Fundação Universidade de Brasília, com o objetivo de criar uma associação que congregue programas e instituições brasileiras que desenvolvem atividades no campo do planejamento urbano e regional<sup>90</sup>

Como aponta Farret (2015, p. 29) e indica o registro acima, a ANPUR “foi fundada, inicialmente, pelos cinco programas de pós-graduação *stricto sensu* então existentes: FAU/USP, PUR/UFRJ, PROPUR/UFRGS, MDU/UFPE e Unb”. Segundo seu estatuto, uma das finalidades da Associação é, justamente, incentivar o estudo, o ensino e a pesquisa nas áreas de planejamento urbano, regional e habitacional. Logo após sua criação, como uma de suas

---

<sup>89</sup> Ainda que a análise meramente numérica dessa evolução perca os vaivéns desse processo, como cursos criados em determinada época que foram descontinuados ou renomeados, ou ainda cursos que não foram levantados pela pesquisa apresentada, como o Curso de Mestrado em Planejamento Urbano da FAU/UnB, criado em 1976.

<sup>90</sup> Ata de fundação da ANPUR, disponível em: <https://anpur.org.br/documentos/estatutos/>.

primeiras iniciativas, a Anpur encomendou “pesquisas para identificar o perfil quantitativo e qualitativo dos estudos consoante as subáreas [...] a partir das quais foi organizado o seu primeiro encontro nacional em 1986” (Fernandes et al., 2015, p. 15).

Desde então, a Anpur constitui um espaço institucional importante em âmbito acadêmico para a investigação e debate das questões urbanas no Brasil e, ao promover encontros, estimular publicações e intercâmbios intelectuais e profissionais, vem “congregando uma comunidade de professores, pesquisadores, técnicos, planejadores e estudantes de um grande número de instituições universitárias, instituições públicas e órgãos técnicos” (Diniz, 2015, p. 10). Como sugerimos anteriormente, a Anpur parece representar a conquista, na área de PUR, de “uma primeira coordenação na área do ensino universitário” (Brasil, 1973, p. 167), como previa o encaminhamento tirado pelos participantes do Seminário de 1973 — ocasião na qual, vale ressaltar, estavam presentes representantes dos cinco programas fundadores da associação. Porém, se através dessa interpretação, o recrutamento por parte do Estado e das instituições de planejamento é atendido de certa forma, mesmo com dez anos de atraso, por outro lado a demanda de uma formação para o planejamento visando aumentar, numérica e qualitativamente, o quadro de recursos humanos disponíveis não é cumprida cegamente. Além de formar técnicos e planejadores qualificados, “tais cursos acabam por formar mestres e doutores — numa espécie de educação **para o** planejamento, diferente de educação **em** planejamento” (Costa, 2021, p. 68).

Essa formação *em* planejamento, construída no interior dos espaços acadêmicos que os cursos de pós-graduação em PUR reunidos pela Anpur lograram abrir, estaria mais identificada com os “princípios da teoria crítica, voltados para uma busca de possibilidades de emancipação social diante da natureza socialmente perversa dos chamados problemas urbanos e regionais da formação social brasileira” (Costa, 2008, p. 76). Assim:

Pode-se dizer que os cursos de pós-graduação filiados à ANPUR, mesmo quanto têm explicitado em seu nome o termo planejamento urbano, regional ou territorial, não se dedicam à formação, no sentido estrito, de um profissional para o planejamento [...] o foco está mais na avaliação crítica do planejamento territorial do que na formação de planejadores (Costa, 2021, p. 68)

Logo, conclui-se que o impulso e financiamento para a formação tecnocrática e despolitizada de planejadores urbanos fornecido por meio das instituições de planejamento e

desenvolvimento dos governos do período da ditadura militar, ao ajudar a consolidar os primeiros programas em nível de pós-graduação na área de planejamento como parte de uma estratégia que visava sanar o baixo número de quadros técnicos qualificados para as atividades demandadas, acaba, indiretamente, ajudando a construir condições de possibilidade para a criação de um espaço institucional no quadro das universidades públicas brasileiras que promoveria, nas décadas seguintes, a formação de planejadores e pesquisadores urbanos com forte viés crítico. Assim, como anota Vainer (2015, p. 118) , “nos anos 1980 e início dos 1990, a Anpur e seus programas formaram sujeitos — acadêmicos, mas também políticos — da luta pela democratização de nossos territórios e do Estado”.

#### 4. Formação de planejadores urbanos entre teoria e prática: considerações finais

Iniciado nos anos 1930 e consolidado na década de 1970, o processo de formação do urbanismo e do planejamento urbano no Brasil é resultado de um longo percurso histórico repleto de tensões entre interesses econômicos, políticos e sociais. Nesse sentido, a partir do ímpeto desenvolvimentista, diversas criações institucionais voltadas para questões territoriais, urbanas, regionais e habitacionais marcaram esse ciclo. Entre essas, a criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau) ganha destaque por representar, pela primeira vez, a consolidação de um órgão coordenador das atividades de planejamento urbano em nível federal, demanda que há tempos mobilizava parcelas do campo profissional de arquitetura e urbanismo.

Nesse sentido, o Serfhau proporcionou a formalização de um sistema de planejamento nacional (SNPDLI), superando a produção de momentos anteriores no campo do urbanismo, caracterizada por projetos avulsos e planos urbanos de poucas cidades ou para áreas específicas. Esse sistema revelou ao mesmo tempo, porém, a falta de lastro social para a efetivação dessa ideia ao se deparar com problemas para seu funcionamento pleno, tais como a falta de estrutura e recursos das administrações públicas das municipalidades, mas, sobretudo, o número reduzido de recursos humanos adequados e disponíveis para atender às demandas criadas por essa estrutura. Havia planejamento — faltavam planejadores.

Não havia no Brasil, até então, cursos voltados para o planejamento urbano, as habilitações profissionais se davam nas áreas disciplinares afins (arquitetura, urbanismo, engenharia, geografia, direito, administração pública etc.). A formação para o planejamento era realizada principalmente por meio da prática profissional nas instituições de planejamento ou empresas de consultoria. Nesse contexto, cabe ressaltar que uma série de atividades de ensino, capacitação e treinamento dos quadros técnicos era promovida por essas instituições ligadas ao campo do planejamento e do desenvolvimento urbano e local, inclusive o Serfhau. No entanto, a avaliação de que esses esforços pulverizados não produziram a resposta necessária ao déficit de recursos humanos que o campo enfrentava, leva a formulação do projeto de implementar — de maneira análoga ao Sistema Nacional de planejamento (SNPDLI) —, um Sistema de nacional de treinamento para o planejamento urbano e local.

O projeto desse sistema e a necessidade de ampliar, numérica e qualitativamente, o quadro de técnicos planejadores no Brasil foram os motes principais para a realização do *Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local* (1973), promovido pelo Serfhau em parceria com a Coppe, sob auspícios da OEA. O evento reuniu uma trama significativa de instituições do campo do planejamento que desempenhavam atividades de ensino e treinamento à época. Os debates sediados nessa ocasião, analisados ao longo deste trabalho, pontuaram questões formais, metodológicas e teóricas sobre o ensino nesse campo, evidenciando concepções e posições diversas sobre quais deveriam ser as tarefas e as escalas do planejamento e qual tipo de formação deveria ser ofertada considerando as peculiaridades da realidade territorial, política, social e institucional que estes planejadores teriam que lidar.

Dentro da ideia de conformar um sistema de treinamento, as universidades públicas ganharam um valor estratégico para os propósitos almejados, uma vez que se tratam de espaços institucionais dedicados, por excelência, às atividades de ensino. No momento em que se realiza o evento, alguns cursos de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PPG-PUR) já haviam iniciado suas atividades, mas ainda outros seriam estruturados até o final dessa década, somando cinco cursos desse tipo espalhados em diferentes regiões brasileiras. Para sua criação, esses cursos contaram com incentivos e financiamento do Estado e de instituições de planejamento, mas não são frutos diretos desse vínculo, também são produtos de desenvolvimentos anteriores dentro do contexto universitário, uma vez que derivam, na maioria das vezes, de experiências de ensino de urbanismo que foram promovidas nas faculdades de arquitetura e engenharia desde a década de 1930.

Assim, se nos momentos anteriores a formação pela prática profissional em planejamento urbano era predominante, a década de 1970 pode ser vista como um ponto de inflexão nas práticas de ensino de planejamento pois, a partir da consolidação dos PPG-PUR, a formação pelo ensino e pela pesquisa urbana passa a desempenhar um papel relevante. Concebidos para preparar planejadores para alimentar a “tecnoestrutura” montada pelos governos militares, a partir de incentivos e financiamentos advindos deste mesmo regime, esses cursos deram origem a uma associação nacional própria e conseguiram catalisar processos de formação crítica, consolidando um espaço intelectual importante de reflexão sobre os temas urbanos brasileiros.

## Referências

### Fontes bibliográficas

ANGELO, Michelly Ramos de. A formação de profissionais brasileiros especializados no tema do desenvolvimento: da SAGMACS ao IRFED (1947-1958). *In: Anais do I Encontro Nacional da ANPARQ, I ENANPARQ. Arquitetura, Cidade, Paisagem e Território: percursos e prospectivas.* Rio de Janeiro: PROURB, 2010.

AZEVEDO, S.; ANDRADE, Luís A. G. **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, [1982] 2011.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BIRKHOLZ, Lauro Bastos. **O ensino do planejamento territorial no Brasil.** Provimento de Cátedra – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1967.

BONDUKI, Nabil. Do governo Vargas ao Seminário de Habitação e Reforma Urbana: as tentativas pioneiras de enfrentar a questão urbana. *In: BONDUKI, N. (org.) A luta pela Reforma Urbana no Brasil: do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo.* São Paulo: Instituto Casa da Cidade, p.15-34, 2018.

BRASIL. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. **Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local.** Rio de Janeiro, 1973.

BRASIL. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. **SERFHAU: programações executadas 67/70.** Março de 1971.

BRASIL. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. **Seminário de Desenvolvimento Urbano e Local.** 1971a.

BRASIL. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. **Apoio técnico ao planejamento urbano e local.** Rio de Janeiro, 1968.

BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e ruptura nos estudos da cidade. *In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco A. A. de F. (org.) Cidade & História.* Salvador: UFBA, p. 11-26, 1991.

BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. **Espaço & Debates**, n. 34, p.10-18, 1991a.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. *In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) Cidade: História e Desafios.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BRESCIANI, Maria Stella. O entretecer interdisciplinar e transnacional na formação do urbanista. *In: CHIQUITO, E. A.; VELLOSO, R.; FARIA, R. (orgs.) Urbanismo e planejamento no Brasil: formação, práticas e instituições.* Belo Horizonte: Cosmópolis, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: Unesp, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. *In*: Pouillon, Jean et al. (orgs.). **Problemas do estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 105-145, [1966] 1968.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. tradução Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

CAPES. **Relatório de avaliação 2010-2012**. Trienal 2013 - Área de Planejamento Urbano e Regional / Demografia, 2013. Disponível em:

[https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/PlanejamentoUrbanoRegional\\_Demografia.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/PlanejamentoUrbanoRegional_Demografia.pdf).

Acesso em: 26 nov. 2024.

CASTRO, Mary Garcia. Planejamento, ensino e o Programa de capacitação de recursos humanos do Serfhou. *In*: BRASIL. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. **Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local**. Rio de Janeiro, 1973.

CESTARO, Lucas R. A contribuição de Lebrecht através da SAGMACS na formação de técnicos e profissionais de urbanismo no Brasil. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, São Carlos, Brasil, v. 14, n. 1, p. 24–31, 2016. Disponível em: <https://revistas.usp.br/risco/article/view/125753>. Acesso em: 26 nov. 2024.

CINTRA, Antônio Octávio. Planejando as cidades: política ou não política. *In*: CINTRA, Antônio O.; HADDAD, Paulo R. (orgs.). **Dilemas do Planejamento Urbano no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, p.169-253, 1978.

CHAKRABARTI, Debapriya. Urban theory of/from the Global South: A systematic review of issues, challenges, and pathways of decolonization. **Frontiers in Sustainable Cities**, v.5, 2023.

CHIQUITO, Elisângela de Almeida; VELLOSO, Rita; FARIA, Rodrigo de (orgs.). **Urbanismo e planejamento no Brasil: formação, práticas e instituições**. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2021.

CHIQUITO, Elisângela de Almeida. John Friedmann: um “expert” em planejamento regional na América Latina. *In*: **Anais do XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. São Carlos, IAU USP, 2016.

COLE, Harry J. **Sistema Nacional de desenvolvimento urbano e local no Brasil**. Rio de Janeiro: Coordenação de documentação, 1969.

COSTA, Geraldo M. Teorias, metodologias e práticas do planejamento urbano: reflexões a partir de experiências. *In*: CHIQUITO, E. A.; VELLOSO, Rita; FARIA, Rodrigo (orgs.) **Urbanismo e planejamento no Brasil: formação, práticas e instituições**. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2021.

COSTA, Geraldo M. Prática e ensino em planejamento (urbano) no Brasil: da “velha” compreensividade multidisciplinar à abordagem transdisciplinar. *In*: COSTA, G.; MENDONÇA, J. (orgs.) **Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas**, Belo Horizonte: C/Arte, p.66-78. 2008.

COUTO, Beatriz. A questão do ensino do urbanismo. *In*: COUTO, Beatriz (org.) **O ensino do urbanismo**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1989.

DALAND, Robert T. **Estratégia e Estilo do Planejamento Brasileiro**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Lidor, 1969.

DESCONHECIDO, Autor. O que os outros estão fazendo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 308-330, 1967. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/4167>. Acesso em: 26 nov. 2024.

DINIZ, Clélio Campolina. Prefácio. *In*: PONTUAL, V.; LACERDA, N.; FERNANDES, Ana (orgs.). **Estudos urbanos e regionais no Brasil, 1983 – 2013: a trajetória de um campo disciplinar e de sua associação nacional**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

FARIA, Rodrigo Santos de. Pensar por redes – instituições interamericanas e o campo profissional do planejamento urbano-regional no século XX. *In*: BERENSTEIN, P. J.; PEREIRA, M. da S. **Nebulosas do pensamento urbanístico** – tomo I: modos de pensar. Salvador: Ed. da UFBA, 2018.

FARIA, Rodrigo de. História da cidade, história do urbanismo, história da urbanização ou história urbana? A interdisciplinaridade é o caminho para a pesquisa em arquitetura e urbanismo. *In*: **Anais do 4 SeNAU: inovação e ética na pesquisa em arquitetura e urbanismo**. São Paulo: Mackenzie, 2015. v.1, p. 1-16, 2016.

FARIA, Rodrigo Santos de. O Departamento Nacional de Urbanismo e a institucionalização do setor de urbanismo no Governo Federal Brasileiro: um contínuo processo histórico. **Oculum Ensaios**, v. 12, n.2, p. 311-333, 2015.

FARRET, Ricardo. Os primeiros tempos de uma ideia que deu certo (1984-1986). *In*: PONTUAL, V.; LACERDA, N.; FERNANDES, Ana (orgs.). **Estudos urbanos e regionais no Brasil, 1983 – 2013: a trajetória de um campo disciplinar e de sua associação nacional**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

FELDMAN, Sarah. Um ciclo de institucionalização do urbanismo no Brasil. *In*: FELDMAN, Sarah (org.) **Instituições de urbanismo no Brasil: 1930-1979**. São Paulo: Annablume; São Carlos: IAU USP, p.11-76, 2023.

FELDMAN, Sarah. Urbanismo no Brasil: formação, prática profissional e fronteiras disciplinares entre as décadas de 1930 e 1970. *In*: CHIQUITO, E. A.; VELLOSO, Rita; FARIA, Rodrigo (orgs.) **Urbanismo e planejamento no Brasil: formação, práticas e instituições**. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2021.

FELDMAN, Sarah. O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau) e a reconfiguração do campo profissional do urbanista. *In*: LEME, M.C. (Org.). **Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960**. São Paulo: Annablume, p. 99-128, 2019.

FELDMAN, Sarah. Planejamento, desenvolvimento, habitação: o Brasil no circuito de experts internacionais. *In*: **Anais do XII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Porto Alegre, UFRGS, 2012.

FELDMAN, Sarah. As comissões de Planos da Cidade na Era Vargas. *In*: REZENDE, Vera F. (org.) **Urbanismo na Era Vargas**: a transformação das cidades brasileiras, Niterói: Editora da UFF; Intertexto, p. 9-19, 2012a.

FELDMAN, Sarah. O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhou): avanços, limites e ambiguidades (1964-1975). *In*: **I Encontro Nacional da ANPARQ**, I ENANPARQ. Arquitetura, Cidade, Paisagem e Território: percursos e perspectivas. Rio de Janeiro: PROURB, 2010.

FELDMAN, Sarah. 1950: a década de crença no planejamento regional no Brasil. **Anais do XIII ENANPUR** – Encontro Nacional da ANPUR, Florianópolis, maio de 2009.

FELDMAN, Sarah. O arranjo SERFHAU: assistência técnica aos municípios/órgãos de planejamento /empresas de engenharia consultiva. **Anais do XI ENANPUR** – Encontro Nacional da ANPUR, Salvador, maio de 2005.

FELDMAN, Sarah. **Planejamento e Zoneamento São Paulo: 1947–1972**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2005a.

FERNANDES, Ana; LACERDA, Norma; PONTUAL, Virgínia. 30 anos de ANPUR: emergência e consolidação de uma associação acadêmica brasileira. *In*: PONTUAL, V.; LACERDA, N.; FERNANDES, Ana (orgs.). **Estudos urbanos e regionais no Brasil**, 1983 – 2013: a trajetória de um campo disciplinar e de sua associação nacional. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

FERNANDES, Ana. Urbanismo como política (1930-1945): formulações e experiências. *In*: REZENDE, Vera F. (org.). **Urbanismo na Era Vargas**: a transformação das cidades brasileiras, Niterói: Editora da UFF; Intertexto, p. 45-69, 2012.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. História da cidade e do urbanismo no Brasil: reflexões sobre a produção recente. **Ciência e Cultura**, v. 56, n.2, p. 23-25, Abr. 2004.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Apresentação. *In*: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (orgs.) **Cidade & História**. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992.

FERREIRA, Mauro. **Planejamento urbano nos tempos do SERFHAU**: o processo de construção e implementação do plano diretor de desenvolvimento integrado de Franca. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2007.

FIGUEIREDO, Glória Cecília dos Santos. Formação em Urbanismo no Brasil: de tema residual a campo autônomo e transdisciplinar do saber. *In*: GONZALES, Suely F.N.; FRANCISCONI, Jorge G.; PAVIANI, Aldo (orgs.) **Planejamento e Urbanismo na Atualidade Brasileira**: objeto teoria prática. 1 ed. São Paulo: Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013.

FIX, Mariana; ARANTES, Pedro F. On urban studies in Brazil: The favela, uneven urbanisation and beyond. **Urban Studies**, v.59, n.5, p.893-916, 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Boletim de informações da FJP**. Belo Horizonte, n.19, 25 de março de 1973. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=76814&codUsuario=0>.

Acesso em: 26 nov. 2024.

FRANCISCONI, Jorge G. As Sete políticas nacionais de desenvolvimento urbano do Brasil (1963-2024). **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília, n. 31, p. 97-106, jan./jun. 2024

FRANCISCONI, Jorge G. Ciclos políticos e gestão metropolitana no Brasil (1960-2020). **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, jan./abr. 2023.

FRANCISCONI, Jorge G.; CORDEIRO, Sônia. H. **Além de Rio e Sampa: Corumbá, Irecê e Parintins – evolução e desafios do planejamento urbano no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2021.

FRANCISCONI, Jorge G. **PROPUR 50 anos e a questão urbana (1970/2020)**. Brasília, julho de 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/propur/depoimentos-propur-50-anos/>

FRANCISCONI, Jorge G. A capacitação do urbanista. *In*: GONZALES, Suely F.N.; FRANCISCONI, Jorge G.; PAVIANI, Aldo (orgs.) **Planejamento e Urbanismo na Atualidade Brasileira**: objeto teoria prática. 1 ed. São Paulo: Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013.

FRANCISCONI, Jorge G.; SOUZA, Maria Adélia A. **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: estudos e proposições alternativas**. Brasília: Iplan/Ipea, 1976.

FRANCISCONI, Jorge G. Considerações sobre a experiência de ensino do Programa de Mestrado PROPUR/UFRGS. *In*: BRASIL. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. **Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local**. Rio de Janeiro, 1973.

FREITAS, José Francisco Bernardino; AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de. A Presença de Adina Mera na Formação de Urbanistas para a Prática Profissional nos Municípios Brasileiros. *In*: **Anais do XIV ENANPUR – Encontro Nacional da ANPUR**, 2011. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1., p. 1-20, 2011.

GRINOVER, Lúcio. A criação da ANPUR: gestão do Conselho Diretor Provisório (1983-1984). *In*: PONTUAL, V.; LACERDA, N.; FERNANDES, Ana (orgs.). **Estudos urbanos e regionais no Brasil, 1983 – 2013: a trajetória de um campo disciplinar e de sua associação nacional**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

HUAPAYA ESPINOZA, José; GRAPPI, Letícia. Novas velhas questões? [Re]visitando as teorias de John F. C. Turner sobre a 'cidade informal' no Brasil. **Anais do XVII ENANPUR – Encontro Nacional da ANPUR**, São Paulo, maio de 2017.

IANNI, Octavio **Estado e Planejamento econômico no Brasil (1930 - 1970)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 1977.

JAHN-VERRI, Fernanda. **O planejamento urbano integrado e a atuação do SERFHAU no Rio Grande do Sul (1964-1975)**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

LACERDA, Gabriel do Carmo. Revista Fundação JP: dilemas do desenvolvimento e do planejamento na década de 1970 em Minas Gerais. **Revista de História Regional**, v. 28, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/21839>. Acesso em: 26 nov. 2024.

LACERDA, Norma. O campo do Planejamento Urbano e Regional: da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n. 1, p. 77-93, 2013.

LAMOUNIER, Teodoro. Programa de capacitação técnica em Planejamento urbano em face das necessidades de desenvolvimento de Minas Gerais. *In*: BRASIL. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. **Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local**. Rio de Janeiro, 1973.

LAMOUNIER, Teodoro. O planejamento urbano em vista das necessidades de Minas. **Revista da Fundação João Pinheiro**, v.3, nº1, p.48-57, jan./mar. 1973a.

LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo e política no Brasil: continuidades, contradições e rupturas. *In*: LEME, M.C.S. (Org.) **Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960**. São Paulo: Annablume, p. 9-34, 2019.

LEME, Maria Cristina da Silva. A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965. *In*: LEME, M.C.S. (Org.) **Urbanismo no Brasil – 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel;FAUUSP;FUPAM, p. 20-38, 1999.

LEONARD, John B. O ensino no planejamento urbano e local: proposições sobre a necessidade de uma definição. *In*: BRASIL. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. **Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local**. Rio de Janeiro, 1973.

LIMONAD, Ester. Lá se vão trinta anos de ANPUR... **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, n. 2, p. 219, 2017. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5567>.

LOBATO, Paula de Souza Carmo. **Modos de ler, modos de desaprender: os livros e o ensino de arquitetura no Brasil**. dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. 2021.

LUCHESE, Maria Cecilia de. **Em defesa do planejamento urbano: ressonâncias britânicas e a trajetória de Harry James Cole**. 2009. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

LUCHESE, Maria Cecilia de. O arquiteto e urbanista Harry Cole. **Oculum Ensaios**, n. 7-8, p. 66–79, 2008

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, p.121-192, 2000.

MARQUES, Ana Luiza Luciano. Gaston Bardet e a formação de urbanistas em Belo Horizonte: embates e permanências. *In: Anais do XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Rio de Janeiro (RJ), UFRJ, 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes. **A construção civil e a regulamentação de seus profissionais**. São Carlos: EESC/USP 1960.

MELLO, Diogo Lordello de. O IBAM e o desenvolvimento urbano e local. *In: BRASIL. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local*. Rio de Janeiro, p. 63-78, 1973.

MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de. **O Urbanismo dos arquitetos: genealogia de uma experiência de ensino**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, 2016.

MENDES, Ana Gláucia. A experiência de planejamento econômico no Brasil. *In: CINTRA, Antônio O.; HADDAD, Paulo R. (orgs.). Dilemas do Planejamento Urbano no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, p.75-142, 1978.

MESQUITA, Liana de Barros; RAPOSO, José de Arruda. A experiência da SUDENE na área de treinamento para o desenvolvimento urbano e local. *In: BRASIL. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local*. Rio de Janeiro, 1973.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Dossiê: literatura, língua e identidade, n.34, p. 287-324, 2008.

MODESTO, Hélio. Ausência de planejamento no Brasil. *In: IBAM. Leituras de Planejamento e Urbanismo*. Biblioteca de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM, p.3-18, 1965.

MODESTO, Hélio; MELLO, Diogo Lordello de. Mentalidade de planejamento no Brasil. *In: IBAM. Leituras de Planejamento e Urbanismo*. Biblioteca de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM, p.47-61, 1965.

MONTE-MÓR, Roberto L. M. Do urbanismo à política urbana: notas sobre a experiência brasileira. *In: COSTA, G.; MENDONÇA, J. (orgs.) Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas*, Belo Horizonte: C/Arte, p.31-65. 2008.

MONTE-MÓR, Roberto L. M. Planejamento Urbano no Brasil: emergência e consolidação. *In: etc - espaço, tempo e crítica*. n.14, v.1, p.71-96, 2007.

MONTE-MÓR, Roberto L. M. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. *In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio Crocco (orgs.). Economia regional e urbana*. Belo Horizonte : Editora UFMG, p.61-85, 2006.

MONTEIRO, Ana Maria Reis de Goes; VIDOTTO, Taiana Car. O pioneirismo do centro de pesquisas e estudos urbanísticos na idealização e implantação dos conceitos de urbanismo modernos no estado de São Paulo (1957 a 1961). **Oculum Ensaios**, v. 14, n. 1, p. 137–153, 2017.

MONTEZUMA, Victoria Ramos Cebreros de. **Planeamiento urbano regional y formación profesional en el Perú: el caso del Instituto de Planeamiento de Lima, orígenes, desarrollo y desarticulación 1961-1984**. Universidad Nacional de Ingeniería, Perú, 2011.

MOTA, Juliana Costa. Uma análise da criação e da atuação do Serfhau. **Anais do XII ENANPUR – Encontro Nacional da ANPUR**, Belém, maio de 2007.

NASCIMENTO, Flávio Brito do. Carmen Portinho e o habitar moderno: teoria e trajetória de uma urbanista. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, p. 69-82, 2007.

NED, Antonio Carlos. Evolução dos projetos denominados Municípios-Escolas itinerantes in: BRASIL. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. **Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local**. Rio de Janeiro, 1973.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço & Debates**, ano II, n.6, São Paulo, jun.-set. 1982.

OLIVEIRA, Francisco de; BOLAFFI, Gabriel. Aspectos metodológicos do planejamento urbano no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 10, n. 1, p. 155–162, jan. 1970.

PEREIRA, Miguel. Sobre a formação profissional do arquiteto in: BRASIL. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. **Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local**. Rio de Janeiro, 1973.

PEREIRA, Rubens de Mattos. Desenvolvimento urbano no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 249-288, 1967. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/4164/2941>. Acesso em: 26 nov. 2024.

PIQUET, Rosélia Perissé da Silva; RIBEIRO, Ana Clara Torres. Tempos, ideias e lugares: o ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 10, n. 1, p. 49-59, 2008.

PONTUAL, Virgínia. O engenheiro Antônio Bezerra Baltar: prática urbanística, CEPUR e SAGMACS. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 1, p. 151, 2011.

PORTINHO, Carmen. O ensino do urbanismo. **Revista da Directoria de Engenharia**, Ano 3, Número 11 - Julho, 1934. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=142832&pagfis=690>. Acesso em: 26 nov. 2024.

PORTO, Jadson L. R.; THEIS, Ivo M. A Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional no Brasil: quatro décadas de reflexões territoriais. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 9, p. 33-46, 2016.

PROCHNIK, Wit-Olaf. Formação de planejadores. *In*: IBAM. **Leituras de Planejamento e Urbanismo**. Biblioteca de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM, p. 39-44, 1965.

RANDOLPH, Rainer. Formação de “planejadores subversivos” no Brasil? Um pequeno confronto entre uma nova proposta de planejamento e a prática da formação de planejadores urbanos nos cursos de pós-graduação no Brasil. **Anais do XIII ENANPUR** – Encontro Nacional da ANPUR, Florianópolis, maio de 2009.

REZENDE, Vera F. O urbanismo na Era Vargas: uma introdução. *In*: REZENDE, Vera F. (org.) **Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras**, Niterói: Editora da UFF; Intertexto, p. 9-19, 2012.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. O ensino do Planejamento Urbano e Regional: propostas à ANPUR. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 4, n. 1/2, p. 63-72, 2002.

ROVATI, João Farias. Urbanismo versus Planejamento Urbano?. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n. 1, p. 33-58, 2013.

ROY, Ananya. The 21st-Century Metropolis: New Geographies of Theory. **Regional Studies**, v.43, p. 819-830, 2009.

SANCHES, Teresa **Autoritária e modernizante, reforma universitária completa 50 anos**. UFMG, 2018. Disponível em:  
<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/autoritaria-e-modernizante-reforma-universitaria-completa-50-anos>  
. Acesso em: 26 nov. 2024

SCHMIDT, Benício V. Planejamento e a questão urbana no Brasil. *In*: **O Estado e a política urbana no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade; UFRGS; L&PM, p. 85-121, 1983.

SERRA, Geraldo. **Urbanização e centralismo autoritário**. São Paulo:Nobel; Edusp, 1991.

SOARES, Umberto Tavares. Reconstrução Histórica do Ensino de Urbanismo no Brasil: estudo de caso Escola de Arquitetura da UFMG. *In*: **Anais do XI ENANPUR** – Encontro Nacional da ANPUR, Salvador, 2005.

SOUZA, Luiz Antonio de; SANTOS, Vinícius Rafael Viana; SILVA, Igor Monte da. Narrar por embates: paradigmas da formação profissional em Urbanismo no Brasil. *In*: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva; CERASOLI, Josianne Francia (orgs.) **Nebulosas do pensamento urbanístico** – Tomo III Modos de Narrar. Salvador: EDUFBA, p.108-148, 2020.

TOCHETTO, Daniel. **Planejamento urbano, da concepção do planejamento integrado aos problemas na institucionalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2023. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.

TOPALOV, Christian. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. **Espaços & Debates**, São Paulo, n. 23, p. 5-30, 1988.

VAINER, Carlos B. De Brasília a Recife, passando por Istambul (1995-1997). *In*: PONTUAL, V.; LACERDA, N.; FERNANDES, Ana (orgs.). **Estudos urbanos e regionais no Brasil**, 1983 – 2013: a trajetória de um campo disciplinar e de sua associação nacional. Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015.

VALADARES, Jorge de Campos. O trabalho em comportamento nos cursos de planejamento do Serfhou. *In*: BRASIL. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. **Seminário sobre o ensino no campo do desenvolvimento urbano e local**. Rio de Janeiro, 1973.

VIEGAS, Danielle H. Território, ditadura e desenvolvimento: perspectivas históricas sobre os programas de regionalização no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, 2020.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In*: DEÁK, Csaba.; SCHIFFER, Sueli R. (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: FUPAM e EDUSP, p. 169-244, 1999.

VIOLICH, Francis. Crescimento urbano e planejamento urbano no Brasil. *In*: IBAM. **Leituras de Planejamento e Urbanismo**. Biblioteca de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM, p.19-29, 1965.

VIZIOLI, Simone Helena Tanoue. **Planejamento urbano no Brasil: a experiência do SERFHAU enquanto órgão federal de planejamento integrado ao desenvolvimento municipal**. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1998.

## Legislação

BRASIL. Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933. Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 23441 (Publicação Original), 15 dez. 1933.

BRASIL. Decreto-Lei nº 579, de 30 de julho de 1938. Organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 15168 (Publicação Original), 30 jul. 1938.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.918, de 31 de agosto de 1945. Dispõe sobre a organização da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 14409 (Publicação Original), 3 set. 1945.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.620, de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a regulamentação do exercício de profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor, regida pelo Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 539 (Publicação Original), 12 jan. 1946.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.218, de 1º de maio de 1946. Autoriza a Instituição da "Fundação Da Casa Popular". **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 6679 (Publicação Original), 4 mai. 1946.

BRASIL. Decreto nº 28.799, de 27 de outubro de 1950. Cria no Ministério das Relações Exteriores a Comissão Nacional de Assistência Técnica. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 17217 (Publicação Original), 30 nov. 1950.

BRASIL. Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. Cria o Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau). **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 8089 (Publicação Original), 11 set. 1964.

BRASIL. Decreto nº 59.917, de 30 de dezembro de 1966. Regulamenta o Serfhau, estabelece suas finalidades e modo de operação, cria o Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 310 (Publicação Original), 9 jan. 1967.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 2348 (Publicação Original), 27 fev. 1967.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 10369 (Publicação Original), 29 nov. 1968.

BRASIL. Decreto nº 66.882, de 16 de julho de 1970. Dispõe sobre a competência e a organização do Ministério do Interior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 5324 (Publicação Original), 17 jul. 1970.

BRASIL. Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 5585 (Publicação Original), 11 jun. 1973.

BRASIL. Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974. Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 7253 (Publicação Original), 1 jul. 1974.

BRASIL. Decreto nº 76.149, de 22 de agosto de 1975. Dispõe sobre a liquidação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau), autarquia vinculada ao Ministério do Interior, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, p. 10779 (Publicação Original), 25 ago. 1975.

BRASIL. Lei Nº 14.477, de 15 de dezembro de 2022. Declara Patrona do Urbanismo no Brasil a engenheira e urbanista Carmen Velasco Portinho. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 4 (Publicação Original), 16 dez. 2022.

## ANEXO I – Organização e programação

### 1. Sessão Preliminar — 26/02

- Dos objetivos e organização do Seminário. (Dr. Francisco Echegaray)
- Eleição da Mesa Diretiva, a saber:
  - Presidente: Dr. Léo Serejo Pinto de Abreu
  - Vice-Presidente: Dr. Saul Fuks
  - Relator Geral: Dr. Francisco Echegaray

### 2. Sessão Inaugural — 26/02

- Da importância do evento e do seu significado para a formação de recursos humanos necessários ao país no campo do desenvolvimento urbano e local (Dr. Léo Serejo Pinto de Abreu)

### 3. Sessões de Trabalho

#### 3.1. Primeira Sessão Plenária

26/02 — manhã

- O IBAM e o Desenvolvimento Urbano e Local. Programa de Ensino da ENSUR para 1973. (Dr. Diogo Lordello de Mello)
- Considerações sobre a experiência de ensino do Programa de Mestrado da PROPUR/UFRGS. (Dr. Jorge Guilherme Francisconi)
- O Programa de Capacitação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Urbano e Local, Planejamento Urbano e Administração Municipal. (Dra. Mary Garcia Castro, apresentada por Dr. Hélio Viana Junior)
- Perfil das Atividades do Programa de Capacitação de Rec. Humanos p/ o Desenvolvimento Urbano e Local do SERFHAU.

26/02 — tarde

- Curso de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. (Dr. Nestor Goulart Reis)
- Programa de Capacitação Técnica em Planejamento Urbano, em face das necessidades de desenvolvimento de Minas Gerais. (Dr. Teodoro Alves Lamounier)

- Sobre a formação profissional do Arquiteto. (Dr. Miguel A. Pereira)
- Evolução dos projetos denominados "Municípios-Escola itinerantes". (Dr. Antonio Carlos Ned)
- Relatório das atividades do Curso de Planejamento Urbano e Local COPPE/UFRJ. (Prof. Saul Fuks)
- Formação de Equipes para o Desenvolvimento Urbano e Local. (Dr. Antonio da Cunha Pessoa)
- Critérios para o estabelecimento de um Sistema Nacional de Treinamento em Planejamento Urbano e Local no Brasil. (Dr. Francisco Echegaray)

### 3.2. Grupos de Trabalho

27/02 — tarde

- comissões:
  - 3.2.1. - Evolução dos projetos denominados "Municípios-Escola itinerantes". (Moderador: Dr. Antonio Carlos Ned / Relator: Dr. Jamil Reston)
  - 3.2.2. - Programa de Capacitação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Urbano e Local. Planejamento Urbano e Administração Municipal. (Moderador: Prof. Saul Fuks / Relator: Dr. Jorge Guilherme Francisconi)
  - 3.2.3. - Critérios para o estabelecimento de um Sistema Nacional de Treinamento em Planejamento Urbano e Local no Brasil. (Moderador: Dr. Diogo Lordello de Mello / Relator: Dr. Antônio Chaves Barcellos)
- Reunião das Comissões de Trabalho para a redação de conclusões e recomendações.

### 3.3. Sessão de Encerramento — 27/02

- Palavras finais (Dr. Léo Serejo Pinto de Abreu)

## ANEXO II – Lista de participantes

	Nome	Cargo ou formação	Setor ou departamento	Vínculo institucional	Cidade
1	Alberto José Rossi	Professor	Programa Interamericano de Planeamiento Urbano Regional (PIAPUR)	Divisão de Desenvolvimento Urbano da OEA	LIMA – PERU
2	Alfredo Gastal	Coordenador	Coordenação Especial de Brasília	SERFHAU	BRASÍLIA – DF
3	Aliomar Baleeiro Filho	Diretor	-	IAB	RIO DE JANEIRO – GB
4	Antonio Carlos Ned	Chefe	Dept de Assistência aos Municípios	SERFHAU	RIO DE JANEIRO – GB
5	Antonio da Cunha Pessoa	Diretor Adjunto	Dept de Recursos Humanos	SUDENE	RECIFE – PE
6	Antonio Chaves Barcellos	Coordenador	Dept de Desenvolvimento Local	SUDESUL	PORTO ALEGRE – RS
7	Bernardo Scheinkman	Presidente	Comissão de Planejamento Urbano e Regional	ABNT	RIO DE JANEIRO – GB
8	Carlos Ernesto da Silva Lindgren	Professor	COPPE	UFRJ	RIO DE JANEIRO – GB
9	Diogo Lordello de Mello	Diretor Executivo	-	IBAM	RIO DE JANEIRO – GB
10	Eduardo Neira Alva	Consultor	Secretaria de Planejamento e Tecnologia do Governo da Bahia	Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo CONDER	SALVADOR – BA
11	Everaldo Gonçalves de Siqueira	Economista	-	SUDECO	BRASÍLIA – DF
12	Fernando de Jesus	Economista	-	SUDAM	BELÉM – PA

	Martins Pinto				
13	Francisco I. Echeagaray	Especialista	Programa de Desenvolvimento Urbano - Coordenação da Região I	OEA	LIMA – PERU
14	Hartmut Thimel	Professor	COPPE	UFRJ	RIO DE JANEIRO – GB
15	Heinrich Rattner	Professor	Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP)	FGV São Paulo	SÃO PAULO – SP
16	James F. Hicks	Professor	COPPE	UFRJ	RIO DE JANEIRO – GB
17	Jamil Reston	Diretor	Escola Nacional de Serviços Urbanos (ENSUR)	IBAM	RIO DE JANEIRO – GB
18	John Burford Leonard	Professor	COPPE	UFRJ	RIO DE JANEIRO – GB
19	Jorge Guilherme de M. Francisconi	Coordenador	PROPUR	UFRGS	PORTO ALEGRE – RS
20	José Cláudio Fortes dos Santos	Coordenador-Chefe	Divisão de Treinamento	SERFHAU	RIO DE JANEIRO – GB
21	Lysia Maria Cavalcanti Bernardes	Geógrafa	Instituto de Planejamento (Iplan)	IPEA	RIO DE JANEIRO – GB
22	Maria de Lourdes Davies de Freitas	Diretora	-	IAB	RIO DE JANEIRO – GB
23	Marta Teresinha Godinho	Diretora	Dept. de Habitação e Trabalho	Secretaria do Bem Estar Social - SEBES	SÃO PAULO – SP
24	Miguel Alves Pereira	Diretor	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	UNB	BRASÍLIA – DF
25	Moisés Agamenon	Arquiteto	-	SUDENE	RECIFE – PE

	Sampaio Andrade				
26	Nestor Goulart Reis Filho	Diretor	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	USP	SÃO PAULO – SP
27	Pedro Pinchas Geiger	Geógrafo	-	IBGE	RIO DE JANEIRO – GB
28	Ricardo Pontual	Professor	COPPE	UFRJ	RIO DE JANEIRO – GB
29	Roger Boyd Walker	Professor	COPPE	UFRJ	RIO DE JANEIRO – GB
30	Saul Fuks	Coordenador	Curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Local (PUL) / COPPE	UFRJ	RIO DE JANEIRO – GB
31	Teodoro Alves Lamounier	Superintendente	Centro de Estudos Urbanos	FJP	BELO HORIZONTE – MG
32	Léo Serejo Pinto de Abreu	Superintendente	-	SERFHAU	RIO DE JANEIRO – GB